

Faculdade Canção Nova

Rosiane Marques Rodrigues

A produção de audiodescrição em conteúdos audiovisuais:
técnicas, processos e experiências

Cachoeira Paulista

2020

Rodrigues, Rosiane Marques. A produção de audiodescrição em conteúdos audiovisuais: técnicas, processos e experiências

Faculdade Canção Nova

Rosiane Marques Rodrigues

**A produção de audiodescrição em conteúdos audiovisuais:
técnicas, processos e experiências**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social - Rádio e Televisão, oferecido pela Faculdade Canção Nova sob orientação da Prof.^a Me. Adriana Ferreira da Silva

Cachoeira Paulista

2020

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo Cleber dos Santos Rodrigues pelo incentivo e apoio durante todo percurso acadêmico. À minha filha Bruna que, mesmo em meu ventre durante a construção deste trabalho, esperou a sua entrega e apresentação.

Aos meus pais, que mesmo em meio a suas dificuldades financeiras, esforçaram-se para me dar meus primeiros estudos.

AGRADECIMENTO

A Deus, por me agraciar com a formação de um curso superior; pela disposição e garra que Ele colocou em mim nestes 4 anos de muita luta.

Ao meu esposo, que foi meu auxílio em vários aspectos para que eu pudesse realizar cada atividade acadêmica.

Aos meus familiares, pela presença e incentivo.

A minha orientadora, Prof.^a Me. Adriana Ferreira da Silva, que com disposição e paciência me conduziu à finalização deste trabalho.

À Prof.^a Dr.^a Livia Maria Villela de Mello Motta, pela revisão do conteúdo em audiodescrição.

À Prof.^a Patrícia Januária da Silva Cunha Barbosa, pela correção ortográfica e gramatical deste trabalho.

Ao Prof. Me. Marcos Jolbert Cáceres Azambuja, pela instrução metodológica desta monografia.

À pessoas com deficiência visual, consultores, audiodescritores e técnicos que colaboraram na construção deste trabalho, em especial Ademilson Conceição da Costa, Alessandra Maria Paiva Madureira, Cristiana Mello Cerchiari, Deni Carlos Freitas, Eloy Vilela Moraes, Eri Ramos da Silva Júnior, Flávia Oliveira Machado, Flávio Coelho de Oliveira Júnior, José Valter do Rosário, Kellerson Souto Viana, Liliana Barros Tavares, Luiza Landroni Sansevero, Raimundo Cícero Alves Barbosa, Tânia Eloisa Peroba e Thays Martinez.

Enfim, a todos que, diretamente e indiretamente, auxiliaram para que este trabalho acontecesse.

EPÍGRAFE

“Senhor, que nossos olhos se abram!’ Jesus cheio de compaixão, tocou-lhes os olhos. Instantaneamente recobriram a vista e puseram-se a segui-lo”. Mt 20, 33-34 (BÍBLIA, 2006).

RESUMO

A visão é o sentido que mais proporciona ao homem o acesso à informação e, através da audição, ele tende a ser mais sensibilizado. Para que a pessoa com deficiência visual tenha acesso a conteúdos visuais, faz-se necessário o recurso de audiodescrição, que é a tradução descritiva das imagens em frases sonoras. O tema aqui tratado foi: A produção de audiodescrição em conteúdos audiovisuais: técnicas, processos e experiências. E buscou responder: Que aspectos notáveis emergem de uma pesquisa qualitativa acerca da audiodescrição em conteúdos audiovisuais no processo de acessibilidade da pessoa com deficiência visual? O objetivo principal do trabalho é refletir sobre o grau de pertinência do recurso da audiodescrição e também a organização de um conjunto de instruções referentes a sua produção, visando subsidiar teoricamente produtores de audiovisual com os procedimentos básicos necessários. Para tal, a metodologia adotada foi a pesquisa exploratória e a revisão bibliográfica. Alguns autores foram considerados, como Motta e Romeu Filho, Lucatelli; César; Chantler e Harris. Ao longo dos três capítulos foram trabalhados: a questão histórica da pessoa com deficiência, o surgimento do recurso de audiodescrição e a legislação que o assegura; os processos técnicos para a produção do recurso, a exposição de experiências de audiodescritores e pessoas que utilizam o recurso. Percebeu-se que a audiodescrição tem ganhado espaços, porém, precisa estar mais presente nos meios de comunicação social e nas plataformas digitais, bem como os aparelhos celulares dispõem de recursos mais acessíveis tecnologicamente e financeiramente.

PALAVRAS CHAVES: Audiodescrição. Deficiência visual. Acessibilidade. Produção de audiodescrição.

ABSTRACT

Vision is the sense that most provides man with access to information and through hearing he tends to be more sensitized. For the visually impaired to have access to visual content, it is necessary to use audio description, which is the descriptive translation of images into sound phrases. The theme discussed here was: The production of audio description in audiovisual content: techniques, processes and experiences. And he tried to answer: What remarkable aspects emerge from a qualitative research about audio description in audiovisual content in the process of accessibility for people with visual impairments? The main objective of the work is to reflect on the degree of relevance of the audio description resource and also the organization of a set of instructions related to its production, aiming to theoretically subsidize audiovisual producers with the necessary basic procedures. For this, the methodology adopted was exploratory research and bibliographic review. Some authors were considered, such as Motta and Romeu Filho, Lucatelli; Caesar; Chantler and Harris. Throughout the three chapters, we worked on: the historical issue of people with disabilities, the emergence of the audio description resource and the legislation that ensures it; the technical processes for the production of the resource the exposure of experiences of audio-writers and people who use the resource. It was noticed that audio description has gained space, but it needs to be more present in the media and on digital platforms, as well as cell phones have more technologically and financially accessible resources.

KEY WORDS: Audio description. Visual impairment. Accessibility. Production of audio description.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Descrição de foto em exposição | 34 |
| Figura 2 - Descrição de foto | 39 |
| Figura 3 - Descrição de foto em paisagem | 40 |
| Figura 4 - Descrição de cenário em roteiro | 43 |
| Figura 5 - Descrição de local em roteiro | 43 |
| Figura 6 - Plano Geral | 46 |
| Figura 7 - Plano Americano..... | 46 |
| Figura 8 - Plano Médio..... | 47 |
| Figura 9 - Plano 3x4..... | 47 |
| Figura 10 - Plano Close-up | 48 |
| Figura 11 - Plano Detalhe | 48 |
| Figura 12 - Descrição de personagem | 49 |
| Figura 13 - Descrição em peça teatral ao vivo..... | 58 |
| Figura 14 - Roteiro de audiodescrição | 62 |
| Figura 15 - Roteiro com marcação de tempo | 63 |
| Figura 16 - Roteiro com voice over e audiodescrição | 64 |
| Figura 17 - Roteiro com voice over e audiodescrição | 65 |
| Figura 18 - Roteiro com o uso da terceira pessoa do plural | 66 |
| Figura 19 - Controle de televisão LG – audiodescrição | 87 |
| Figura 20 - Controle de televisão AOC – audiodescrição | 87 |
| Figura 21 - Controle de televisão Sony – audiodescrição | 88 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1 - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA..... | 15 |
| 1.1 Reflexão acerca da forma como a pessoa com deficiência foi considerada no mundo e no Brasil..... | 18 |
| 1.2 Legislação brasileira voltada à pessoa com deficiência visual e a audiodescrição..... | 22 |
| 1.3 O que é o recurso de audiodescrição e o seu surgimento..... | 26 |
| 1.4 A quem se destina o recurso de audiodescrição..... | 30 |
| 2 - TÉCNICAS E PROCESSOS PARA A PRODUÇÃO DE AUDIODESCRIÇÃO..... | 32 |
| 2.1 Formas de fazer audiodescrição..... | 32 |
| 2.2 - O que deve ser falado em uma cena..... | 35 |
| 2.3 - Descrever uma foto..... | 38 |
| 2.4 - Descrever um evento..... | 41 |
| 2.5 - Como descrever um cenário..... | 42 |
| 2.6 - Como descrever uma pessoa..... | 44 |
| 2.7 - Descrição de informações escritas..... | 50 |
| 2.8 - Pode-se descrever cores..... | 51 |
| 2.9 - Audiodescrição nas redes sociais..... | 52 |
| 2.10 - A audiodescrição nos contextos ao vivo, gravada e simultânea..... | 54 |
| 2.10.1 - A audiodescrição gravada..... | 55 |
| 2.10.2 - A audiodescrição ao vivo..... | 56 |
| 2.10.3 - A audiodescrição simultânea..... | 58 |
| 2.11 - Como se dá a construção do roteiro..... | 60 |
| 2.12 - Dicas de locução..... | 66 |
| 2.13 - Características de um audiodescritor..... | 70 |
| 2.14 - Recursos para a estrutura de produção..... | 73 |
| 2.14.1 - Equipamentos e sua funcionalidade..... | 73 |
| 2.14.2 - O Processo de edição..... | 74 |

| | |
|---|----|
| 3 - EXPERIÊNCIAS DE QUEM FAZ E RECEBE O RECURSO DE AUDIODESCRIÇÃO ... | 77 |
| 3.1 - Audiodescritores contam sua experiência | 77 |
| 3.2 - O consultor | 83 |
| 3.3 – Usuários do recurso de Audiodescrição | 86 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 95 |
| REFERÊNCIAS | 97 |

INTRODUÇÃO

A audiodescrição, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Portaria N. 310 de 2006, junto ao Ministério das Comunicações, é definida como narração agregada junto ao áudio original de um audiovisual. Esse recurso de tecnologia assistiva (TA) contém a descrição de sons, imagens e informações relevantes para a melhor compreensão da pessoa com deficiência visual e intelectual (ANATEL, 2006). De acordo com a última Pesquisa Nacional de Saúde realizada pelo IBGE, cerca de 5,8 milhões ou 3,6%¹ da população brasileira possui deficiência visual (PNS, 2013). No mundo, estima-se que 39 milhões de pessoas apresentam essa deficiência (BBC, 2019). Dentre as variadas causas está o glaucoma² (CID 10 H40³), que é um dos principais responsáveis pela cegueira de acordo com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO, 2019). Muitas dessas pessoas, por não se sentirem seguras, acabam “isolando-se” em suas casas e um dos poucos lazeres que possuem é ouvir rádio, televisão e recursos similares. Porém, para essas pessoas acompanharem o conteúdo visual que se passa nos programas e fazer disso algo útil e prazeroso, faz-se necessário que os mesmos possuam o recurso de audiodescrição, conhecido e representado graficamente pela sigla “AD”, que traduz de forma descritiva as imagens em frases sonoras.

Dos sentidos humanos, a visão é a que mais proporciona ao homem o acesso à informação. Contudo, é através da audição que ele tende a ser mais sensibilizado: o que ele ouve pode complementar, significar e ampliar a experiência daquilo que vê. No entanto, devido à estrutura mental, biológica e psicológica do ser humano, parecem existir diversas formas de *ver* e *enxergar*, inclusive e mesmo sem os olhos,

¹ Dados da Pesquisa Nacional de Saúde realizada no Brasil em 2013, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2020.

² Glaucoma é uma doença ocular capaz de causar cegueira se não for tratada a tempo, pois 80% dos glaucomas não apresentam sintomas no início da doença. Fonte: CBO, Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Tudo sobre o glaucoma. Disponível em: <<http://www.cbo.net.br/novo/publico-geral/tudo-sobre-o-glaucoma.php>>. Acesso em: 1 jul. 2020.

³ CID 10 H40 corresponde a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde Relacionados aos olhos na 10ª Revisão. Fonte: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. Disponível em: <<https://icd.who.int/browse10/2019/en>>. Acesso em: 1 jul. 2020.

por exemplo ao lembrar, imaginar ou sonhar (RODRIGUES; ROBLE, 2015, p. 212). Por isso, diante desse campo tão relevante, este trabalho, através desta monografia, discute o tema: A produção de audiodescrição em conteúdos audiovisuais: técnicas, processos e experiências.

Este trabalho pretende responder: Que aspectos notáveis emergem de uma pesquisa qualitativa acerca da audiodescrição em conteúdos audiovisuais no processo de acessibilidade da pessoa com deficiência visual? E quais os graus de relevância desse recurso? Além desta reflexão acerca da audiodescrição, também tenciona-se subsidiar teoricamente produtores de audiovisuais para que tenham condições de implementar em seus produtos tal recurso. Entende-se que, não basta apenas explanar o tema, mas é conveniente mostrar as possibilidades de utilizá-lo com mais frequência e gerar uma quantidade maior de conteúdos acessíveis para um público maior e alcançar assim, a pessoa com deficiência visual.

O objetivo deste trabalho é apontar a relevância e organizar um conjunto de instruções referentes ao recurso de audiodescrição em conteúdos audiovisuais e a partir disso, estimular para que mais conteúdos estejam acessíveis. Vale esclarecer que a audiodescrição não favorece somente a pessoa com deficiência visual (parcial ou total), mas também àquelas pessoas com baixa visão ou com alguma deficiência intelectual que os impeça de absorver informações visuais rápidas. Algumas outras contribuições pretende-se com esta pesquisa, como: apresentar historicamente a forma como a pessoa com deficiência visual foi considerada e o surgimento da audiodescrição enquanto recurso tecnológico; elencar métodos quanto à geração da audiodescrição em conteúdos audiovisuais; descrever os processos técnicos e recursos necessários; e por fim, demonstrar algumas experiências, tanto dos profissionais que realizam audiodescrição (conhecidos também, como audiodescritores), quanto de pessoas que consomem e utilizam o recurso da audiodescrição.

Este trabalho justifica-se mediante os dados já expostos sobre a tamanha parcela da sociedade que possui deficiência visual e que depende do recurso de audiodescrição para participar com igualdade com os demais cidadãos de realidades sociais. De acordo com Correia (2017, p. 32) “a pessoa cega ou com baixa visão, cria uma imagem mental que permite a informação, a contextualização e a interação com o que está acontecendo na tela do cinema ou da televisão”. Além disso, o trabalho é

para todos que, atraídos por tal conhecimento, podem beneficiar-se do presente tema; visto que este ainda precisa ser mais difundido socialmente. Apesar de já estar presente nos Estados Unidos e na Europa há mais de 30 anos, no Brasil, a audiodescrição começou a formalizar-se por volta do ano de 2000, a partir da publicação da Lei 10.098, a Lei da Acessibilidade (BRASIL, 2000b, p. 2).

A pesquisa tem sua relevância mediante a reflexão social a que se propõe, dado que em muitos países - aqui enfocada a realidade no Brasil - a pessoa com deficiência visual, como qualquer outro cidadão brasileiro, tem o direito assegurado pela legislação vigente a ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível (BRASIL, 2015, p. 2). Nesse contexto, a disponibilidade dos recursos de acessibilidade, em particular a audiodescrição, torna-se um complemento para a participação desses cidadãos. Ainda no campo da legislação, além de exigir, através da lei específica, que a audiodescrição torne-se mais presente, é importante também que o serviço oferecido seja de qualidade. Para isso, é preciso capacitar geradores de conteúdo com técnicas de locução e produção em conteúdos televisuais com audiodescrição. É neste sentido que caminhou esta pesquisa e percebeu-se que no meio acadêmico ainda há uma escassez desta temática. Existe no mercado uma carência de profissionais devidamente habilitados que atuem nessa área. A partir disso a autora foi despertada para aprofundar-se neste assunto e embasar sua própria atuação profissional.

A metodologia adotada de pesquisa exploratória recolheu o máximo de conteúdo sobre a temática, a fim de realizar uma reorganização a partir de dados e conhecimentos de outros pesquisadores sobre o assunto, para desenvolver uma revisão bibliográfica com um conjunto de instruções sobre a produção de audiodescrição para auxiliar o gerador de conteúdo. Para o embasamento bibliográfico, este trabalho considerou os seguintes autores: Motta e Romeu Filho (2010), Lucatelli (2015) e Coelho (2018) para as teorias de audiodescrição. Por ter a audiodescrição proximidade ao que é produzido no modelo radiofônico, foram considerados os ensinamentos de Prado (2006), César (2009) e Chantler e Harris (1998), que também auxiliaram na construção do roteiro e locução. O método adotado foi o qualitativo, através de pesquisa de texto enviada aos profissionais da audiodescrição e pessoas com deficiência visual, cujas respostas foram recebidas em formato de texto e áudio, por *e-mail* ou mensagens via *Whatsapp*.

Para entender toda a temática, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro apresenta a forma como a pessoa com deficiência visual foi considerada em um contexto histórico e atual; o surgimento do recurso de audiodescrição e a legislação que o envolve; a importância da audiodescrição nos conteúdos audiovisuais que, além de beneficiar a pessoa com deficiência visual alcança, muitas outras realidades. No segundo, foi possível entender os processos técnicos e as formas de fazer audiodescrição em diferentes conteúdos audiovisuais a partir de aspectos práticos do roteiro e da locução, por exemplo, como e o que falar numa cena e a sequência das descrições; equipamentos necessários e características de um audiodescritor. Finalmente, no terceiro capítulo, são abordadas experiências de audiodescritores e de pessoas que utilizam o recurso.

Ao final desta pesquisa foi possível identificar que o recurso de audiodescrição tem ganhado cada dia mais espaço em contextos diferentes, porém, ainda precisa ser muito difundido entre os meios de comunicação social e nas plataformas digitais. Alguns recursos que auxiliam as pessoas com deficiência visual com mais eficácia não são tão acessíveis, por estarem disponíveis em aparelhos celulares mais modernos e com custo financeiro elevado. Foi perceptível a grande relevância da audiodescrição para a pessoa com deficiência visual e, de acordo com seus relatos, a maior disponibilização do recurso fará com que possam usufruir melhor desses conteúdos. Este trabalho também será auxílio para geradores de conteúdo audiovisual na produção de audiodescrição a partir da prática de quem já desenvolve esse serviço social e dos procedimentos técnicos necessários. A pesquisa resultou em um material de reflexão a todo cidadão que dela tiver acesso, para contribuir na construção de uma sociedade mais igualitária e menos discriminadora.

1 - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A pessoa com deficiência pode ser definida a partir do Art. 2º da Lei vigente, Nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Ela diz que pessoa com deficiência é a que dispõe de impedimentos de natureza física, mental, intelectual e sensorial que as impedem de participar com igualdade de condições junto aos demais cidadãos. Vale lembrar que esse Decreto manteve na íntegra a primeira definição dada na Lei da Acessibilidade de nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; como está no capítulo I, Art.2º.

III - pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2000b, p. 2).

Assim como todos os outros cidadãos, a pessoa com deficiência tem por direito ir e vir com segurança, participar dos contextos sociais, ter acesso à informação e à comunicação, sem barreiras físicas ou tecnológicas. Para que usufruam, de forma segura, a serviços e instalações públicas ou privadas de uso coletivo, dá-se o direito à acessibilidade; definida também em 19 de dezembro de 2000 e repetida integralmente na Lei vigente; Art. 3º, Nº 13.146, de 06 de julho de 2015.

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, p. 2).

O mesmo também classifica como “barreiras” os entraves e obstáculos que impedem a participação social da pessoa com deficiência no gozo e acesso a seus direitos. De forma explícita, determina os obstáculos na comunicação e informação.

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação. (BRASIL, 2015, p. 2).

Ainda de acordo com essa lei, os meios de comunicação social precisam atentar-se com os conteúdos disponibilizados a fim de que os mesmos não

representem barreiras para a pessoa com deficiência auditiva e visual, que tem os mesmos direitos de comunicar-se e receber comunicação. No decreto Nº 13.146, está a definição de comunicação e o seu amplo alcance, como se lê no capítulo I, Art. 3º.

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações. (BRASIL, 2015, p. 2).

"A comunicação é uma necessidade fundamental e uma característica fundamental da modernidade." (WOLTON, 2004, p. 56). Logo, entende-se que a comunicação vai além de uma necessidade social, ou seja, é imprescindível para o relacionamento humano. Wolton (2004, p. 56) afirma que "a comunicação é o meio de entrar em contato com o outro, que é o horizonte [...]. Só a comunicação possibilita o gerenciamento dessa relação ambivalente entre eu e o outro."; por isso, esse direito constitucional precisa ser alcançado de toda forma.

Toda pessoa com deficiência, apesar de sua limitação, é capaz de estabelecer comunicação com o outro, através de linguagem própria.

A linguagem está no centro desta experiência e isso explica o sucesso de todas as técnicas que, aos poucos, levaram mais longe o som da voz, a imagem do rosto, nessa busca sempre difícil em relação ao outro, no qual se misturam o simples desejo de expressão e a vontade de compreensão mútua. (WOLTON, 2004, p. 56-57).

Nesse diálogo vital, rompe-se o egoísmo de fechar-se em seu universo particular, pois a "comunicação sempre será a busca do outro e o desejo de compartilhar." (WOLTON, 2004, p. 57), experiência essa que pode ser alcançada através da linguagem comunicacional.

É urgente e necessário que os meios de comunicação social reconheçam os direitos igualitários da pessoa com deficiência, tornando seus conteúdos mais acessíveis, não somente com a Língua Brasileira de Sinais⁴ (Libras) e com o *Closed Caption*⁵ (CC) ou traduzida como legenda oculta, mas também com a audiodescrição.

⁴ Língua Brasileira de Sinais, usada por deficientes auditivos no Brasil, para se comunicarem através dos sinais que se equivalem às palavras, embora possua semelhanças com outras línguas gestuais, cada língua de sinais é única, com especificidades gramaticais próprias. Fonte: DICIONÁRIO online de Português. Libras. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/libras/>>. Acesso em: 21 jun. 2020b.

⁵ *Closed Caption* (sigla CC) é uma expressão em inglês que significa legenda oculta, um sistema de transmissão de legendas de filmes, programas de televisão ou vídeos online. Fonte: SIGNIFICADOS. Closed Caption. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/closed->

Esta última é um método que traduz imagens em palavras sonoras e tem sido cada vez mais discutida entre as pessoas com deficiência visual e profissionais audiodescritores “como um dos recursos de tecnologia assistiva nos meios de comunicação que mais traz autonomia às pessoas com deficiência que dela necessitam.” (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010, p. 11).

Além de um recurso importante, a audiodescrição é um direito da pessoa com deficiência visual como garante o Capítulo II, da Lei Nº 13.146, que trata do acesso à informação e à comunicação.

Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

I - subtítuloção por meio de legenda oculta;

II - janela com intérprete da Libras;

III – audiodescrição. (BRASIL, 2015, p. 2).

Mesmo esse direito sendo garantido por lei, é possível perceber que não existe ainda uma preocupação com a disponibilização de recursos de acessibilidade por parte dos meios de comunicação social e produtores de conteúdo audiovisual para com a pessoa com deficiência auditiva e visual. Vê-se mais frequentemente a presença da legenda oculta (muitas vezes, recheada de erros ortográficos); em poucos casos, encontra-se o recurso da janela de Libras; e menos ainda, a disponibilidade de audiodescrição.

No Capítulo II, Art. 68, o mesmo Decreto estabelece o incentivo por parte do poder público às editoras para que a produção de livros e arquivos digitais sejam disponibilizados em formatos acessíveis. Esses formatos são também definidos no mesmo Artigo.

§ 2º Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille. (BRASIL, 2015, p. 2).

Fica esclarecido, portanto, que conteúdos digitais também devem dispor de recursos para assistir essa parcela da população que não ouve ou não enxerga com os sentidos físicos. Em alguns conteúdos, como fotos, já é possível encontrar a

hashtag #pracegover⁶ com a descrição dos elementos da imagem. Isso demonstra uma sutil preocupação social para com essas pessoas.

No Capítulo IX, Art. 42, a Lei também trata do direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer; ao referir-se à pessoa com deficiência em patamar de igualdade com as demais pessoas e lhes garante o acesso.

II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível. (BRASIL, 2015, p. 2).

Após 5 anos do Decreto, percebe-se que ainda é minoritária entre os meios de comunicação social esta preocupação e disponibilidade de recursos, e que, muitas vezes, o fazem simplesmente para o cumprimento da lei e não conscientes de sua responsabilidade na formação dessa parcela da sociedade. Também é comum entre os produtores de conteúdo a falta de informação sobre a importância e a formação necessária para a implementação de tais recursos. Esta é a contribuição social e formativa que o presente trabalho deseja oferecer à sociedade, na forma específica para a produção audiodescritiva.

Ter a legislação favorável à pessoa com deficiência foi uma conquista alcançada a partir de muitas lutas, que precisaram romper o tempo, culturas e civilizações, e é o que será aprofundado a seguir.

1.1 Reflexão acerca da forma como a pessoa com deficiência foi considerada no mundo e no Brasil

Historicamente, a pessoa com deficiência sempre precisou enfrentar muitas dificuldades para sobreviver em meio ao contexto social, como bem observa Garcia (2010): “As pessoas com deficiência, via de regra, receberam dois tipos de tratamento quando se observa a História Antiga e Medieval: a rejeição e eliminação sumária, de um lado; e a proteção assistencialista e piedosa, de outro.” (GARCIA, 2010, p. 9). Vidas que foram ceifadas pelo preconceito dos que consideravam-se melhores e perfeitos; outros deficientes que, sem escolhas, dependiam da mendicância para a

⁶ #pracegover é um projeto da baiana Patrícia Silva de Jesus, ou Patrícia Braille, como é conhecida. Ela é Coordenadora da Educação Especial no Estado da Bahia e especialista em acessibilidade para deficientes visuais. Fonte: FACULDADE Paulus de tecnologia e Informação. #pracegover. Disponível em: <<https://www.fapcom.edu.br/blog/conheca-a-pracegover.html#:~:text=%23PraCegoVer%20%C3%A9%20um%20projeto%20da,em%20acessibilid ade%20para%20deficientes%20visuais>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

sobrevivência. Tamanha barbárie acontecia ainda no início de suas vidas ou assim que suas limitações eram descobertas.

Na Roma Antiga, tanto os nobres como os plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência. Da mesma forma que, em Esparta, os bebês e as pessoas que adquiriam alguma deficiência eram lançados ao mar ou em precipícios. (GARCIA, 2010, p. 10).

Ainda segundo Garcia (2010), na Roma antiga, os pais poderiam optar por abandonar as crianças próximas rios ou em locais sagrados, para serem acolhidas por famílias pobres. Os adultos deficientes eram prostituídos e utilizados como entretenimento para as pessoas ricas (GARCIA, 2010, p. 15).

Durante o nazismo, serviram de experimentos de estudo: “pessoas com deficiência foram submetidas a ‘experiências científicas’ na Alemanha nazista de Hitler.” (GARCIA, 2010, p. 10). O autor faz questão de colocar entre aspas a expressão, pois não se tratava apenas de uma pesquisa, mas de eliminação.

Aqui no Brasil, entre os indígenas, havia a prática de matar crianças nascidas deficientes e abandonar à morte as pessoas que tinham ou adquiriam deficiências. Também, no período colonial brasileiro, entre os séculos XV e XVIII, eram comuns as deficiências e mutilações entre os negros escravizados, provenientes de castigos e violências provocados pelos escravizadores (GARCIA, 2010, p. 25). E por que também não citar os portadores de necessidades especiais que entre os anos de 1903 a 1980, foram enviados para serem mortos no Hospital Colônia de Barbacena/MG, como denuncia o documentário *Holocausto Brasileiro*⁷ (ARBEX; MENDZ, 2016). Fato desconhecido por tantos, mas que lá chegavam nos chamados ‘trens de loucos’ (MANZI FILHO, 2019, p. 276). Muitos também foram apartados da sociedade.

Até o século XIV, as pessoas com deficiência ficavam nos asilos para que pudessem ser protegidas, pois não se acreditava que pudessem se desenvolver, em função da sua “anormalidade”. A partir de então, educadores interessados começaram a instruir, de maneira particular, crianças com deficiência. Inicialmente eram filhos de famílias bem-sucedidas financeiramente. (SANT’ANNA, 2010, p. 154).

A Religião teve sua participação para que as pessoas com deficiências passassem a receber certo respeito. “Na Idade Média, em função da influência do

⁷ Documentário *Holocausto Brasileiro*, filme lançado pela Ancine em 2016, dirigido por Daniela Arbex e Armando Mendz, baseado no livro homônimo de Daniela Arbex. Fonte: ARBEX, Daniela; MENDZ, Armando. *Holocausto Brasileiro*, 2016, Documentário completo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5eAjshaa-do>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

Cristianismo católico, os senhores feudais adotaram, na maioria das vezes, um tratamento de amparo aos doentes e deficientes.” (GARCIA, 2010, p. 10). Começava-se, por parte da Igreja, uma conscientização de os ver como irmãos e filhos de Deus.

De acordo com Sant’Anna (2010), com o passar dos anos começaram a surgir instituições especializadas para o cuidado dessas pessoas: “Foi na França, no ano de 1760, que foi criado o Instituto Nacional de Surdos-Mudos e, em 1784, foi criado o Instituto dos Jovens Cegos.” (SANT’ANNA, 2010, p. 154). A partir do trabalho de instituições comprometidas com a educação de pessoas com deficiências; essas, passaram a participar mais ativamente da sociedade moderna (SANT’ANNA, 2010, p. 154).

No Brasil, a partir do ano de 1989, houve uma significativa evolução sobre o tema, quando em 24 de outubro daquele ano, foi decretada e sancionada a Lei nº 7.853, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde (BRASIL, 1989, p. 19209).

Dez anos depois, no dia 20 de dezembro de 1999, foi emitido o Decreto nº 3.298, que regulamentou a Lei nº 7.853, citada anteriormente, que dispôs sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência (BRASIL, 1999, p. 10).

No ano seguinte, em 8 de novembro de 2000, foi publicada a Lei 10.048 que prioriza o atendimento à pessoa com deficiência (BRASIL, 2000a, p. 1). Um mês depois, no dia 19 de dezembro de 2000, foi sancionada a Lei 10.098, conhecida como a Lei da Acessibilidade, que dentre outras coisas, determina que o Poder Público deve garantir à pessoa com deficiência física o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer (BRASIL, 2000b, p. 2). Quatro anos depois, foi publicado no dia 02 de dezembro de 2004, o Decreto n. 5.296, que no Art. 6º, capítulo II, que regulamenta essas duas leis de 2000 e determina sobre o atendimento à pessoa com deficiência.

III - serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

IV - pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas. (BRASIL, 2004, p. 5).

Percebe-se que, após um longo percurso histórico de desrespeito e maus-tratos, a sociedade brasileira, através de atos oficiais de governo, passa a olhar a pessoa com deficiência em seus diversos âmbitos como detentora de benefícios igualitários e com direitos garantidos por lei.

Porém, é importante frisar que, na prática, percebe-se que muitos desses direitos não são respeitados como deveriam, tanto por instituições públicas e privadas ou pelos meios de comunicação e, além disso, a fiscalização, quando existente, é insuficiente a fim de os resguardar no cumprimento da lei.

É de suma importância que a pessoa com deficiência conheça e exija seus direitos; por outro lado, os meios de comunicação precisam adaptar-se para a melhor prestação de seus serviços voltado ao público com deficiência auditiva e visual. Não é possível deixar de fora os geradores independentes de conteúdos digitais, que podem, a partir de um breve aprendizado, também disponibilizar o recurso em seus produtos audiovisuais.

A sociedade, em geral, precisa fazer uma autorreflexão e com coerência perceber se ainda hoje discrimina a pessoa com deficiência visual ao responder para si perguntas como: Ainda existe despreparo no atendimento a esse público? Existe equipe para atender essa necessidade antes e após eventos públicos ou culturais; e esses possuem recursos como fones para audiodescrição ou panfletos em braile? Os livros publicados são pensados também para quem não enxerga? As instituições de ensino têm trabalhado temas que abordem essas necessidades? As calçadas já são todas niveladas e sinalizadas com piso tátil? Ainda é possível encontrar pisos táteis que não levam a lugar nenhum ou incompletos? Ainda é possível encontrar pelas ruas obstáculos diversos, como boca de lobo abertas sem barreira de proteção ou objetos suspensos que podem causar acidentes à pessoa com deficiência visual? Ainda estão presentes no cotidiano expressões do tipo “Você é cego, não está vendo isso”? Nos templos religiosos ainda utiliza-se exortações como “Você está cego pelo pecado”? Ainda existem piadas de “ceguinhos” nas rodas de conversas?

A partir desses questionamentos, vale entender o histórico da legislação brasileira que rege o recurso de acessibilidade da audiodescrição.

1.2 Legislação brasileira voltada à pessoa com deficiência visual e a audiodescrição

A primeira legislação brasileira voltada à pessoa com deficiência visual vem do Brasil Colônia e era direcionada à educação infantil: “Em 1854 foi criado por D. Pedro II através do Decreto Imperial nº1.428, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje denominado Instituto Benjamin Constant – IBC.” (KOEHLER, 2017, p. 28).

Como citado anteriormente, no ano 2000, surgiu a Lei 10.048 que prioriza o atendimento à pessoa com deficiência e a Lei 10.098, conhecida como a Lei da Acessibilidade. Quatro anos depois, no dia 02 de dezembro de 2004, é publicado o Decreto n. 5.296, que regulamenta essas duas leis de 2000. Neste decreto está a definição da deficiência visual, no capítulo IX, Art. 70.

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (BRASIL, 2004, p. 5).

Esse mesmo decreto de 2004, no Art. 53º, capítulo IV, refere-se à audiodescrição e aos meios de comunicação.

2ª A regulamentação de que trata o caput deverá prever a utilização, entre outros, dos seguintes sistemas de reprodução das mensagens veiculadas para as pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual:

I - a subtítuloção por meio de legenda oculta;

II - a janela com intérprete de LIBRAS; e

III - a descrição e narração em voz de cenas e imagens. (BRASIL, 2004, p. 5).

A descrição de narração em voz citada acima, em outras palavras, audiodescrição, é exatamente o que faltava para complementar o sistema *Braille*⁸, já utilizado por parte desse público. O Decreto, no Art. 52 também determinou que

⁸ Braille - Sistema de escrita caracterizado por possuir pontos que, em relevo, dão indicações de leitura para pessoas que não conseguem enxergar, essas pessoas podem ler pelo tato e também escrever com o auxílio desse sistema. Fonte: SIGNIFICADOS. Braille. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/?s=braille>>. Acesso em: 25 jun. 2020a.

aparelhos televisores deveriam ser adaptados para o uso de pessoas com deficiência auditiva e visual (BRASIL, 2004, p. 5).

Em março de 2006, segundo Romeu Filho (2010), houve uma alteração no Decreto com a transição de competência no acompanhamento da audiodescrição, em que a responsabilidade passava da Anatel para o Ministério das comunicações:

A redação original do Decreto 5.296 remetia para a Anatel a competência para regulamentar a questão da aplicação de recursos de acessibilidade na televisão para pessoas com deficiência. Esse decreto, depois, foi alterado e a responsabilidade passou a ser do Ministério das Comunicações, cuja competência restringe-se à televisão aberta, de recepção livre e gratuita para o público em geral. Deste modo, acabou sendo criado um vácuo legislativo sobre a obrigatoriedade também para as TVs por assinatura veicularem sua programação com os mesmos recursos de acessibilidade exigidos para as emissoras de televisão aberta. Para discutir essa questão, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão convocou o Ministério das Comunicações, a Anatel e a CORDE para uma reunião, na qual foi acordado que o Poder Executivo faria uma nova alteração no Decreto 5.296 para corrigir a falha, o que não aconteceu até este momento. (ROMEUFILHO, 2010, p. 51).

Vale esclarecer que a CORDE citada pelo autor, é a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e o momento para a correção na falha que não aconteceu, refere-se ao ano de 2010, em que foi publicado o livro *Audiodescrição: transformando imagens em palavras*.

Em junho de 2006, lembra Romeu Filho (2010), após a consulta e a audiência pública, houve a publicação da Portaria 310, de 27 de junho, que estipulava que as emissoras de TV teriam um prazo máximo de dois anos para inserirem em sua programação duas horas diárias de conteúdo com audiodescrição. Portanto, somente a partir de 27 de junho de 2008, as emissoras começaram a produzir essas duas horas diárias de programação acessível. Esse crescimento seria a cada ano, para, ao final de 10 anos, portanto em 2018, atingirem a totalidade da programação (ROMEUFILHO, 2010, p. 51-52).

Após esse momento, o Ministério das Comunicações publica as diretrizes para a mudança do sistema de transmissão analógica para digital, em 29 de junho de 2006.

Dois dias após o Ministério das Comunicações ter publicado a Portaria 310, o Presidente da República assinou o Decreto 5.820, que dispõe sobre a implantação do SBTVD-T – Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre –; estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão. (ROMEUFILHO, 2010, p. 52).

A partir da exigência da troca do sinal analógico para o digital, a audiodescrição ficou em segundo plano, por ser esse “um dos principais argumentos dos radiodifusores para as sucessivas postergações na implementação desse direito das pessoas com deficiência.” (ROMEUFILHO, 2010, p. 53). Prevalece mais uma vez o interesse das emissoras em relação às necessidades desse público.

Em março de 2007, de acordo com Romeu Filho (2010), o Presidente do Brasil assina na Organização das Nações Unidas documento que favorece a audiodescrição.

O Presidente da República protocola, na ONU, o depósito da assinatura da Convenção Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência. O fato relevante para a luta pela implementação da audiodescrição no Brasil é que o Presidente da República também depositou assinatura de um protocolo adicional a esta convenção, que submete seus signatários ao monitoramento da ONU para o cumprimento dos princípios da convenção. (ROMEUFILHO, 2010, p. 54).

Esperava-se que, a partir desse ato do Governo Federal brasileiro, houvesse uma melhora no cenário da audiodescrição; porém, surge uma outra questão que favorece os proprietários dos meios de comunicação social.

Em 26 de maio de 2008, 1 mês antes do final da carência de dois anos determinada pela Norma Complementar nº 1/2006 para o início das transmissões de programação com os recursos de acessibilidade previstos, a ABERT enviou ofício ao Ministério das Comunicações oferecendo uma série de motivos para solicitar prorrogação de prazo. O documento alegava impedimentos de ordem legal e uma série de dificuldades técnicas, operacionais e econômicas para a implementação dos recursos de acessibilidade na programação veiculada pelas emissoras afiliadas. (ROMEUFILHO, 2010, p. 54).

O pedido encaminhado à Anatel para a prorrogação da implementação da acessibilidade foi atendido: “27 de junho de 2008, exatamente no dia em que venceria a carência de 2 anos prevista na Portaria 310, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria 403.” (ROMEUFILHO, 2010, p. 55). Essa Portaria suspendeu por 30 dias a obrigatoriedade da audiodescrição.

Logo depois, foi publicada a Portaria 466 de 30 de julho de 2008, que retomou a obrigatoriedade da audiodescrição, porém, com estabelecimento de 90 dias para as emissoras começarem a exibir os programas com audiodescrição (ROMEUFILHO, 2010, p. 56). Na sequência veio a Portaria 661, de 14 de outubro, que suspendeu novamente a obrigação do recurso, com a sugestão “de uma nova consulta pública sobre a questão, com prazo até 30 de janeiro de 2009, sendo possível sua

prorrogação *sine die* e a convocação de mais uma audiência pública.” (FRANCO; SILVA, 2010, p. 33).

Vale destacar que a expressão *Sine die*⁹, é traduzida como “sem data futura”. Na realidade, essas ações só postergaram a obrigação dos meios de comunicação, amparados pelas forças governamentais. Em maio de 2009, acontece a consulta pública, porém, o conteúdo estava inacessível às pessoas com deficiência.

O Ministro das Comunicações, Hélio Costa, mediante despacho, abriu nova consulta pública para receber contribuições a respeito da audiodescrição. Para essa nova consulta pública, o Minicom publicou em seu site uma série de documentos recebidos na consulta pública instituída pela Portaria 661, que se encerrou em janeiro de 2009. No entanto, esses documentos foram publicados em formatos inacessíveis para pessoas cegas, justamente os maiores interessados na implementação do recurso da audiodescrição. (ROMEUFILHO, 2010, p. 59).

A consulta pública proposta, direcionada às pessoas com deficiência visual, não foi disponibilizada em formato acessível àqueles que são os mais interessados e que, portanto, ficaram impossibilitados de dar suas contribuições. Em junho de 2009, o Conselho Nacional de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (CONADE), expressou-se desfavorável pela falta de acessibilidade nos documentos publicados pelo Ministério das Comunicações (ROMEUFILHO, 2010, p. 59).

Em agosto de 2009, “em decisão liminar, o Superior Tribunal de Justiça ordenou ao Ministério das Comunicações a reabertura da consulta pública, pelo prazo de 45 dias.” (ROMEUFILHO, 2010, p. 60-61). Além disso, exigiu que os documentos, antes ilegíveis no site *Transformando Imagens em Palavras*, do Ministério das Comunicações, fosse adaptado para pessoas com deficiência visual e os documentos que haviam sido publicados em outros idiomas, fossem traduzidos para o português (ROMEUFILHO, 2010, p. 60-61).

Quando a questão parecia estar favorável de forma a beneficiar as pessoas com deficiência visual, o Ministério das Comunicações publica, em março de 2010, a Portaria nº 188, com várias alterações na Portaria 310, de 2006. Entre elas, a alteração na quantidade de horas de audiodescrição na programação, que era de duas (2) horas diárias e passou para duas (2) horas semanais. A totalidade de audiodescrição na programação, que deveria ser alcançada em dez (10) anos,

⁹ Sine die - Cuja data não foi marcada; sem data futura. DICIONÁRIO. Sine Die. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/sine-die/>>. Acesso em: 21 jun. 2020c.

passou a ser de apenas vinte (20) horas semanais no prazo de dez (10) anos. Esse novo regulamento, certamente trouxe conforto aos radiodifusores e insatisfação das pessoas com deficiência visual (ROMEU FILHO, 2010, p. 63-64).

Percebe-se, portanto, através dessa trajetória judicial, que desde os inícios, existe “uma verdadeira batalha entre os interesses comerciais de grandes grupos empresariais de comunicação e o direito dos cidadãos com algum tipo de deficiência.” (ROMEU FILHO, 2010, p. 65). E nessa quebra de braço, com certeza, quem perde é quem mais precisa do recurso.

Com todas essas mudanças legislativas, vale frisar que é imprescindível ao profissional de conteúdos audiovisuais (Rádio, TV, Internet e similares) o conhecimento e atenção à legislação vigente que, como foi exposto, sofre atualizações com certa frequência. Além disso, aprofundar sobre a definição do recurso e como ele surgiu.

1.3 O que é o recurso de audiodescrição e o seu surgimento

A audiodescrição é a sonorização das palavras a partir da imagem vista pelo audiodescritor: “Transformação de imagens em palavras para que informações-chave transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão.” (FRANCO; SILVA, 2010, p. 23). Essa narração extra tem a função de descrever a linguagem corporal, o cenário, figurinos e até mesmo expressões faciais (ARAÚJO, 2010, p. 94). O objetivo desse recurso está no fato de acessibilidade que ele oferece aos seus usuários.

Amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais, gravados ou ao vivo, como: peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles e espetáculos de dança; eventos turísticos, esportivos, pedagógicos e científicos tais como aulas, seminários, congressos, palestras, feiras e outros, por meio de informação sonora. É uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010, p. 11).

O recurso torna possível a participação da pessoa com deficiência visual em contextos culturais e sociais diversos. Na prática, ele aproxima-se muito do que acontece no rádio, em que “o ouvinte é sempre levado a imaginar o que ouve e o que está sendo descrito.” (CHANTLER; HARRIS, 1998, p. 21). É uma forma de dar visão

àqueles que, por algum motivo, ou nunca viram ou que deixaram de assim fazer com os olhos físicos. Complementa César (2009), ao falar sobre a locução, “as palavras constroem imagens na mente do ouvinte.” (CESAR, 2009, p. 110). É para mostrar um mundo até então inacessível que o audiodescritor existe. Porém, vale lembrar, que a audiodescrição (AD) não é feita apenas para a pessoa com deficiência visual, mas auxilia também pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010, p. 11).

Lucatelli (2015) vai afirmar que o recurso é envolto em signos, “é uma modalidade de tradução intersemiótica que relaciona não somente palavras e imagens, mas também a linguagem que será utilizada, a escolha pelo que será audiodescrito.” (LUCATELLI, 2015, p. 5). É importante que essa tradução de um signo para outro seja bem compreendida pelo ouvinte, por isso é necessário um conhecimento técnico do audiodescritor. A audiodescrição, além de ser um recurso de acessibilidade, é “um meio de integração cultural e desempenha papel social importante.” (LUCATELLI, 2015, p. 8). Para tanto, esse meio precisa ser mais divulgado, incentivado e disponibilizado.

Apesar de ser ainda pouco conhecida e produzida, a audiodescrição já tem uma significativa trajetória; “a primeira vez que a audiodescrição apareceu descrita, como conhecemos hoje, foi na tese de pós-graduação de Gregory Frazier, em 1975, defendida na Universidade de São Francisco, nos Estados Unidos.” (LUCATELLI, 2015, p. 5). Alguns anos depois, a audiodescrição chega aos palcos do teatro.

Margaret Rockwell, pessoa com deficiência visual e fundadora do serviço de leitores via rádio The Metropolitan Washington Ear, e seu futuro marido, o voluntário Cody Pfanstiehl, foram responsáveis pela audiodescrição de Major Barbara, peça exibida no Arena Stage Theater em Washington DC em 1981. (FRANCO; SILVA, 2010, p. 24).

Margaret e Cody realizaram as “primeiras audiodescrições em fita cassete usadas em visitas a museus, parques e monumentos nos EUA” e também foram os responsáveis para que a audiodescrição chegasse à televisão (FRANCO; SILVA, 2010, p. 24). Segundo Franco e Silva (2010), a TV passou a testar a qualidade do que era produzido com espectadores cegos.

A partir de 1986 e com o auxílio do Metropolitan Washington Ear, a TV WGBH começou a realizar vários testes de recepção com espectadores com deficiência visual. Esses testes culminaram na criação do Descriptive Video Services (DVS), o primeiro provedor de material audiodescrito pré-gravado para televisão dos EUA. O DVS foi oficialmente lançado em 1990. (FRANCO; SILVA, 2010, p. 25).

A partir da televisão, a audiodescrição alcança óperas e o cinema (FRANCO; SILVA, 2010, p. 25). E assim, o recurso começa a ganhar o mundo: “Em 1985, as produções amadoras do pequeno teatro Robin Hood em Averham, na Inglaterra, foram as primeiras a contar com o recurso.” (FRANCO; SILVA, 2010, p. 26). Logo depois “a Organización Nacional de Ciegos Españoles (ONCE), em 1987, audiodescreve o filme O último Tango em Paris. Em seguida, é a vez da França... durante o Festival de Cannes de 1989.” (FRANCO; SILVA, 2010, p. 26). E ainda nesse país, “em 1989, os franceses audiodescrevem seu primeiro filme, Indiana Jones e a Última Cruzada.” (FRANCO; SILVA, 2010, p. 26). A partir dos relatos oriundos de Cannes, cinemas da Alemanha também organizam sessões em audiodescrição (FRANCO; SILVA, 2010, p. 26).

Na televisão, umas das pioneiras foi a rede de TV *Bávara Bayerischer Rundfunk*, de Munique, que passou a oferecer conteúdo com audiodescrição em sua programação, pode-se dizer com o máximo de qualidade “por fazer uso sistemático de um consultor com deficiência visual durante o processo de audiodescrição.” (FRANCO; SILVA, 2010, p. 26). Essa é uma etapa importante no processo de audiodescrição: ter uma consultoria com quem entende do assunto, pois é para esse público que é feito o trabalho e, se a tradução é bem feita, a comunicação acontece com mais eficácia.

No ano de 2003, o público brasileiro recebe, pela primeira vez, a audiodescrição “durante o festival temático ‘Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência’, que reproduz a ideia do festival *Wie Wir Leben* (Como Nós Vivemos) de Munique, na Alemanha.” (FRANCO; SILVA, 2010, p. 31). Em 2005, é disponibilizado em DVD o filme *Irmãos na Fé*, o primeiro com audiodescrição. Em 2006, o Festival de Curtas-metragens de São Paulo oferece o recurso e no ano seguinte também. Ainda em 2007, a peça teatral *Andaime* é exibida em São Paulo e o Festival de Cinema de Gramado também adere à audiodescrição. Como novidade, na televisão, surge a primeira propaganda brasileira acessível realizada pela marca Natura (FRANCO; SILVA, 2010, p. 31-32). A partir da televisão a acessibilidade também chegou à dança.

Os Três Audíveis foi o primeiro espetáculo de dança audiodescrito, que aconteceu em Salvador (maio de 2008) e em Curitiba (junho de 2009). E em maio de 2009, em Manaus, o público com deficiência visual pôde apreciar a

primeira ópera audiodescrita do país, Sansão e Dalila, atração do XIII Festival Amazonas de Ópera. (FRANCO; SILVA, 2010, p. 32).

De forma diferenciada, a audiodescrição passou também a ser promovida ao seu público alvo, no formato ao vivo, em sessões mensais na associação *Laramara*¹⁰, em São Paulo (SP); e também no *Centro Cultural Louis Braille*¹¹, em Campinas (SP), pelo projeto *Ponto de Cultura Cinema em Palavras* (FRANCO; SILVA, 2010, p. 32).

Franco e Silva destacam que esse movimento se fortaleceu ainda mais, em setembro de 2008, com a criação da primeira associação de audiodescritores do Brasil, chamada de MIDIACE – Associação Mídia Acessível. Faziam parte as universidades federais de Minas Gerais, Bahia e Ceará. E no mês seguinte, um grupo de audiodescritores se reunia em São Paulo (SP) para o primeiro encontro em defesa dessa causa. A partir daí surgiu “o primeiro site de filmes acessíveis, o www.blindtube.com, uma iniciativa da Lavoro Produções, Educus e Cinema Falado.” (FRANCO; SILVA, 2010, p. 32). Essas iniciativas e a procura pelo recurso apontavam cada vez mais um campo a ser desbravado.

De acordo com Franco e Silva (2010), a perpetuação desse trabalho não tem sido prioridade das figuras governamentais da comunicação, porém, tem-se sustentado de forma privada.

Mais de iniciativas privadas do que do apoio das autoridades dos meios de comunicação no que diz respeito ao cumprimento da lei que garante o acesso da população brasileira com deficiência visual aos meios audiovisuais. (FRANCO; SILVA, 2010, p. 32).

Os autores explicam que se não fosse essa falta de interesse da parte dos meios de comunicação, esses meios poderiam alcançar um público ainda maior, caso a programação fosse mais inclusiva. É possível dizer, como cita Franco e Silva (2010), que aqui no Brasil, “o recurso ainda dá seus primeiros passos.” (FRANCO; SILVA, 2010, p. 36). Para que a acessibilidade em audiodescrição alcance o patamar que ela deve conquistar, é importante que surjam mais pesquisas, publicações e cursos formais na área, para enfim, a pessoa com deficiência visual, perceber consolidado

¹⁰ Laramara Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual é uma organização da sociedade civil, sem fins de lucro e sem vínculos políticos ou religiosos. Fonte: INSTITUTO LARAMARA. Laramara. Disponível em: <<https://laramara.org.br/sobre/>>. Acesso em: 2 jul. 2020.

¹¹ Centro Cultural Louis Braille dedica-se a desenvolver e incluir a pessoa com deficiência visual no meio social, oferecendo serviços e atividades educacionais, culturais, sociais e de bem estar físico e psicológico. Fonte: Braille. Centro Cultural Louis Braille. Disponível em: <<http://www.braille.org.br/index.php/sobre>>. Acesso em: 2 jul. 2020.

seu direito constitucional no que se refere aos conteúdos audiovisuais (FRANCO; SILVA, 2010, p. 36).

A partir desse conhecimento em relação à audiodescrição, vale ressaltar que o público ao qual o recurso alcança vai muito além da pessoa com deficiência visual.

1.4 A quem se destina o recurso de audiodescrição

Como já mencionado anteriormente, a audiodescrição não está restrita somente a quem não possui os sentidos oculares. Como aponta Romeu Filho (2010), é um recurso que abrange não somente as pessoas com deficiência visual, mas também idosos, disléxicos e pessoas com dificuldades em compreender conteúdos audiovisuais e em leitura de textos com imagens (ROMEUFILHO, 2010, p. 65-66). E porque não dizer que também beneficia seus familiares, que não sabem muitas vezes lidar com essa situação ou que precisam deixar seus afazeres para acompanhar o familiar enquanto ele recebe tais conteúdos? Sant'Anna (2010) afirma que o recurso pode alcançar diversas realidades sociais.

Precisamos considerar a situação das pessoas com dificuldade de compreensão, analfabetos, bem como idosos, que, além das limitações físicas e sensoriais, por vezes, advindas da idade, durante toda vida, foram estimulados a "imaginar" e criarem suas conexões mentais sobre a informação que recebiam. (SANT'ANNA, 2010, p. 153).

Essa reflexão destacada por Sant'Anna (2010) é ainda mais preocupante quando essas pessoas com deficiência visual são idosas, vivem sozinhas, sem familiares para assisti-las em seus momentos de cultura e lazer diante do aparelho de televisão. E como não considerar também, os profissionais que, devido suas atividades, não podem acompanhar visualmente os conteúdos, como motoristas e domésticas e que têm no rádio um modelo de "companheiro inseparável." (SANT'ANNA, 2010, p. 153).

Sobre a importância da audiodescrição nos meios de comunicação social, pode-se dizer que é, principalmente pela relevância no fator de inclusão social, que precisa ser bem analisada e implementada. Essa preocupação é mencionada por Lucatelli (2015), quando a mesma refere-se ao recurso como uma modalidade de tradução intersemiótica. Por isso, a audiodescrição deve ser bem explorada e estudada, para que os conteúdos audiodescritos atinjam o seu objetivo: permitir "que

o público-alvo acompanhe a peça audiovisual sem maiores esforços, de forma clara.” (LUCATELLI, 2015, p. 8).

É, portanto, um dever dos meios de comunicação visual, encontrar os mecanismos necessários para garantir o acesso à informação e à cultura, em seus produtos disponibilizados (SANT’ANNA, 2010, p. 153). A audiodescrição é um vasto mercado de atuação profissional, que pode incluir tanto audiodescritores, roteiristas e narradores, quanto pessoas com deficiência visual, que segundo Campos, são “os mais adequados para trabalharem como consultores de obras audiodescritas.” (CAMPOS, 2010, p. 134). Ou seja, além de transformar a vida de tantas pessoas, também contribui para uma sociedade mais inclusiva profissionalmente. De acordo com Nunes (2010, p. 232), a audiodescrição, “pode ser vista pelos empresários como um negócio a ser desenvolvido.” ou seja, é sem dúvidas, capaz de tornar-se uma excelente oportunidade de mercado a ser explorado com profissionalismo e comprometimento social.

2 - TÉCNICAS E PROCESSOS PARA A PRODUÇÃO DE AUDIODESCRIÇÃO

Para que a audiodescrição torne-se cada vez mais realidade nos conteúdos audiovisuais disponíveis, é necessário, além do conhecimento sobre o recurso e sua utilidade entre as pessoas com deficiência visual, conhecer os critérios para sua produção. Em cada contexto em que o recurso está presente, há uma forma de fazê-lo; é o que será abordado no próximo tópico.

2.1 Formas de fazer audiodescrição

Desde seu surgimento, a audiodescrição tem ganhado espaço, o que garante que o maior número possível de pessoas com deficiência visual tenha acesso a esse recurso, tanto em programas de TV, quanto “nos livros didáticos, nas fotografias, nas revistas, nos filmes, nas peças de teatro, nos casamentos, nos batizados, além de outros tantos eventos e produtos.” (COELHO, 2018, p. 7).

De acordo com Machado (2011, p. 106), “o primeiro casamento do Brasil com audiodescrição ocorreu no dia 17 de dezembro de 2010 na capela do Instituto de Cegos Padre Chico em São Paulo (SP)”. Todos os convidados presentes que possuíam a deficiência visual, inclusive os noivos, puderam acompanhar a cerimônia com “detalhes da capela, da decoração, das roupas do casal, dos padrinhos e de toda a cerimônia. A audiodescrição foi feita ao vivo por Lívia Motta.” (MACHADO, 2011, p. 106). Motta (2016) enfatiza que o recurso tem ganhado expansão.

O uso do recurso tem sido cada vez mais frequente em espetáculos (peças de teatro, musicais, espetáculos de dança, espetáculos de circo, shows, stand ups, óperas e outros), programas de televisão, produtos audiovisuais, livros, publicações online, eventos sociais (casamentos, batizados e chás de bebê) e exposições em museus, principalmente nos grandes centros, sendo responsável por um movimento de inclusão cultural. (MOTTA, 2016b, p. 3)

Para uma peça de ópera, é importante descrever “as ações, entrada e saída em cena, o posicionamento dos personagens no palco, seus movimentos, expressões fisionômicas, gestos, efeitos de iluminação e a leitura das legendas.” (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010, p. 74-75).

No caso de filmes e demais produtos audiovisuais gravados, a audiodescrição é feita em estúdio, “mixada e inserida na trilha original, respeitando as falas de personagens ou narradores, evitando a sobreposição.” (MOTTA, 2016b, p. 3).

Em espetáculos, a pessoa com deficiência visual, após receber fones de ouvido, passa a ter acesso a descrições do local, do palco, dos instrumentos, do cenário, da montagem exata da orquestra, “os movimentos do maestro; enfim, ele tem acesso a tudo aquilo que é da imagem, não só a música.” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2020a).

Em museus, a audiodescrição acontece ao vivo através de monitores ou gravada em audioguias que, segundo Motta (2016), é um sistema de locução usado em museus, monumentos históricos, centros culturais e outros, que permite “uma visitação informada e autônoma.” (MOTTA, 2016b, p. 4).

O recurso é gerado ao vivo, acontece a partir de uma cabine acústica presente no local e utiliza-se um roteiro preparado antecipadamente, em que as descrições são encaixadas entre as falas dos personagens ou entre as pausas do espetáculo (MOTTA, 2016b, p. 3). “Em peças teatrais, espetáculos de dança, circo, [...], shows, musicais e outros, a audiodescrição é sempre feita ao vivo, usando para isso, [...] fones de ouvido e receptores.” (MOTTA, 2016b, p. 3).

Em congressos, seminários, palestras e eventos acadêmicos, a audiodescrição também já é utilizada. Nesses eventos, também “são audiodescritas imagens de slides, vídeos, a caracterização dos palestrantes, o auditório e o registro da presença de convidados e autoridades.” (MOTTA, 2016b, p. 3). O autor esclarece que a audiodescrição é feita entre as falas e, no caso de se fazer necessária a sobreposição, que esta não comprometa o entendimento da apresentação. Em exposição de telas, esculturas, projetos arquitetônicos, maquetes e em outras obras táteis, também pode-se ter o recurso para a melhor apreciação pela pessoa com deficiência visual (MOTTA, 2016b, p. 3). É possível ter a audiodescrição em exposição de fotografias, conforme Machado (2011) e deve-se descrever detalhes como os planos, as imagens com sequência da esquerda para a direita e as cores. Os elementos devem respeitar a ordem de primeiro plano e depois, descreve-se os que aparecem em segundo plano, conforme Figura 1.



Fonte: Júlio Riccó

Descrição: foto colorida em plano geral, com a câmera posicionada na lateral, de sete painéis fotográficos e sete fotografias táteis, alguns coloridos e outros em preto e branco, alinhados e fixados em dois grandes quadros de aviso de fórmica branca e pés metálicos, em saguão de paredes e piso brancos, tendo ao fundo uma escadaria. As fotografias táteis estão abaixo dos painéis fotográficos e são bem menores que seus respectivos painéis. Piso tátil bege contorna a exposição. No canto inferior direito da foto, o nome e o site do fotógrafo: Júlio Riccó photography www.julioricco.com.

Figura 1 – Descrição de foto em exposição

Fonte: MACHADO, 2011, p. 113.

No caso de audiodescrição em audiobook, Oliveira Júnior (2020a) explica que é feito o “roteiro não só da capa [...] como de todas as imagens contidas no livro [...] e na produção de um audiobook você tem [...] a narração inteira do livro.”. O autor lembra que as imagens podem ser audiodescritas no momento em que aparecem no texto ou no final de um parágrafo.

A audiodescrição em conteúdos infantis e adaptada para esse público, é feita “com uma linguagem fácil [...]; na leitura do livro também tem interpretação, a gente faz de uma maneira que fique um pouco mais divertida para a criança ficar mais tempo ouvindo aquele livro.” (SCHEER, 2020). Outra dica importante dada por Scheer (2020) é de que a descrição precisa ser mais direta, porém, sem omissão de informações, utilizam-se palavras fáceis e adaptadas ao público infantil.

Além de conhecer alguns contextos em que a audiodescrição está presente é essencial saber o que deve ser falado em uma cena e o que é mais relevante para a pessoa com deficiência visual.

2.2 - O que deve ser falado em uma cena

Segundo Oliveira Júnior (2020a), o audiodescritor deve descrever o que ele vê. Ele afirma ser essa a primeira regra da audiodescrição e uma forma simples e direta de entender o trabalho do audiodescritor. Essa regra parece óbvia, mas o autor faz questão de frisar que a descrição precisa ser realizada com base nas características da imagem e não no que ela possa representar ou em sua possível interpretação (COELHO, 2018, p. 34). Ele ainda complementa que “deve-se permitir que o público forme suas próprias opiniões e conclusões. Não edite, intérprete, explique nem ‘ajude’ a entender.” (COELHO, 2018, p. 35). O autor expõe o seguinte exemplo: “vê-se: ‘Maria franze a testa.’ Não se vê: ‘Maria está brava.’ Ou pior: ‘Maria está brava com João’.” (COELHO, 2018, p. 35).

De acordo com Coelho (2018), descrever os gestos e as expressões fisionômica, são interessantes por demonstrarem os sentimentos envolvidos na cena; por exemplo, ao dizer que alguém anda de um lado para outro, demonstra preocupação; o gesto de acenar, demonstra despedida ou cumprimento; balançar os ombros, revela desdém (COELHO, 2018, p. 35).

A descrição deve começar do macro para o micro, “do geral (o que é), e depois caracterizem os elementos particulares desse objeto (como, quando, onde) conforme eles se apresentem na imagem.” (COELHO, 2018, p. 35). O autor ainda ressalta que caso as imagens sejam complexas, os elementos devem ser separados em conjuntos, para que não gerem confusão nas informações. Se precisar fazer escolhas, opte pelos elementos essenciais; depois os secundários, sem causar o “prejuízo da mensagem central [...] contudo, não deve deixar de oferecer os demais elementos sempre que o tempo permitir.” (LIMA; GUEDES; GUEDES, 2010, p. 12-13).

Ao se tratar dos sons, não é necessário explicar ou descrever os que são comuns para não causar distração, “o audiodescritor deve evitar explicar os efeitos

sonoros.” (LUCATELLI, 2015, p. 26). Porém, “caso seja relevante para a narrativa, recomenda-se identificar sua fonte e localizar sua origem.” (SANTOS, 2017, p. 60); por exemplo, se algum objeto cair no chão, precisa-se descrever a causa do barulho. Também devem ser descritas as propriedades em relação ao “tato, como: macio, áspero, quente, frio, úmido, seco, duro, mole.” (COELHO, 2018, p. 37).

No caso de agrupamento de pessoas, aglomerações, entre outras situações que envolvam um conjunto de objetos, Coelho (2018) esclarece que a descrição com base em informações numéricas ajuda a pessoa a construir a imagem.

Ao descrever tamanho use informações numéricas sempre que possível para facilitar a construção mental e a visualização da imagem. Outra alternativa é o uso de referências comparativas, mas deve-se empregar com cuidado, com referências relevantes e de senso comum ao público. (COELHO, 2018, p. 37-38).

De acordo com Motta (2008), a audiodescrição torna possível o conhecimento de “cenários, figurinos, expressões faciais, linguagem corporal, entrada e saída de personagens em cena, bem como outros tipos de ação e detalhes.” (MOTTA, 2009, p. 1) considera que esta é a forma para assim interpretar e construir o entendimento do conteúdo. Tavares (2019, p. 70) explica que o recurso deve “ligar cenas; apresentar os personagens; indicar o contexto, o ambiente e o tempo; descrever as ações; elucidar as intenções, entre outras.”. Araújo observa que fazer audiodescrição ultrapassa o que é percebido pela visão, mas que “questões técnicas, linguísticas e fílmicas precisam ser observadas para que se possa levar a cabo a tarefa.” (ARAÚJO, 2010, p. 95).

Assim sendo, durante a cena, o audiodescritor precisa levar em consideração alguns aspectos fundamentais, dentre eles, o fato de que “goza de um sentido que seu público-alvo não goza: a visão. Dessa maneira, é importante que ele busque [...] não descrever elementos facilmente dedutíveis.” (LUCATELLI, 2015, p. 15). Como também, “não revelar antecipadamente aspectos presentes na obra para que o próprio espectador possa inferir significados.” (LUCATELLI, 2015, p. 16).

É bem verdade que nem sempre é possível encontrar uma palavra exata para descrever o que se vê, por isso Lucatelli (2015) ressalta que para transmitir o que é mais importante em uma cena deve-se “fazer uma aproximação, ainda que imprecisa, entre o que se vê e o que se dirá.” (LUCATELLI, 2015, p. 9). Tavares complementa que “o importante é não ser minucioso desnecessariamente; é ser breve e preciso; é

buscar descrever o essencial.” (TAVARES, 2020). E ainda, “escolher palavras que descrevam precisamente a cena e evitar que as expressões se repitam, pois isso pode se tornar uma distração para o espectador.” (LUCATELLI, 2015, p. 25).

Também vale a pena lembrar, que “as informações sobre as cenas não podem expressar opiniões pessoais do audiodescritor.” (MOTTA, 2009, p. 5). Nem “explicar o que não está claro no filme. O usuário de AD deve entender o filme e ao mesmo tempo ficar com as mesmas dúvidas que os videntes ficaram considerando a dubiedade e a multiplicidade de sentidos.” (POZZOBON, 2010, p. 112). É importante que o “ouvinte faça sua própria interpretação da obra, sem que tenha recebido informações que não estão nas imagens.” (LUCATELLI, 2015, p. 25).

Deve-se evitar as antecipações, “entretanto, algumas vezes é necessário antecipar a ação, caso no momento exato do acontecimento não seja possível realizar a audiodescrição sem interferir no áudio original, por exemplo.” (LUCATELLI, 2015, p. 26). Pozzobon (2010, p. 112) concorda: “há muitos casos em que a descrição da cena só pode ser feita um pouco antes ou um pouco depois do desenrolar da cena, justamente porque nela há um diálogo.”

Araújo (2010), ao tratar de sobreposição, ou seja, quando a voz do audiodescritor cobre o que acontece na cena, recomenda-se que isso aconteça apenas em situações extremas, de grande importância ou “quando a descrição é fundamental para esse entendimento.” (ARAÚJO, 2010, p. 100). Tavares (2019) complementa que a sobreposição pode acontecer desde que, a descrição seja essencial para a compreensão da cena e dá o seguinte exemplo: “uma personagem despeja em um copo o veneno guardado em um anel, enquanto fala qualquer coisa banal ou enigmática.” (TAVARES, 2019, p. 50). Neste caso, é conveniente dar a informação, mesmo que sobreponha a fala e que não seja esta a orientação da audiodescrição em relação ao cinema.

Assim como descrever uma cena, detalhar uma foto também requer uma certa atenção, pois precisa-se respeitar uma sequência descritiva para que a audiodescrição faça sentido e traga clareza ao usuário do recurso.

2.3 - Descrever uma foto

É comum entre os audiodescriptores, explica Tavares (2020), quando o assunto é audiodescrição de foto, seguir um padrão que vai da esquerda para a direita e de cima para baixo.

Há um consenso de que uma fotografia deve ser descrita da esquerda para direita e de cima para baixo, mas pesquisas realizadas no UECE, sob orientação da professora Vera Lúcia Santiago, usando rastreador visual, mostra que o olho humano, majoritariamente vai fazer percursos diferentes de acordo com a imagem. A prática da audiodescrição e a consultoria com pessoas com deficiência visual nos mostram que o mais importante é seguir um padrão lógico de acordo com o estímulo despertado em cada foto. (TAVARES, 2020).

Coelho complementa que “para facilitar que a pessoa com deficiência visual monte a imagem mentalmente, você pode colaborar categorizando o que irá descrever logo no início da sua descrição.” (COELHO, 2018, p. 40). Ele exemplifica que é possível usar a palavra “paisagem” para descrever uma imagem de plano aberto ou da natureza, ou ainda a expressão “capa de revista” para descrever uma imagem com muitas informações verbais (COELHO, 2018, p. 40). Para a consultora em audiodescrição e cega, Cristiana Mello Cerchiari (2020b), deve-se descrever elementos gerais e depois específicos.

Primeiro deve-se fornecer uma visão geral da foto: quantas pessoas ela mostra, se mostra a natureza, etc. Depois descrevemos elementos específicos, tomando cuidado para a descrição não ficar muito extensa. Ou seja, a audiodescrição (ou AD) deve motivar o usuário do recurso a prestar atenção nele e a usufruir dele. Na AD de um convite, por exemplo, é essencial que a pessoa primeiro leia o conteúdo do convite, e só depois leia a descrição sucinta da foto que ilustra o mesmo. (CERCHIARI, 2020b).

Motta (2016) complementa que o objeto ou situação fotografada podem ser descritos a partir de seus ângulos, como diagonal, perfil, frente, de cima para baixo ou de baixo para cima. E precisa responder: o que ou quem é o objeto fotografado; onde está e de onde o objeto ou pessoa foi fotografado, considerando distância, ângulo e enquadramento de câmera; o espaço e o tempo a que ele se encaixa. A autora dá algumas dicas de como definir certas características físicas em uma fotografia de pessoa.

Gênero e faixa etária: homem, mulher, jovem, criança, garoto, garota, menino, menina, senhor, senhora, homem idoso, mulher idosa, homem de meia idade, mulher de meia idade.

Cor de pele: branco, negro, oriental, indígena.

Estatura: alto, baixo, estatura mediana.

Peso: corpulento, gordo, esquelético, magro, musculoso, corpo atlético.

Olhos: cores (azuis, pretos, castanhos, verdes, cor de mel); formato (amendoados, grandes, puxados, pequenos).

Cabelos: cores (pretos, castanhos, louros, ruivos, brancos, grisalhos); comprimento (longos, curtos, curtíssimos, na altura dos ombros) tipo/textura (encaracolados, lisos, anelados, ondulados, cacheados, espetados, armados, fartos, ralos).

Boca: lábios finos, lábios grossos.

Sobrancelhas: espessas, finas, grossas, arqueadas.

Nariz: afilado, arrebicado, grande, largo, adunco.

Trajes: vestido, saia, calça, blazer, terno, bermuda, shorts, colete, camiseta, jeans, vestido longo, capa, casaco, sobretudo, camisa de manga longa, cueca, calção de banho. Atenção para os trajes de época.

Não será necessário mencionar todas as características físicas, somente as mais marcantes. (MOTTA, 2016a, p. 3).

Motta (2016) esclarece que a descrição da foto deve começar com a característica a qual ela pertence: colorida ou preto e branco, o plano a que pertence ou, ao invés de usar o termo técnico, falar das características que esse plano possui: atributos físicos, os trajes, onde acontece e as características do lugar, conforme Figura 2.

| | |
|---|--|
|  | <p>Descrição: fotografia, em preto e branco, em primeiro plano (do peito para cima) e em formato redondo, de Euclides da Cunha, um homem branco, com cabelos curtos e escuros, penteados para trás, olhos pequenos e fundos, bigodes espessos, com expressão séria. Ele usa paletó escuro sobre colete, camisa branca e gravata.</p> |
|  | <p>Descrição: fotografia colorida, em plano médio (da cintura para cima), de Marcello Antony, um homem branco, de pele clara, alto, com porte atlético, olhos verdes e cabelos castanhos ligeiramente anelados, com expressão sorridente. Ele veste jaqueta de couro marrom sobre suéter cinza mescla de decote V.</p> |
|  | <p>Descrição: fotografia em preto e branco, em primeiro plano (do peito para cima) de José de Alencar, um homem branco, de cabelos pretos penteados para trás, testa larga, barba espessa e longa um pouco grisalha, nariz afilado, com óculos de aros de metal pequenos e ovais. Ele veste casaca preta sobre camisa branca de gola alta e gravata fina de laço.</p> |

Figura 2 – Descrição de foto

Fonte: MOTTA, 2016a, p. 4.

Para a descrição de paisagens naturais devem ser citadas características como o tipo de relevo, solo e vegetação. Em paisagens urbanas, menciona-se a arquitetura, as construções, pavimentação das ruas, o vestuário das pessoas, os veículos, pois esses fatores indicam épocas históricas, hábitos culturais e regionais. Com a presença de pessoa na paisagem, parte-se dela para os demais elementos da imagem (MOTTA, 2016a, p. 4). Para ilustrar melhor a explicação, a autora dá o seguinte exemplo: O que? Fotografia colorida. Quem é a pessoa ou quantas pessoas? Um alpinista. Como? Está de bermuda azul, camiseta laranja, luvas brancas, cordas e equipamentos na cintura. A ação que faz? Está escalando (pode usar advérbios). O que? Uma montanha rochosa e escarpada, cercada por outras montanhas. Quando? Em dia claro (MOTTA, 2016a, p. 5), conforme Figura 3.



Audiodescrição: Fotografia colorida de um alpinista com bermuda azul, camiseta laranja e luvas brancas, cordas e equipamentos na cintura, escalando uma montanha rochosa e escarpada, cercada por outras montanhas, em dia claro.

Figura 3 – Descrição de foto em paisagem

Fonte: MOTTA, 2016a, p. 5.

Para imagens estáticas, Motta (2016) orienta que a primeira coisa é identificar o tipo de imagem, como foto, desenho, quadrinhos e charge. A partir da ideia geral, organizar os elementos, cores e também responder às perguntas: o que ou quem, como, onde e quando. O uso de artigos indefinidos (um, uma, uns, umas) deve ser usado quando os elementos ainda não foram identificados; uma vez identificados,

usa-se os artigos definidos (a, o, as, os); e o tempo verbal sempre no presente (MOTTA, 2016a, p. 6).

A descrição de uma foto, que é algo estático, já é bem responsabilizante, porém, não mais que a audiodescrição realizada em eventos, que requer mais habilidade e atenção do audiodescritor.

2.4 - Descrever um evento

Cada vez mais tem sido frequente o uso do recurso de audiodescrição em congressos, seminários, palestras e eventos variados, o que, de acordo com Motta, “demonstra a preocupação com o direito das pessoas com deficiência de acesso à comunicação e à informação.” (MOTTA, 2013, p. 2). A autora relata que além do evento em si, também podem ser descritas imagens contidas em apresentação de slides, vídeos, as características dos palestrantes, o local do evento, convidados e autoridades importantes presentes. Para que possam descrever o evento, os audiodescritores geralmente se posicionam em cabines acústicas, no próprio local de onde conseguem ter a visão do que é apresentado e também dos participantes. Possuem um roteiro de apoio, com informações sobre o espaço, o evento, as logomarcas utilizadas, os vídeos que serão expostos durante a apresentação, o nome das participações, palestrantes e apresentações que serão realizadas (MOTTA, 2013, p. 2).

Motta (2012) detalha que o público deficiência visual entra antes no local do evento para receber “informações detalhadas sobre cenários, figurinos, descrição do teatro e ficha técnica, o que não dá tempo para ser feito durante o espetáculo, quando os audiodescritores se restringem às ações.” (MOTTA, 2012, p. 4). Quando durante as apresentações houver apresentação de vídeos ou outros materiais visuais, é importante que estes sejam passados para o audiodescritor com antecedência para que, os tendo em mãos, possam preparar-se melhor para o momento em que serão utilizados. Ou até mesmo deve-se combinar com o apresentador em “dar uma pausa entre um slide e outro para que o audiodescritor possa descrever as imagens sem interferir na fala do palestrante.” (MOTTA, 2013, p. 2).

Para que o evento seja acessível à pessoa com deficiência visual, a audiodescritora Liliana Barros Tavares (2020) expõe que se deve descrever “Quem”

e “Onde”. Ao tratar do “Quem”, deve-se dizer se é homem ou mulher; a idade que aparenta, se possui pele negra, morena ou clara. Se os cabelos são curtos, longos, na altura dos ombros, calvo, liso ou cacheado, com topete, solto ou amarrado e qual a cor. As características do rosto, como: bigode, barba, óculos de aros quadrados e vermelhos, sobrancelhas grossas, bem delineadas. Sobre a roupa: se tem detalhe, qual a cor, blusa ou camisa. Se está de colar, cordão, brinco e o que mais captura o olhar. No que se refere ao “Onde”, deve-se falar do cenário: ao fundo parede de cor..., quadro de..., uma estante com livros, porta-retratos, uma cortina cor e detalhe ... e dê a localização: à esquerda, a direita, no alto, em baixo...; ou caso alguma coisa aconteça durante a apresentação, por exemplo: algo ou alguém caiu, algo ou alguém passou no local (TAVARES, 2020). Cerchiari (2020b) lembra que a audiodescrição deve contemplar os pontos que estão em evidência, mas também os imprevistos.

Sempre o que mais chamar a atenção no momento e não tiver sido verbalizado. Exemplo: o orador da *live* pede para alguém compartilhar uma tela com os slides, mas a apresentação ainda não apareceu. O audiodescritor pode e deve observar a situação e dizer que os slides ainda não apareceram. (CERCHIARI, 2020b).

De acordo com Motta (2013, p. 2), o acesso ao conteúdo audiodescrito é recebido pela pessoa com deficiência visual através de receptores e fones de ouvido cedidos no local do evento. Naves (2016) complementa que a audiodescrição é recebida por aplicativos que os usuários baixam em seus dispositivos móveis: “a transmissão da AD é realizada via *WIFI* a partir de um computador servidor que envia o conteúdo para os fones de ouvido de um *smartphone* ou de um *tablet*.” (NAVES, 2016, p. 14).

Como visto, nem sempre é possível, durante o evento, fazer uma descrição suficiente do cenário, porém, é preciso fazer escolhas. Essas opções e a forma como são feitas trazem a melhor compreensão do que se passa no local.

2.5 - Como descrever um cenário

Como visto anteriormente, é fundamental a descrição do local para a compreensão do que se passa na cena, “a ambientação é sempre muito relevante na AD, porque descreve para o espectador o cenário, tudo aquilo que rodeia os personagens.” (LUCATELLI, 2015, p. 48). E dependendo da complexidade do cenário, é importante que estas informações sejam passadas antes do evento devido

ao tempo que se precisa para tal e para não distrair o espectador durante a apresentação. Lucatelli (2015, p. 39) ainda afirma, que deve-se “descrever os ambientes de acordo com sua relevância para a compreensão da obra, mas não é recomendável dar informações em excesso, pois isso pode desconcentrar o espectador.”. Tavares (2020) ainda complementa, “vai depender do contexto, de quanto tempo se tem disponível para isso. Ele pode ser descrito por completo nas notas introdutórias ou ser descrito durante o evento à medida que as ações forem se passando.” (TAVARES, 2020). Coelho (2018) apresenta uma sequência de texto para roteiro de descrição de um cenário, a ser realizada antes da apresentação da peça, conforme Figura 4.

| | |
|--|--|
| <p>DESCRIÇÃO DO CENÁRIO Breve descrição dos cenários e elementos cênicos da peça, que serão lembrados no roteiro.</p> | <p>O cenário do espetáculo é composto por um grande painel ao fundo representando uma imensa floresta, com muitas árvores, flores, arbustos e uma grama verdinha.</p> <p>Há poucos elementos no palco que entram em algumas cenas, como: espelho, cartas e trono da rainha. O espelho é uma estrutura móvel representando uma parede de tijolos cinza com uma moldura amarela oval e, dentro, um fundo azul-escuro onde aparece o rosto da atriz que interpreta Angel.</p> <p>As cartas são grandes espumas com desenhos de naipes coloridos, como os corações vermelhos que chamam do naipe de copas...</p> |
|--|--|

Figura 4 – Descrição de cenário em roteiro

Fonte: COELHO, 2018, p. 29.

Coelho (2018) enfatiza que o local onde acontece a peça precisa ser descrito, com as suas características próprias, com a noção de espaço, extensão e apresentação de elementos principais que compõem o local, conforme Figura 5.

| | |
|---|--|
| <p>DESCRIÇÃO DO TEATRO Situar o público, indicando todos os espaços, banheiros acessíveis, serviços, saídas de emergências e outros.</p> | <p>O teatro João Caetano possui 150 poltronas pretas almofadadas, espalhadas em dez fileiras com níveis mais baixos à frente do palco e mais altos distantes do palco. O espaço tem um formato retangular com cerca de 100m², tem o pé direito alto e as paredes forradas com carpete escuro. A sua frente há o palco com elevação de mais de um metro de altura em madeira escura por toda a extensão. Tem largura de seis metros por quatro de profundidade e mais de seis metros de altura. Há cortinas vermelhas de veludo cobrindo toda a frente do palco nesse momento...</p> |
|---|--|

Figura 5 – Descrição de local em roteiro

Fonte: COELHO, 2018, p. 28.

Deixar a pessoa com deficiência visual situada do local onde se passa cada cena, se esta muda de localização, “é necessário localizar sempre os ambientes, dizer que o personagem volta a um determinado ambiente em que já esteve; deixar claro caso um mesmo ambiente tenha sofrido mudanças e descrever quais foram” (NAVES, 2016, p. 21).

Para quando há mudança de cenário, Naves (2016, p. 21) dá uma dica: “quando há uma mudança de ambiente, a audiodescrição começa por aí, como por exemplo: ‘no escritório’; ‘no jardim’; ‘na praia...’ etc.”. Porém, se estes locais não são tão relevantes, podem ser omitidos, para que a quantidade de detalhes não abstraia a atenção do que é o foco (NAVES, 2016, p. 20-21).

A localização nas mudanças de tempo também deve fazer parte da descrição. Lucatelli (2015, p. 39) reafirma que “é importante localizar o espectador com relação ao tempo, por exemplo, quanto ao tempo que se passou entre as ações.” (LUCATELLI, 2015, p. 39). Neste caso, a dica de Naves (2016, p. 21) é: “a mudança de tempo é anunciada logo que aconteça para o melhor entendimento da cena. Exemplos: ‘é dia’, ‘é fim de tarde...’, ‘de madrugada’...”. Cerchiari (2020b), orienta que em um cenário, deve-se descrever tudo o que houver tempo para ser descrito e o essencial para se compreender a cena. Em alguns casos, de forma mais detalhada, a audiodescrição acontece antes do evento e são retomadas de forma sucinta durante o mesmo. Caso seja algo gravado, o audiodescritor roteirista e o audiodescritor consultor farão a descrição do cenário na minutagem mais adequada.

Entendido o cenário, é hora de conhecer as regras para a descrição de uma pessoa, os atributos físicos que devem ser falados e as características que são interessantes e que precisam ser detalhadas.

2.6 - Como descrever uma pessoa

Para fazer a descrição de uma pessoa, Coelho (2018) orienta seguir uma linha lógica que inicie em cima e depois desce, que parte dos cabelos para a testa, depois os olhos, detalhes da boca, do queixo e os ombros. Depois descreve-se a roupa também de cima para baixo, da parte superior até os sapatos (COELHO, 2018, p. 36). Localizar de acordo com a sequência das informações: “da esquerda para a direita,

de cima para baixo, do centro para o canto direito [...]; fornecer na descrição informações importantes como: 'onde', 'quando', 'quem', 'o que' e 'como'." (COELHO, 2018, p. 36).

Sobre como descrever fisicamente uma pessoa, Lucatelli (2015) defende que "a descrição dos atributos físicos, por exemplo, deve ser feita à medida que interfira na composição da cena. Não é necessária uma descrição detalhada, pois isso pode tornar a AD cansativa." (LUCATELLI, 2015, p.39). A respeito disso, Coelho (2018) ainda afirma que "a descrição da cor da pele e dos traços faciais pode ou não ser relevante no contexto, mas se as informações forem relevantes para uma personagem, será para todos." (COELHO, 2018, p. 40). Esta sequência é descrita por Cerchiari (2020b), a partir da estatura física.

Devemos começar pela descrição da estatura, do rosto, tom de pele, olhos e cabelo, ressaltando apenas o que mais chama a atenção. Em seguida, podemos descrever brevemente a roupa que a pessoa usa, um acessório que chame visualmente a atenção, etc. (CERCHIARI, 2020b).

Quem também contribui com essa temática é Schwartz: "no caso dos personagens, pode-se descrever sua caracterização física (incluindo faixa etária, vestuário e expressão facial e corporal) e seus estados emocionais [...], físicos e mentais." (SCHWARTZ, 2016, p. 60).

Ao descrever uma pessoa em contexto de vídeo, evite "o uso de terminologia fílmica [...] termos como: 'a câmera se afasta'; 'close', etc., dificulta a compreensão de cenas se o deficiente visual não está acostumado aos termos da linguagem cinematográfica." (ALVES; TELES; PEREIRA, 2011, p. 24). Já Motta (2020) acrescenta que, além das feições do rosto, também podem ser utilizados termos técnicos.

Os gestos e seus significados, as expressões fisionômicas que indicam surpresa, alegria, tristeza ou desânimo estão presentes no roteiro de audiodescrição para cinema, assim como a linguagem cinematográfica, o enquadramento de câmera, desde que não interrompam a narrativa, a poética da audiodescrição. (MOTTA, 2020).

Como citado por Motta (2020), é desejável que os profissionais de audiodescrição tenham conhecimento técnico, como o posicionamento de câmera e enquadramentos, e que conheçam as terminologias utilizadas em fotografia e no cinema. A partir desse ponto, será possível conhecer alguns dos principais planos que poderão auxiliar o audiodescritor de acordo com os conceitos de Sanada e

Sanada (2004) e imagens extraídas do site primeirofilme.com.br. Antes, é importante saber que o *enquadramento* é tudo que se quer mostrar em uma cena e o *plano* é a distância entre a câmera e o objeto ou pessoa que é filmado (PRIMEIRO FILME, 2020).

O Plano Geral captura o máximo de informações do local onde a cena acontece (SANADA; SANADA, 2004, p. 59), conforme Figura 6.



Figura 6 – Plano Geral

Fonte: PRIMEIROFILME, 2020.

Plano Americano, mostra o personagem da altura dos joelhos até a cabeça (SANADA; SANADA, 2004, p. 61), conforme Figura 7.



Figura 7 – Plano Americano

Fonte: PRIMEIROFILME, 2020.

O Plano Médio corta os personagens da cintura até a cabeça (SANADA; SANADA, 2004, p. 61), conforme Figura 8.



Figura 8 – Plano Médio

Fonte: PRIMEIROFILME, 2020.

O Primeiro Plano, assemelha-se a uma fotografia 3x4, mostra dos ombros até a cabeça (SANADA; SANADA, 2004, p. 62), conforme Figura 9.



Figura 9 – Plano 3x4

Fonte: PRIMEIROFILME, 2020.

Close-up aproxima a pessoa filmada e o rosto ocupa quase toda a tela (SANADA; SANADA, 2004, p. 62), conforme Figura 10.



Figura 10 – Plano Close-up
Fonte: PRIMEIROFILME, 2020.

O Plano Detalhe, como o próprio nome já diz, mostra detalhes da pessoa ou do objeto mostrado (SANADA; SANADA, 2004, p. 63), conforme Figura 11.



Figura 11 – Plano Detalhe
Fonte: PRIMEIROFILME, 2020.

Sobre a ordem das descrições, pode-se seguir a orientação de Naves (2016, p. 18): “na descrição dos atributos físicos de um personagem é recomendável a seguinte sequência: gênero, faixa etária, etnia, cor da pele, estatura, compleição física, olhos, cabelos e demais características marcantes.” Coelho (2018), exemplifica estes detalhes ao descrever uma personagem chamada “Cecília” em seu figurino, estatura, tamanho de cabelos, cor dos óculos e detalhes de roupas, conforme Figura 12.

| | |
|---|---|
| <p>DESCRIÇÃO DAS PERSONAGENS E FIGURINO</p> | <p>Izamara interpreta Cecília: 21 anos, mora em Bragança Paulista (sotaque caipira), sofre de bulimia. Ela tem estatura média, cabelos longos escuros e bem lisos, tem pele clara, usa óculos de grau vermelho. Veste uma blusa larga de manga curta branca com detalhes de bolinhas pequenas na altura do peito. Ela usa calça preta... (continua com a descrição de todas as personagens e seus respectivos figurinos).</p> |
|---|---|

Figura 12 – Descrição de personagem

Fonte: COELHO, 2018, p.29.

Vale lembrar a diferença entre descrever e interpretar: “descrever os elementos que levam o espectador a inferir o estado emocional dos personagens e não interpretar o sentimento em si. Não dizer ‘Ela está triste’, mas ‘Ela leva as mãos ao rosto e chora’.” (ALVES, TELES; PEREIRA, 2011, p. 24).

Em relação ao figurino ou vestimenta do personagem, Naves (2016, p. 19) recomenda: “começar pelas peças maiores e pela parte superior para depois passar para as menores e acessórios”. Essa descrição detalhada serve apenas para as pessoas mais relevantes da cena: “não é necessário descrever o figurino de todos os personagens em todas as cenas, pois o excesso de informação torna a audiodescrição cansativa e tira o foco do ponto principal.” (NAVES, 2016, p. 19).

Como explanado, o excesso de informações pode tornar uma audiodescrição cansativa, por isso o audiodescritor deve fazer uma seleção de acordo com o tempo que ele tem para tal. Muitas vezes estas informações aparecem escritas e exigem desse profissional atenção e eleições. A forma de descrição dessas informações será tratada no próximo tópico.

2.7 - Descrição de informações escritas

A respeito das informações escritas, como legendas ou GC, créditos, logomarcas; Oliveira Júnior (2020a) defende: “tudo o que está na tela, tem que ser dito.”. O mesmo acontece em relação às siglas: “a tradução das siglas, caso estejam acessíveis a todos os espectadores, também devem ser audiodescritas.” (SANTOS, 2017, p. 60). Lucatelli recomenda: “é válido lembrar que os direitos do programa e as obrigações contratuais devem ser observados.” (LUCATELLI, 2015, p. 27).

A autora observa que as logomarcas e títulos iniciais aparecem muito rapidamente e que nem sempre é possível fazer a audiodescrição durante a abertura do vídeo, nesses casos ela sugere: “dar informações relevantes sobre o programa, ou deixar sem descrição, caso as informações sejam acompanhadas de uma música, por exemplo, que o público possa apreciar.” (LUCATELLI, 2015, p. 26-27).

A autora ainda faz um contraponto interessante, de que durante a descrição dos créditos, geralmente o público sente-se perdido, porém, alguns demonstram interesse; por isso, sugere que seja analisada cada situação: “a questão dos direitos é muito importante e, por isso, cada caso deve ser analisado individualmente.” (LUCATELLI, 2015, p. 26).

Porém, o que fazer quando os créditos se sobrepõem às imagens ou às informações sonoras importantes? A esse respeito, Santos (2017, p. 60) observa “os créditos iniciais e finais devem ser lidos, mas precisam ser evitados caso se sobreponham à audiodescrição de cenas.”. Lucatelli (2015, p. 39) também concorda: “créditos, textos, títulos, legendas e intertítulos devem ser lidos, desde que não se sobreponham a imagens que estejam aparecendo concomitantemente e que serão importantes para a compreensão do enredo.”.

Na medida do possível, as informações escritas devem ser faladas, para darem entendimento da identificação do local, de pessoas, siglas, empresas, enfim, detalhes que trazem colorido ao que se passa. Por falar em colorido, para a pessoa com deficiência visual, detalhes de cor são relevantes? É o que será exposto no próximo assunto.

2.8 - Pode-se descrever cores

Falar ou não de cores é uma dúvida que muitas pessoas tem ao pensar em pessoas com deficiência visual, porém, profissionais da audiodescrição fazem seus esclarecimentos: “as cores devem ser sempre mencionadas. Elas guardam significados construídos culturalmente. Procure descrever o essencial.” (TAVARES, 2020). Lucatelli (2015) lembra que a pessoa com deficiência visual faz associações: “a descrição das cores é importante porque ainda que o público-alvo não as veja, ele tem a capacidade de associar com algo que conheça.” (LUCATELLI, 2015, p. 26).

Coelho (2018, p. 37), aponta que “as cores fazem parte da composição da imagem. É importante descrevê-las como se apresentam [...], são expressivas na imagem ou às vezes ilustrativas [...] devem fazer parte da descrição.” Oliveira Júnior (2020a) complementa que a cor “é uma construção social, então precisa estar dentro do material.”.

Mianes (2016) cita que muitos descritores acreditam que os usuários não dão importância às cores e que por isso não seria necessário mencioná-las, porém, não é assim, pois as cores devem ser ditas. O autor complementa que de fato algumas cores são mais difíceis de compreensão, mas que isso é tolerável, porém, essa realidade não pode ser motivo para suprimir a informação, mesmo que seja imprecisa e com pouco tempo para tal. Uma solução, explica ele, “seria suprimir a palavra ‘cor’, e dizer que algo é ‘claro’ ou ‘escuro’, ainda que o ideal seja dizer antes qual a cor do que fora descrito.” (MIANES, 2016, p. 18). O autor quer dizer que para abreviar a fala, ao invés de dizer “cor verde escuro”, diga-se apenas, “verde escuro”.

Também não é possível esquecer as pessoas que construíram ao longo da vida suas referências de cores ou as que possuem baixa visão (COELHO, 2018, p. 37). Afinal, a audiodescrição não é apenas voltada para o cego, mas alcança um público maior.

O mundo da deficiência visual engloba pessoas com baixa visão também. E as pessoas com baixa visão, elas podem enxergar um pouco de cor, a gente tem níveis diferentes de baixa visão, mas elas podem enxergar um pouco de cor. (SCHEER, 2020).

Scheer (2020) completa que ao citar a cor em uma audiodescrição, localiza-se melhor a pessoa e dá o seguinte exemplo, quando o audiodescritor diz: “fulano à esquerda,

está com uma blusa vermelha. Talvez se ele enxerga o vermelho e ele vê aquele borrão vermelho ele vai se localizar.” (SCHEER, 2020).

A autora ainda reflete que não é pelo fato de uma pessoa ter deficiência visual desde seu nascimento, que ela não entende o sentido da cor ou o que determinada cor quer transmitir. E ainda não se pode esquecer que existe o público que já enxergou um dia e que por algum problema ou doença perdeu a visão, mas que tem a memória das cores (SCHEER, 2020).

Alves, Teles e Pereira (2011, p. 23), concordam com Scheer (2020), sobre a descrição das cores: “grande parte dos deficientes visuais tem ou já teve alguma visão útil e, portanto, a memória de cores. Uma grande parte, também, dos que têm cegueira congênita, consegue atribuir significado para as cores.”. Os autores ainda trazem o seguinte exemplo: “verde é a cor das plantas, vermelho é uma cor forte e chamativa, que sugere paixão, raiva, etc., e azul é uma cor bastante calma, que remete ao céu.” (ALVES; TELES; PEREIRA, 2011, p. 23). Para cancelar a importância da descrição das cores, Cristiana Mello Cerchiari, cega e consultora em audiodescrição, afirma que “é essencial que isso seja feito. Caso contrário, o usuário do recurso não terá uma ideia fidedigna da obra ou produto em questão. A cor deve ser descrita, sempre de forma resumida, quando o contexto assim o exigir.” (CERCHIARI, 2020b).

As cores de fato fazem parte também do contexto da pessoa com deficiência visual, até mesmo aquelas que nunca enxergaram conseguem fazer essa conexão. Pensar em conexão em uma sociedade conectada, é lembrar de redes sociais, este será o próximo tema a ser abordado.

2.9 - Audiodescrição nas redes sociais

Em um mundo conectado, as redes sociais estão sempre em evidência e também fazem parte do cotidiano das pessoas com deficiência visual. Oliveira Júnior (2020a) argumenta que quando o assunto é audiodescrição nas redes sociais, “todas as pessoas são muito bem vindas.” e que é possível fazer uma audiodescrição de forma simples: “descreva o que você vê, organiza a sua descrição, [...] da esquerda para a direita ou de cima para baixo. Só conta o que tem naquela foto.” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2020a). O autor não diminui o recurso, mas demonstra o quanto ele pode

ser utilizado por todos: “a audiodescrição vai além da legenda, mas se você iniciar desta forma só indicando que é você nesta foto, como que você está nesta foto, e para onde você olha, já é muito legal.” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2020a). Todo o texto da descrição pode ser seguido da *hashtag* *pracegover* (#pracegover), que “foi um grande feito da Patrícia Braille, que trouxe esta questão de todo mundo tentar e todo mundo usar e isso é muito bom.” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2020a).

O que foi explanado por Oliveira Júnior (2020a) pode ser aplicado em vídeos, lives ou qualquer outro material audiovisual, que poderão utilizar a mesma técnica realizada nas apresentações feitas em espetáculos e eventos, ou seja, fazer uma descrição geral já no início do conteúdo. E ao longo do vídeo, ao mostrar determinados objetos, trazer algumas características apresentadas anteriormente sobre o mesmo. Esta é a sugestão da autora deste trabalho e acentuada por Tavares (2019): “teóricos europeus, estudiosos da acessibilidade no cinema, defendem a ideia de que a audiodescrição comece ser pensada já no início do processo produtivo do audiovisual.” (TAVARES, 2019, p. 110). A autora aponta que essa atitude indica “uma importante mudança no status da audiodescrição, que deixaria de ser um recurso terceirizado, isto é, algo realizado por técnicos que não integram a equipe original da produção, para se tornar um elemento constitutivo de cada obra.” (TAVARES, 2019, p. 110).

Sobre o uso da audiodescrição nas redes sociais, Scheer (2020) esclarece que quando se acessa o *Facebook*, *Instagram* e o *Twitter* e se compartilha imagens e vídeos com textos, alguns aplicativos fazem essa leitura: “a pessoa com deficiência visual quando ela usa o computador, o celular, eles usam um leitor de tela, que é uma voz sintetizada que vai lendo tudo que vai aparecendo na tela.” (SCHEER, 2020). A autora explica que esse leitor de tela, ao passar por uma imagem, o próprio aplicativo, “faz uma descrição desta imagem automaticamente. Só que esta descrição é extremamente básica, para não dizer que não passa informação nenhuma.” (SCHEER, 2020) e revela que existem muitas discussões a esse respeito. A autora afirma que o *Facebook*, *Instagram* e o *Twitter* possuem “uma função de texto alternativo, onde você mesmo pode entrar na imagem e colocar não só a legenda, mas também o texto alternativo, que é o texto da audiodescrição.” (SCHEER, 2020). Ela complementa que esse texto alternativo não irá aparecer para todo mundo, mas somente para quem usa o leitor de tela, pois ele fica atrás da imagem (SCHEER,

2020). Esse artifício evita que fique em evidência um “textão” junto à postagem: “você mesmo pode fazer a descrição das suas redes sociais... quando você vai postar uma foto no Instagram ou uma foto no Facebook ele já dá a opção de colocar o texto alternativo junto com a legenda.” (SCHEER, 2020). Para o *Twitter*, a autora recomenda que precisa-se habilitar essa possibilidade nas configurações do próprio *Twitter*, mas que a partir disso, irá sempre aparecer “a opção de colocar o texto alternativo e é muito importante.” (SCHEER, 2020).

Scheer (2020) esclarece que antes da opção dos textos alternativos eram muito usadas as *hashtags* e a que ficou mais conhecida é a #pracegover criada pela professora da Bahia, Patrícia Braille. Na época da criação, esta *hashtag* até gerou problema: “deu muita polêmica por conta do ‘Pracegover’, se cego não enxerga; mas desculpa, o cego lê, o cego enxerga, de outra maneira, mas ele enxerga.” (SCHEER, 2020). A autora e audiodescritora considera que as *hashtags* chamam muito a atenção e o conteúdo delas com audiodescrição são fáceis de serem encontradas pelas pessoas com deficiência visual (SCHEER, 2020). E completa: “dá para usar os dois, dá para usar a *hashtag*, dá para usar o texto alternativo. O Instagram é mais difícil usar a *hashtag* porque a legenda fica muito grande, mas no Facebook é super válido usar as *hashtags* de acessibilidade.” (SCHEER, 2020). Oliveira Júnior (2020a) encoraja a todos os usuários que enxergam e que utilizam as redes sociais, a aventurarem-se no recurso da audiodescrição: “a responsabilidade do audiodescritor é muito grande, o que não pode inibir de maneira nenhuma das pessoas fazerem suas audiodescrições amadoras nas redes sociais [...] todo mundo é muito bem-vindo a fazer.” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2020a).

Com o uso das redes sociais, a audiodescrição está cada vez mais presente e disponível para as pessoas com deficiência visual; além das *lives* e transmissões ao vivo, também é possível encontrar vídeos e fotos com o recurso. O próximo tema abordará os três contextos da audiodescrição.

2.10 - A audiodescrição nos contextos ao vivo, gravada e simultânea

O uso do recurso de audiodescrição pode ser disponibilizado nas versões ao vivo, gravado e simultâneo. Em todas elas, a descrição dos conteúdos obedece às mesmas regras, ou seja, entram “nos espaços entre as falas dos personagens, nos

silêncios, nas pausas e em alguns momentos sobre a trilha sonora musical. As falas e os ruídos importantes devem ser preservados.” (COSTA, 2010, p. 85). O primeiro contexto a ser trabalhado será o gravado.

2.10.1 - A audiodescrição gravada

Antes da exposição de como a audiodescrição gravada é produzida, vale a pena conhecer como a pessoa com deficiência visual tem acesso a esse recurso nessa versão: “o público pode acessar uma audiodescrição gravada de diferentes maneiras, como: usando fones de ouvido, selecionando uma banda de áudio diferente no televisor ou pelo leitor de tela de um computador ou celular.” (COELHO, 2018, p. 10).

O recurso de acessibilidade em audiodescrição audiovisual na versão gravada “é utilizada em produtos já prontos, que não vão ter mais nenhuma alteração; então a gente faz um roteiro que também não vai ter mais nenhuma alteração, por exemplo filmes, programas de TV que são gravados, [...] livros.” (SCHEER, 2020).

Coelho (2018, p. 21) afirma que a forma de audiodescrição gravada abrange “a totalidade do trabalho do audiodescritor e pode ser o meio mais qualitativo ou completo de produzir a audiodescrição.” Essa modalidade gravada engloba vídeos, mas também “imagens estáticas: livros, revistas, quadrinhos, cartazes, fotografias, sites, redes sociais.” (COELHO, 2018, p. 21) e de acordo com o autor, pode ser acessada a partir de leitores de tela ou *braille*. O autor cita que o audiodescritor realiza primeiramente uma pesquisa sobre o material a ser descrito e sobre o contexto que está inserido. Depois elabora o roteiro de acordo com as técnicas e normas da audiodescrição. Na sequência, o roteiro pronto passa pela avaliação de um consultor em audiodescrição, que realiza as contribuições e adequações necessárias. Após este percurso, o conteúdo é gravado (COELHO, 2018, p. 21-22).

Na etapa da gravação do roteiro, sugere-se “uma locução bem dirigida, entonação adequada, pausas, volume e articulação da voz para que finalize uma produção impecável ao público [...] realizada entre os diálogos da trama e mixada com o áudio original.” (COELHO, 2018, p. 23). A respeito do processo em que a audiodescrição gravada precisa ser editada e mixada ao áudio original, será tratado mais adiante.

Como já foi explanado anteriormente, a audiodescrição gravada contempla muitos outros formatos: “além do audiovisual, podemos inserir a audiodescrição em um convite online, nas redes sociais, em sites, nos livros didáticos, nas revistas faladas, no áudio-guia de museus, em exposições e outros.” (COELHO, 2018, p. 24). Dentre os dois outros contextos, o que possui características similares a audiodescrição gravada é a versão ao vivo, que será definida a seguir.

2.10.2 - A audiodescrição ao vivo

Como o próprio nome já revela, essa audiodescrição acontece ao vivo, durante a realização dos eventos ao vivo. O usuário utiliza fones de ouvido para acompanhar a transmissão: “a audiodescrição é recebida pelos fones enquanto o universo sonoro original do filme é transmitido pelo sistema de som da sala. Assim, o usuário tem autonomia para regular o volume do conteúdo acessível.” (COSTA, 2010, p. 85). Tavares (2019) também confirma esse formato, ao referenciar sobre o áudio que é produzido na hora e “é transmitido por aparelhos móveis [...] transmissores (de ondas de rádio ou de sinais de celulares).” (TAVARES, 2019, p. 74). Durante o evento, o público que enxerga acompanha o conteúdo normalmente, apenas quem precisa do recurso inclusivo tem acesso aos aparelhos e, todos juntos, público com e sem deficiência visual, compartilham o mesmo espaço e o mesmo produto (COSTA, 2010, p. 85).

O local onde o audiodescritor produz a audiodescrição ao vivo, “geralmente fica em uma cabine acústica, de onde ele consegue ver o filme e, na maioria das vezes, a plateia.” (TAVARES, 2019, p. 74).

Scheer (2020) afirma que a audiodescrição ao vivo também conta com o roteiro; apesar de ser ao vivo, ela possui uma sequência já previamente estabelecida, porém, podem ocorrer imprevistos: “pode acontecer algum problema, o ator pode tropeçar, cair e pode acontecer alguma coisa; e se acontecer isso, o audiodescritor precisa estar lá na hora, para poder falar essa informação.” (SCHEER, 2020). A autora ainda enfatiza que o audiodescritor precisa estar no local, com o roteiro em mãos, atento a tudo que acontece e insere na hora exata as frases de audiodescrição.

Santana (2010) cita que a audiodescrição ao vivo roteirizada pode ser utilizada em filmes, no caso de salas de cinema, em espetáculo teatral, dança, exposições e

diversas outras manifestações audiovisuais (SANTANA, 2010, p. 120). Para o uso em programas de televisão ao vivo, Naves (2016, p. 12) relata que o recurso também deve ser ao vivo com o auxílio do roteiro.

Em programas veiculados ao vivo, a audiodescrição precisará, também, ser veiculada ao vivo. De qualquer modo, o audiodescritor poderá elaborar um pré-roteiro para não entrar no ar sem qualquer informação sobre o programa. (NAVES, 2016, p. 12).

O autor ainda orienta para que o audiodescritor tenha acesso antecipado aos materiais, como roteiro e gravações que serão inseridas (NAVES, 2016, p. 12).

Ainda sobre a necessidade de pré-produção, Coelho (2018) afirma que na audiodescrição ao vivo, estão também presentes todas as etapas da audiodescrição gravada, “como a pesquisa, o roteiro das descrições e a consultoria. Após o roteiro finalizado, o audiodescritor fará a narração desse roteiro ao vivo [...] junto ao público da audiodescrição.” (COELHO, 2018, p. 26).

Para a confecção do roteiro, Coelho (2018) exemplifica a partir de um espetáculo teatral, que para um trabalho ser bem feito é necessário ter acesso a alguns elementos, como “o script da peça, os ensaios do espetáculo ou as prévias apresentações, a filmagem do espetáculo (algumas vezes) ou o ensaio geral.” (COELHO, 2018, p. 26). O autor acrescenta que só depois de estudar o conteúdo a ser descrito é que o audiodescritor inicia a descrição. Para a descrição do roteiro de uma peça, é importante acompanhar todo o texto e a audiodescrição ser inserida entre as falas de forma destacada com letras maiúsculas (COELHO, 2018, p. 29), conforme Figura 13.

| | |
|---|---|
| <p>ROTEIRO DA PEÇA</p> <p>Entre as descrições do roteiro e os diálogos; a audiodescrição das cenas está em letras maiúsculas.</p> | <p>Várias histórias de aventuras...</p> <p>Katy: Aham, tá bom! Humpf (fala com desatenção).</p> <p>Professora: Katy! Você está prestando atenção na leitura?!!! É muito importante para a lição do dia!</p> <p>Katy: Que lição chata, que história mais sem graça! Se fosse a minha, os bichos falariam, seria um mundo de fantasia...</p> <p>Professora: Mas Katy, você quer que as coisas sempre sejam do seu jeito?!!</p> <p>Katy: (ignora a fala da professora) os peixes voariam. Os sorvetes cresceriam em árvores e as professoras seriam mais amáveis.</p> <p>Professora (brava): Katy!!!!</p> <p>(André entra esbaforido olhando seu relógio.)</p> <p>OLHANDO PARA O RELÓGIO NO PULSO, ANDRÉ ENTRA APRESSADO DO LADO ESQUERDO DO PALCO E SAI PELO LADO DIREITO.</p> <p>André: Estou com pressa, com pressa! Muito atrasado! Oh, meu Deus, a rainha vai mandar contar a minha cabeça.</p> <p>Katy: Nossa! Você viu aquilo? (diz espantada para a plateia).</p> <p>KATY, NA FRENTE DO PALCO, OLHA PARA A PLATEIA COM AS MÃOS NAS BOCHECHAS.</p> <p>Katy: Ele entrou dentro daquele buraco (aponta na direção que André correu).</p> <p>Nossa, vamos ver aonde ele vai...</p> <p>KATY CORRE ATRÁS DE ANDRÉ PARA O LADO DIREITO DO PALCO E CAI NUM BURACO.</p> <p>(Katy sai correndo atrás de André e entra no mundo da fantasia.)</p> <p>Professora: Katy! Volta aqui! Eu não terminei a lição.</p> <p>(Katy grita enquanto cai no buraco.)</p> <p>O PALCO ESCURECE</p> |
|---|---|

Figura 13 – Descrição em peça teatral ao vivo

Fonte: COELHO, 2018, p.29.

Além dos contextos ao vivo e gravado, já explanados, existe a versão simultânea, a qual exige um pouco mais de preparação do audiodescritor.

2.10.3 - A audiodescrição simultânea

A audiodescrição simultânea, revela Scheer (2020), é utilizada para serviços que não possuem roteiro, pois não tem uma definição exata do que irá acontecer e o audiodescritor não sabe dos acontecimentos antecipadamente. Nesse caso, toda a audiodescrição acontece simultaneamente ao evento. Essa modalidade é muito utilizada em aulas ao vivo, em palestras, seminários, *lives*, jogos de futebol e outros eventos semelhantes. E em tudo isso o audiodescritor precisará improvisar. É

importante que o audiodescritor tenha algumas informações prévias sobre o local, as pessoas ou objetos de destaque, dentre outras; além disso, “que ele seja muito bom também de observação, para poder descrever na hora tudo que está acontecendo.” (SCHEER, 2020).

De acordo com Rezende (2014), tanto na audiodescrição ao vivo como na simultânea, “o audiodescritor necessariamente tem que ser o locutor.” (REZENDE, 2014, p. 16). Essa defesa está no fato de que na modalidade ao vivo podem acontecer modificações no roteiro durante a apresentação e isso exige alterações, enquanto a simultânea o roteiro acontece durante o evento. Em fator de comparação, isso é diferente na audiodescrição gravada, uma vez que o audiodescritor e o locutor podem ser pessoas diferentes, devido ao fato de o produto audiovisual não sofrer mudanças (REZENDE, 2014, p. 16).

Santana (2010) define essa modalidade de audiodescrição simultânea: “consiste na narração em tempo real, simultânea ao que está sendo apresentado, porém sem um roteiro elaborado anteriormente.” (SANTANA, 2010, p. 120). Coelho (2018) enfatiza sobre a necessidade de improvisação do audiodescritor, que precisa realizar as descrições “simultaneamente com o objeto que está sendo visto, de forma dinâmica e improvisada, a partir da imersão que ele deve ter feito em pesquisas e informações obtidas previamente sobre o assunto.” (COELHO, 2018, p. 30). Sobre a importância nestes casos de uma pesquisa prévia, Santana (2010) oferece ao audiodescritor a seguinte dica: “o que podemos sugerir para que a tradução nesse caso aconteça de maneira mais acertada, é levantar um pequeno briefing, ou seja, algumas informações sobre o tema, as pessoas envolvidas e o evento em questão.” (SANTANA, 2010, p. 120).

Ainda sobre a audiodescrição simultânea, Alves e Teles (2017) lembram que a atividade ainda é considerada nova e que “não existem normas específicas para todas as modalidades, e os audiodescritores podem ser obrigados a desenvolver a habilidade de lidar com bastantes incertezas no seu campo de trabalho.” (ALVES; TELES, 2017, p. 428). Por isso, completam os autores, que o audiodescritor precisa buscar o treinamento profissional para o êxito da execução do recurso (ALVES; TELES, 2017, p. 439).

Devido à exigência de uma audiodescrição improvisada, Coelho (2018, p. 31) enfatiza sobre a necessidade de preparação prévia do profissional, como algo extremamente importante, pois os dados recolhidos trarão a qualidade da audiodescrição, que será recebida pelo público de maneira segura e responsiva. O maior número de informações sobre o evento poderá resultar em uma audiodescrição mais assertiva durante o evento. Para o autor, “essa audiodescrição poderá ocorrer em casamentos, partos, formaturas, eventos acadêmicos, palestras, simpósios, desfiles de moda e outros tantos eventos e produções que ocorrem ineditamente para o público.” (COELHO, 2018, p. 31).

Após saber qual produto será audiodescrito, é chegada a hora de preparar o roteiro, afinal como já visto, ele é de suma importância.

2.11 - Como se dá a construção do roteiro

De acordo com Tavares (2020), não existe um padrão de roteiro para a produção de audiodescrição. A consultora em audiodescrição Cristiana Mello Cerchiari também confirma: “existe uma estrutura básica, mas não um modelo de roteiro, pois cada produto audiovisual é único, requerendo audiodescrição personalizada.” (CERCHIARI, 2020b). A consultora explica que, no caso de um evento ao vivo, como um espetáculo, o roteiro é dividido em duas partes: notas introdutórias, que são audiodescritas antes do evento, e o roteiro da apresentação.

Nas notas introdutórias, costuma-se definir sucintamente a AD, ler primeiro o convite do espetáculo, depois descrevemos os personagens, o cenário, o local onde o espetáculo será apresentado e outros detalhes específicos. (CERCHIARI, 2020b).

Já o roteiro em si possui toda a apresentação e informações complementares, porém, caso algum imprevisto aconteça, o audiodescritor precisará dizer mesmo que o fato não estava no planejado (CERCHIARI, 2020b). Motta (2020) completa que durante a fala dos personagens, são informadas no roteiro a “entrada e saída de cena, ações, trejeitos, expressões corporais, iluminação, a mudança de cenário e tempo.” (MOTTA, 2020).

Lucatelli (2015, p. 36) lembra que o roteiro não pode antecipar detalhes, que serão descobertos pelo espectador posteriormente. Deve-se utilizar linguagem objetiva e evitar interpretações (LUCATELLI, 2015, p. 38), pois “o objetivo de uma AD

não é interpretar o que acontece na cena, mas permitir o espectador tire suas próprias conclusões a partir da audiodescrição.” (LUCATELLI, 2015, p. 60). As ações devem ser descritas com precisão, ser utilizado o tempo verbal presente do indicativo (LUCATELLI, 2015, p. 39) e evitar elementos repetitivos durante a audiodescrição (LUCATELLI, 2015, p. 52). Araújo (2010, p. 100) afirma que as descrições na audiodescrição podem ter interpretações diferentes a partir do ponto de vista de cada audiodescritor.

A maioria dos audiodescritores concorda que a narração não deve sobrepor as falas originais (LUCATELLI, 2015, p. 41). Araújo (2010, p. 120) concorda e esclarece que a diferença entre audiodescrição e legendagem é exatamente o fato da legenda entrar simultaneamente às falas e a audiodescrição, preferencialmente, entre as falas; o que também é afirmado por Santana (2010, p. 120): “preferencialmente deve acontecer nos espaços oferecidos entre os diálogos dos personagens, respeitando sempre o roteiro original, as intenções de pausas, efeitos, ruídos e trilha sonora.” Porém, em alguns casos, é necessária a sobreposição, por exemplo, quando passa-se muito tempo sem audiodescrição ou quando a descrição da imagem é fundamental para a compreensão da cena. Diante da necessidade de sobreposição, Pozzobon (2010) instrui a escolher um momento estratégico.

Porém, há casos em filmes em que uma cena longa ou mesmo uma sequência inteira é completamente ocupada por diálogos e ruídos importantes. Nessas situações, provavelmente será necessário informar na AD o contexto ou algum detalhe da imagem, e, portanto, é preciso avaliar qual é o diálogo ou ruído menos crucial na cena, e cobri-lo com uma rápida e sucinta descrição. (POZZOBON, 2010, p. 110).

Coelho (2018, p. 37) também revela essa necessidade de sobreposição e dá o seguinte exemplo: “Débora está falando sem parar sobre fazer uma torta, mas está sutilmente tirando um revólver de uma gaveta.”. Nesse caso, afirma o autor, o audiodescritor precisa falar, pois todos ouvirão o tiro antes da personagem terminar de dizer sobre a receita, porém, o audiodescritor deve utilizar frases curtas e simples.

De acordo com Araújo (2010, p. 101), o roteiro deve conter os tempos iniciais e finais discriminados para a inserção da audiodescrição, instruções técnicas e as “deixas”, que é a última frase antes da audiodescrição, conforme Figura 14.

| TIME-CODE | AUDIODESCRIÇÃO | |
|-----------------------------|---|----------------------------------|
| 00:04:22:03 --> 00:04:25:20 | Mas Vó, como é que é feita a chuva? A avó enxuga as lágrimas no vestido. | → DEIXA |
| 00:04:34:23 --> 00:04:36:20 | – Você não lembra? Romanza balança a cabeça negativamente. | → DEIXA |
| 00:05:35:22 --> 00:05:37:11 | –... só esperando o sol, pra fazer eles brilhar. Os olhos verdes de Romanza sorriem. [Rápido] [Falar assim que aparece o rosto de Romanza] | → DEIXA → RUBRICA |
| 00:06:11:22 --> 00:06:13:21 | – Você vai ver só. A avó olha para São José. Lá fora... | → DEIXA |

Figura 14 – Roteiro de audiodescrição

Fonte: ARAÚJO, 2010, p. 101.

Santana (2010, p. 124) também utiliza a marcação de tempo, como no roteiro do primeiro filme publicitário brasileiro com audiodescrição, lançado em 2008, pela marca *Natura Naturé*, conforme Figura 15.

| |
|--|
| TC IN: 00.00 / OUT: 00.04 |
| DESENHO DE BOLHAS DE SABÃO ESCRITO: NATURA NATURÉ... APRESENTA... |
| TC IN: 00.05 / OUT: 00.02 |
| CRIANÇAS SENTADAS EM RODA NA BEIRA DE UM LAGO |
| TC IN: 00.03 / OUT: 00.00 |
| DESENHO ANIMADO DE GOTAS DE CHUVA CAINDO. |
| TC IN: 00.24 / OUT: 00.29 |
| DESENHO DE GOTINHAS DE ÁGUA EVAPORANDO E FORMANDO NUVENS NO CÉU |
| TC IN: 00.30 / OUT: 35 |
| DESENHO DA ÁGUA PASSANDO POR VÁRIOS ENCANAMENTOS SUBTERRÂNEOS E CHEGANDO ÀS CASAS |
| TC IN: 00.42 / OUT: 00.49 |
| SEQUÊNCIA DE CENAS DE VÁRIAS CRIANÇAS FELIZES TOMANDO BANHO COM NATURA NATURÉ |
| TC IN: 00.51 / OUT: 00.56 |
| EMBALAGENS COLORIDAS DA LINHA NATURÉ NA BORDA DE UMA BANHEIRA BRANCA CHEIA DE ESPUMA |

Figura 15 – Roteiro com marcação de tempo

Fonte: SANTANA, 2010, p. 124.

Para o roteiro de audiodescrição com o voice over, Costa (2010, p. 86) não utiliza as “deixas”, nem a marcação de tempo, apenas a tradução e a audiodescrição, como no roteiro do filme Los Olvidados de Luis Buñuel, conforme Figura 16.

AD: Através de uma antiga porta de madeira entreaberta, aparece um quarto simples iluminado por um abajur. A mulher se ajeita olhando-se em um espelho.

Mulher: *Não repara a bagunça, ta?*

AD: Ela apanha uma roupa no chão.

Mulher: *Fica à vontade.*

(barulho da porta)

AD: Ela fecha a porta. O homem de pé observa através da janela. O ambiente é banhado por uma luz azulada.

Figura 16 – Roteiro com voice over e audiodescrição

Fonte: COSTA, 2010, p. 86.

Coelho (2018, p. 25) sugere que um roteiro de audiodescrição para vídeo seja feito em colunas, onde a primeira coluna destina-se a informações técnicas para o editor de áudio, que fará a mixagem da trilha com a narração no tempo determinado em minutos e segundos, o *time-code* (TC). Sendo *time In*, o tempo inicial e o *time out*, o tempo final; além da *deixa*, que é uma dica para a edição. Na coluna central, em T, a quantidade de segundos que o audiodescritor possui para a narração e V, a velocidade da locução, que poderá ser normal (N) ou rápida (R). A última coluna, destina-se às frases de audiodescrição. Essa forma de roteiro citada pelo autor foi utilizada no Filme Cinegibi 6, da Turma da Mônica, conforme Figura 17.

| Filme: CINEGIBI 6 - Turma da Mônica (HORA DO BANHO – BLOCO 1) | | | |
|--|---|---------------|--|
| 1 | IN: 00:42;06 OUT: 00:50;18 Deixa: Vinheta - Hora do banho | T: 8" V: N | Na calçada... Magali e Cebolinha passam. |
| 2 | IN: 00:56;20 OUT: 00:59;20 Deixa: "tá bom" | T: 3" V: N | Magali e Mônica vão pra um lado. Cebolinha para outro. |
| 3 | IN: 00:59;20 OUT: 01:08;09 Deixa: Abre a lata de lixo | T: 8" V: R | Escondido atrás da lata de lixo, Cascão. Olha pra um lado... Pro outro... |
| 4 | IN: 01:08;09 OUT: 01:11;12 | T: 3" V: N | Também atrás da árvore... |
| 5 | IN: 01:11;12 OUT: 01:15;22 Deixa: Muro de tijolinhos | T: 4" V: R | Atrás do muro... Ele se agacha. |
| 6 | IN: 01:15;22 OUT: 01:20;25 | T: 5" V: N | Magali passa. |

Figura 17 – Roteiro com voice over e audiodescrição

Fonte: COELHO, 2018, p. 25.

Tavares (2019, p. 70) lembra que muitos audiodescritores preferem utilizar o pronome pessoal na terceira pessoa do singular ou do plural, outros utilizam a voz passiva ou sujeito indeterminado. Outros ainda preferem usar a primeira pessoa do plural em imagens com câmera subjetiva, conforme Figura 18.

6:08 VISTA AÉREA DA CAATINGA CINZA AMARRONZADA QUE SURGE INCLINADA NO HORIZONTE E PARECE GIRAR LENTAMENTE. NOS APROXIMAMOS DE UM CÂNION. SOBREVOAMOS AS ÁGUAS ESVERDEADAS ENTRE FALÉSIAS,
 6:24 ÁGUAS DE UM RIO MARGEADO POR PEDRAS.
 6:32 NOS APROXIMAMOS DE UMA GRANDE ROCHA. O CÂNION PARECE INCLINAR.
 6:43 CONTINUAMOS ACELERADAMENTE ACIMA DE UMA CORREDEIRA CONTRA O FLUXO D'ÁGUA, POR ENTRE AS FALÉSIAS DE PEDRA. A ÁGUA VOLUMOSA E AGITADA CORRE COM FORÇA.
 7:01 MAIS À FRENTE, O RIO CALMO (BAILE..., 1996).

Figura 18 – Roteiro com o uso da terceira pessoa do plural

Fonte: TAVARES, 2019, p. 70.

Motta (2010, p. 73) sugere que, para a construção de um roteiro, por exemplo, de uma apresentação, é importante participar dos ensaios, acompanhar as falas dos personagens e fazer as anotações para a audiodescrição. A autora relembra que em alguns espetáculos é importante que o roteiro seja preparado para a audiodescrição começar antes do evento, com as informações que não são possíveis durante a apresentação, tais como sinopse, informações técnicas, cenário, as características do local e dos personagens (MOTTA, 2010, p 73). O roteiro precisa passar pela validação de um consultor em audiodescrição, que é uma pessoa com deficiência visual com formação em audiodescrição. Esse profissional será explanado no próximo capítulo.

Com o roteiro pronto é hora da narração ou locução que, como já visto, pode acontecer ao vivo, simultânea ou gravada. Para esse momento é importante colher as dicas que os profissionais de rádio e autores da área de audiodescrição sugerem para uma boa locução.

2.12 - Dicas de locução

Antes do surgimento da audiodescrição, uma forma do cego ter acesso à cultura era através do rádio, e não são poucos os que ainda fazem uso desse meio de comunicação. Muitos locutores, em seus programas, costumam descrever os convidados, o estúdio, objetos e assim, levam quem os ouvem, a imaginar tais

elementos a partir da locução. Por ter a audiodescrição essa familiaridade com o rádio e ser a voz, o principal instrumento para a construção desse recurso, vale a pena buscar em autores renomados neste segmento, dicas para o cuidado da voz e a prática de locução.

Cuidar da voz, por ser o instrumento de trabalho, vale tanto para locutores quanto para audiodescritores que cumprem a função de narradores; Behlau e Pontes (2001) sugerem alguns hábitos e atitudes positivas para uma boa voz, como: beber bastante água; evitar falar rapidamente ou em ambientes ruidosos; aquecer a voz antes de usá-la; evitar esforço vocal; evitar mudanças bruscas de temperatura; evitar roupas apertadas na região do pescoço, tórax e abdome; não se automedicar; fazer repouso vocal após o seu uso; evitar ar condicionado e bebidas alcoólicas (BEHLAU; PONTES, 2001, p. 46). César (2009) completa que é necessário ter sete (7) horas de sono por dia, fazer exercícios de relaxamento, evitar líquidos gelados e alimentação pesada antes de ir para o ar (CÉSAR, 2009, p. 69-70). Cerchiari (2020b) alerta que, além dos cuidados, é importante buscar auxílio médico: “o audiodescritor narrador precisa lidar bem com sua voz, estudar muito para explorá-la bem, cuidar bem dela, trabalhá-la junto a um(a) fonoaudiólogo(a), fazer aquecimento vocal.” (CERCHIARI, 2020b).

Uma dica interessante dada por Chantler e Harris (1998) é manter o controle da respiração e o tom da voz: “não há nenhuma necessidade de ‘aumentar’, seu tom de voz no rádio, porque o microfone faz isso por você. Não grite. Mas sente-se com o corpo ereto e respire de forma correta.” (CHANTLER; HARRIS, 1998, p. 73). Ao forçar a voz, o usuário percebe que não é natural e na audiodescrição não há necessidade de interpretar um personagem, mas favorecer com que a pessoa com deficiência visual consiga visualizar o conteúdo audiodescrito. Ser o mais natural possível, pois no senso comum, o grito repele as pessoas e o sentido da audiodescrição, ao contrário, é para promover a socialização. Os autores ainda frisam: “não force sua voz muito para cima ou muito para baixo, indo além do que lhe é confortável. Conduza sua voz para um meio-termo entre uma locução monótona e ‘cantada’.” (CHANTLER; HARRIS, 1998, p. 73). A partir desses conceitos, é possível concluir que a audiodescrição precisa ser agradável, tanto para quem a ouve, quanto para quem a faz. Para o entendimento do melhor tom de voz a ser usado, Chantler e Harris (1998) afirmam que é fundamental que durante a leitura, o tom de voz e o ritmo

devem estar perfeitos, ter naturalidade, mas, ao mesmo tempo, ser informal “com quantidade exatas de ‘luz’ e ‘sombra’ na voz.” (CHANTLER; HARRIS, 1998, p. 74).

Saber pronunciar bem as palavras é algo fundamental no rádio: “o importante é ter uma boa dicção, articular bem as palavras, saber pronunciá-las corretamente, inclusive as estrangeiras.” (PRADO, 2006, p. 91). Esta dica também pode ser usada na prática da audiodescrição, afinal na maioria das vezes o usuário só tem uma chance de ouvir a informação e se esta não for compreendida, terá prejudicado seu entendimento em relação ao conteúdo. Prado (2006, p. 92) ainda recomenda eliminar o uso do gerundismo.

O ritmo da fala também faz toda a diferença e também necessita ser analisado: “é preciso também ter um compasso, uma espécie de balanço, adequado a falar, ou seja, não pode ser muito rápido, que ninguém aguenta e nem devagar demais, que todos dormem, uma voz equilibrada.” (PRADO, 2006, p. 91). É comum durante alguns momentos, o audiodescritor acelerar a voz para conseguir dentro do tempo fazer a audiodescrição, porém, mesmo neste caso, é preciso ter o cuidado para não ser acelerado demais e causar a repulsa de quem ouve. Além disso, o ritmo ajuda na entonação e essa, empregada de forma incorreta, pode mudar o sentido da frase; portanto, respirar corretamente evita erros de cadência e a distorção do que se fala (CÉSAR, 2009, p. 71). Para Tavares (2020), a entonação precisa estar em coerência com a obra audiodescrita. Franco e Araújo (2011, p. 28) afirmam que as ênfases na locução a tornam mais prazerosas e, de acordo com pesquisa feita pelas autoras, o ritmo “provou ser essencial para tornar a descrição ainda mais eficiente para o público com deficiência visual.” (FRANCO; ARAÚJO, 2011, p. 18). Motta (2010) também concorda que a forma de se fazer a locução pode dar vida ao roteiro.

Muitas vezes, o roteiro está bem elaborado, mas a locução sem vida faz com ele perca a qualidade. O contrário também pode acontecer: o audiodescritor com sua entonação, timbre, clareza e alguns improvisos pode melhorar um roteiro medíocre. (MOTTA, 2010, p. 76).

Conforme Tavares (2019, p. 60), não basta ao audiodescritor narrador ser um bom profissional da voz e saber colocá-la bem em determinados conteúdos, mas também precisa estar a par das técnicas da audiodescrição. Para Motta (2020), a narração está ligada à interpretação e é dosada de acordo com o tipo específico de produto.

A audiodescrição mistura narração com interpretação para fazer a tradução de sentimentos, de cenas de humor, tensão, de emoção. Quando falamos em interpretação, estamos enfatizando a necessidade de acompanhar o gênero de espetáculo ou produto audiovisual, para que o espectador perceba o recurso de acessibilidade como parte integrante daquilo que está assistindo. (MOTTA, 2020).

Motta (2020) continua esse conceito, ao explicar que a audiodescrição proporciona emoção e desperta sentimentos como fazer rir e chorar, além de transmitir a beleza ou crueldade empregada no audiovisual, o que torna ainda mais responsabilizante a entonação e a expressividade (MOTTA, 2020). Para Lucatelli (2015, p. 39), a narração deve ter fluidez e não ser monótona. Costa (2010) tem uma visão particular em relação à narração, principalmente se o audiodescritor faz também o trabalho destinado ao tradutor ou o profissional conhecido como *voice over*: “O audiodescritor, portanto, deve ser discreto quando está fazendo a descrição assim como quando está fazendo o *voice over*. O tom de voz da audiodescrição deve ser neutro, discreto e agradável.” (COSTA, 2010, p. 89). Já a audiodescritora Livia Motta (2010) contesta a neutralidade e defende que “a audiodescrição não é somente informação, mas entretenimento, e não pode ser neutra e sem emoção.” (MOTTA, 2010, p. 75). Schwartz (2016, p. 62) menciona autores que “deixam clara a intenção de abandonar o critério de neutralidade da locução em prol de uma expressividade ‘bem dosada’, que vá ao encontro da estética, do ritmo e do clima da obra a ser audiodescrita.”.

Quando uma obra é apresentada em língua estrangeira, ela deve conter legenda. Nesse caso o audiodescritor precisa ler a legenda, o que acaba por ser uma tarefa a mais para esse profissional. Nesse caso, Franco e Araújo (2011) recomendam que a voz para a legenda seja de um outro audiodescritor, para a melhor compreensão do produto audiovisual e das funções de cada profissional perante o público alvo (FRANCO; ARAÚJO, 2011, p. 19). No caso de o audiodescritor fazer *voice over* em produtos infantis, ele não precisa imitar a voz infantil, mas que ela se aproxime de uma de criança (COSTA, 2010, p. 88). Além de conhecer previamente a obra estrangeira, o *voice over* deve dosar o volume de voz para um resultado agradável aos ouvidos, como “em uma cena de briga, por exemplo, a audiodescrição pode ficar mais intensa, enquanto que em um momento mais silencioso deve ser feita de maneira mais sutil.” (COSTA, 2010, p. 89).

Independente do conteúdo, é sumamente importante o conhecimento sobre o recurso e o público ao qual destina-se o produto (CAMPOS, 2010, p. 134). Por exemplo, em conteúdos com dinâmica alegre, deve-se utilizar palavras divertidas, expressões populares que provoquem a mente do ouvinte (SCHWARTZ, 2016, p. 69).

O silêncio também deve ser usado de maneira intencional, quando esse faz parte do entendimento da trama (LIMA; GUEDES; GUEDES, 2010, p. 20).

Além de ter os devidos cuidados com a voz, de conhecer os seus limites e potencialidades, o audiodescritor precisa ainda possuir ou desenvolver outras características que serão fundamentais para o meio profissional.

2.13 - Características de um audiodescritor

A equipe de produção da audiodescrição é formada basicamente por três profissionais: o audiodescritor roteirista, o audiodescritor narrador e o audiodescritor consultor (MIANES, 2016, p. 12). “Para cada uma das funções, são necessárias habilidades específicas; o locutor precisa ter impostação vocal, clareza, entonação e adequação da voz com o gênero de espetáculo.” (MOTTA, 2010, p. 72). O narrador precisa empregar bem a entonação e ser claro na exposição de aspectos visuais, atento às cores, às características dos personagens e em seus movimentos e gestos, figurino e cenário (MOTTA, 2010, p. 78). Ele dá voz ao roteiro da audiodescrição, que poderá ser feito por ele próprio ou por um colega audiodescritor na função de roteirista, após as observações e correções do consultor (COELHO, 2018, p. 17-18).

O audiodescritor narrador não precisa ser um ator, embora possa fazer interpretação quando necessária de acordo com o gênero do produto. No caso de o conteúdo ter legenda, essas atividades podem ser divididas entre um homem e uma mulher, em que uma voz faz a legenda e a outra a audiodescrição (MOTTA, 2010, p. 75). Como já visto, alguns autores defendem a neutralidade na audiodescrição, para que assim a pessoa com deficiência visual forme sua opinião própria sobre o conteúdo (MACHADO, 2010, p. 140). Pozzobon (2010, p. 113) também concorda, porém, enfatiza que a neutralidade não pode tornar a narração robotizada, sem intenção e pontuação.

A função do audiodescritor roteirista exige um bom conhecimento léxico, facilidade na produção de textos e sumarização para um bom desempenho de sua tarefa (MOTTA, 2010, p. 72-73). Além disso, é importante o conhecimento em relação ao público alvo, as normas, os princípios e a produção audiodescritiva. Pesquisar previamente sobre o evento a ser descrito, no caso da audiodescrição acontecer ao vivo ou simultânea, ter conhecimento de linguagem cinematográfica, teatral e cultural, capacidade para trabalhar em equipe, conhecimento em equipamentos técnicos de gravação e edição (MOTTA, 2020).

Em uma audiodescrição gravada, o roteirista é o personagem principal, pois é ele quem determinará o que será narrado, descreverá as imagens e calculará os espaços de tempo e o local exato para as mesmas serem inseridas. Quem escreve o roteiro e quem narra, pode ou não ser a mesma pessoa (MIANES, 2016, p. 12-13). Coelho (2018, p. 17) também concorda: “o audiodescritor-roteirista tem a função de preparar todo o roteiro, com as descrições seguindo as normas e técnicas adequadas do recurso, e estuda minuciosamente os espaços e tempos da audiodescrição”.

De acordo com Oliveira Júnior (2020a), não deve haver nenhuma censura por parte do audiodescritor, ele apenas precisa descrever o que vê. Porém, é importante que antes de aceitar um trabalho, o profissional verifique se o conteúdo a ser audiodescrito lhe gerará desconforto (LIMA; GUEDES; GUEDES, 2010, p. 20), como por exemplo, no caso de um produto com cenas eróticas e o profissional não goste desse tipo de descrição. Santanna (2010, p. 119) completa que além de descrever o que se vê com o máximo de detalhes, o audiodescritor deve descrever as cenas sem julgamentos. Scheer (2020) concorda com o fato de o profissional não fazer julgamentos prévios e deixar o público elaborar seus próprios sentimentos e expectativas em relação à obra.

Eu não preciso dar os meus sentimentos, do que eu percebo naquela imagem, eu preciso descrever de uma forma que a pessoa tenha liberdade para ela mesma ter o seu entendimento daquilo e criar os seus sentimentos, as suas expectativas daquele produto. Então eu não posso ir lá e colocar o meu julgamento de valor em cima daquilo! Isso eu acho que é uma das principais regras da audiodescrição. (SCHEER, 2020).

O mercado de trabalho para o profissional de audiodescrição é amplo e para quem deseja seguir nessa linha de atuação, deve proceder de acordo com o que aconselha Tavares (2020): buscar conhecimento teórico na área, desenvolver a habilidade de escrever e paciência em revisar o texto, capacidade analítica no olhar,

disponibilidade em ouvir e trabalhar com uma pessoa com deficiência visual e ter a consciência de que esta é uma atividade realizada nos bastidores. Scheer (2020) enfatiza sobre a busca de formação: pesquisar sobre o assunto, treinar o olhar, de fazer aos poucos, buscar auxílio de um consultor com deficiência visual para o ajudar nas diretrizes corretas, além de fazer cursos e especialização para que sua audiodescrição seja cada vez melhor.

Franco e Silva (2010, p. 7) explicam que existem três modalidades para a formação em audiodescrição: o treinamento através de cursos rápidos dado por profissionais com experiência, treinamento realizado em empresas que atuam com audiodescrição e a formação acadêmica com cursos de mestrado em tradução audiovisual ou cursos de extensão com certificado. Os autores ainda completam que tanto no modo formal ou informal, tem aumentado o número de pessoas que buscam formação para o mercado de audiodescrição audiovisual (FRANCO; SILVA, 2010, p. 12). Vale lembrar que o desempenho dessa função não acontece do dia para a noite, mas é “um trabalho minucioso que exige tempo, dedicação, objetividade e, acima de tudo, preparação.” (MOTTA, 2009, p. 5). Campos (2010, p. 135) também incentiva quem deseja ingressar na carreira de audiodescritor, para buscar a certificação em Letras ou uma especialização sugerida aos cursos de Cinema, Jornalismo e Rádio e TV. Também lembra sobre a importância de participar de congressos, fóruns nacionais e internacionais disponíveis na internet.

Franco e Silva (2010, p. 7) reforçam que mais pesquisas devem ser estimuladas para que o recurso ganhe cada vez mais visibilidade entre cegos e a sociedade em geral. Eles afirmam que com o aumento das pesquisas, mais conteúdos acessíveis estarão disponíveis para as pessoas com deficiência visual.

Quanto mais pesquisas, mais publicações e mais cursos formais na área, maior será a consolidação do direito à acessibilidade audiovisual pelos deficientes visuais, direito esse materializado através da audiodescrição. (FRANCO; SILVA, 2010, p. 12).

Todo cidadão gerador de conteúdo audiovisual pode inserir audiodescrição em seus produtos, porém, para um trabalho profissional, é recomendada uma estrutura básica de recursos na produção gravada em estúdio.

2.14 - Recursos para a estrutura de produção

O processo final para a produção de audiodescrição profissional passa por uma estrutura robusta com equipamentos profissionais, necessários para a captação e a edição do áudio captado. O entendimento de cada etapa e sua função no processo de acessibilidade com audiodescrição em conteúdos audiovisuais, serão discutidos nos tópicos seguintes.

2.14.1 - Equipamentos e sua funcionalidade

O local de gravação precisa ser apropriado para a captação do áudio e, assim, a audiodescrição ser produzida com qualidade: “em um estúdio devidamente projetado com tratamento acústico e isolamento de sons externos.” (SANTANA, 2010, p. 126).

De acordo com Eri Ramos da Silva Júnior (2020), coordenador técnico, para a montagem de uma estrutura de estúdio profissional, são necessários: uma sala com isolamento acústico com ar condicionado, uma mesa de áudio, um microfone, um computador, uma placa de áudio, um fone de ouvido e um *software*.

Silva Júnior (2020) relata que para um projeto de criação de audiodescrição, primeiramente é essencial uma sala com isolamento acústico para que o som gravado não tenha ruídos ou interferências de outras fontes de áudio, como pessoas falando, sons de carros, barulhos e outros. O local também necessita de temperatura controlada, ou seja, ar condicionado, devido aos equipamentos que se encontram na sala e pelo fato de o local estar sempre fechado. Sem o ar condicionado, os equipamentos podem aquecer demais, o que os levará a parar de funcionar. A temperatura deve ser ajustada de acordo com o fabricante do equipamento, que normalmente fica em torno de 22º C. Após o local preparado, dá-se a montagem dos equipamentos necessários para realizar a gravação e execução do som.

O técnico explica que o sistema de gravação segue a seguinte ordem: o locutor reproduz a sua voz no microfone que envia este sinal para a mesa de áudio, onde são ajustados os níveis de áudio de acordo com cada usuário. Após este processo, a mesa envia este sinal para a placa de áudio instalada no computador, que, por sua vez, converte o áudio de analógico para digital, entregando-o para o *Software* que vai

realizar o processo de gravação. Depois que esse arquivo de áudio é criado, ele será editado em uma ilha de edição. O processo de edição será tratado no assunto seguinte.

Silva Júnior (2020) detalha cada equipamento e seu funcionamento: Microfone é um transdutor eletroacústico que recebe o som e os converte em sinal elétrico, enviando-o para a mesa de áudio. A Mesa de Áudio, em áudio profissional, mixer, console de mixagem, misturador ou mesa de som é um instrumento musical de formato analógico ou digital, usado para combinar ou "mixar" várias fontes de som, de forma a somá-las em um único sinal de saída. Este sinal de áudio é enviado para a placa de áudio do computador. A Placa de Áudio é um dispositivo de *hardware* que recebe e envia sinais sonoros entre equipamentos de som e o computador, realiza assim a conversão de áudio analógico para digital. O Computador é o dispositivo que recebe a placa de áudio e o *software* para a gravação do áudio, ele processa os dados de áudio e grava-os no *software* selecionado. O Fone de Ouvido é o dispositivo utilizado para ouvir os áudios gerados pelo computador. E por fim, o *Software* é um aplicativo instalado no computador que tem por objetivo gravar o sinal de áudio gerado pelo usuário. Existem vários *softwares* disponíveis no mercado para realizar esta tarefa, os mais utilizados são *Audacity* e *Sound Forge*; ambos têm a mesma função, porém, com recursos de ajuste diferentes.

Na sequência será exposto o processo de edição após a gravação de audiodescrição em estúdio.

2.14.2 - O Processo de edição

Franco e Araújo (2011, p. 18) detalham bem o que será visto nessa etapa: “depois de gravada a locução, a AD é editada e mixada ao som da trilha sonora do filme ou programa de TV. Utilizando um programa de edição de som, a faixa da AD é editada, eliminando-se os ruídos, equalizando-se a voz gravada.”. Os autores afirmam que após o tratamento dado ao áudio de eliminação de ruídos e ajuste de volume, o processo é de inserção dos áudios ao vídeo.

Utilizando um programa de edição de vídeo, a AD é incorporada ao filme ou programa, encaixando-se as inserções no tempo exato e equalizando-se as duas trilhas sonoras, de forma que ambas alcancem os mesmos níveis de áudio. (FRANCO; ARAÚJO, 2011, p. 18).

Santana (2010) também trata sobre a questão da “limpeza” do som, que se dá pelo fato de retirar “sons e respirações indesejáveis que, por ventura, foram captados no momento da narração.” (SANTANA, 2010, p. 126).

O processo final é o que o autor chama de “Mixagem - termo designado para a etapa em que juntamos, misturamos, o som original do filme com a narração descritiva.” (SANTANA, 2010, p. 126). Para complementar esse assunto, Costa (2010), declara sobre a necessidade de editar a audiodescrição gravada e de fazer o ajuste de volumes para uma harmonia sonora, detalhes que dizem da sensibilidade do editor: “o ajuste de volumes é um trabalho que exige sensibilidade e conhecimento das necessidades do usuário da audiodescrição.” (COSTA, 2010, p. 91).

O editor audiovisual, Eloy Vilela Moraes relata os equipamentos necessários e os processos realizados na edição. De acordo com ele, precisa-se de um computador para a edição dos áudios e imagens, fone de ouvido, para ouvir o áudio, se não houver caixa de som, caixas de som para ouvir o áudio, mesa de som, usada se houver caixas de som e caso seja necessária alguma gravação extra e também para ajuda a mixar os canais de entrada e saída de áudio, microfone, se houver a necessidade de gravar os áudios e conexões ou cabos para conectar os equipamentos.

Moraes (2020) explica que a edição pode ser feita em um *software* que permita editar em multipistas e que consiga salvar o que foi editado mantendo o número de faixas editadas. Se o *software* editar em várias faixas, mas só conseguir salvar mono ou estéreo, não supre a necessidade, porém, se for possível ser finalizado como arquivo unificado com a possibilidade de reproduzir quatro (4) ou mais faixas de áudio, estará conforme o desejado para a edição de audiodescrição. Existem vários *softwares* usados neste processo, como o *FinalCut* e o *Adobe Premiere Pro CC*.

Para a edição do áudio, antes é observado se o modo gravado é igual ao da faixa de edição, caso contrário, precisará de um ajuste. Se a gravação do áudio foi em mono (quando a mixagem de todos os sons está agrupada em um único canal) e a faixa do projeto for estéreo, é realizado um efeito de áudio para o ajuste desses formatos e viabilização do produto final. No restante dos elementos que compõem o áudio recebido, não há a necessidade de ajustes após os trabalhos de gravação, por já ser salvo como produto final em cada um de seus trechos gravados, ele será apenas inserido no projeto de áudio (MORAES, 2020).

De acordo com o editor, para a inserção do áudio no projeto, é respeitada sua posição na linha do tempo em que ele irá compor a audiodescrição do vídeo, de acordo com o estabelecido no roteiro. Uma vez colocado em sua posição de execução, ajusta-se o volume para que não ultrapasse -12 decibéis (db), referência que é utilizada para a televisão. A partir de então, o áudio trabalhado será unido ao áudio original do vídeo; esse é abaixado em um volume que, mesmo que possa ser ouvido como fundo sonoro, deixa sobressair a audiodescrição para dar mais clareza à mesma.

Existem também efeitos que limitam o volume para que não ultrapasse os -12 db. Lembrando que só é possível utilizá-los se os respectivos volumes sem o efeito, estiverem próximos desse valor. Caso o volume ultrapasse os valores consideráveis de decibéis, pode ocorrer perda de frequências, o que altera a qualidade sonora. Se estiverem próximos do recomendado, o efeito apenas irá ajudar a manter os padrões de decibéis (db) exigidos (MORAES, 2020).

Moraes (2020) observa que se o produto for utilizado em uma emissora de televisão, o mesmo será convertido em um vídeo com várias faixas de áudio, sendo as faixas 1 e 2 para o áudio original e as faixas seguintes para o acréscimo da audiodescrição. Essas faixas seguintes dependem dos códigos enviados pela emissora e a conversão feita pelo satélite que irá disponibilizar a recepção do sinal opcional, acionado pelo controle remoto dos televisores ao escolherem a opção com audiodescrição.

O editor afirma que o formato final para salvar o arquivo para a televisão é MXF (*Material Exchange Format*), vídeo 1920 x 1080, 29.97 rps, áudio 48000 Hz, 8 canais e 24 bits. Se for para o uso em mídias sociais, o vídeo é convertido em H264 (mpeg4), o que corresponde à origem e taxa de bits alta, pois manterá a configuração citada. Lembrando que nesse caso, o volume será reajustado em 0 db, pois estava em -12 db, padrão para a televisão.

No próximo capítulo, pessoas diretamente ligadas ao contexto de audiodescrição contarão um pouco de suas experiências com o recurso.

3 - EXPERIÊNCIAS DE QUEM FAZ E RECEBE O RECURSO DE AUDIODESCRIÇÃO

O termo experiência significa conhecimento ou aprendizado através da prática ou da vivência modo de aprendizado sistemático, aprimorado com o tempo e, ainda na visão filosófica, é todo conhecimento pela utilização dos sentidos (DICIONÁRIO, 2020a). É por essa busca de aprendizado, construído no dia a dia, e pelo compartilhamento das experiências através da vivência que encontra-se o empenho deste trabalho.

O recurso da audiodescrição existe há pouco tempo e possui vasta oportunidade de mercado. Para quem deseja seguir esse ramo, nada melhor do que ouvir as pessoas que fazem o recurso acontecer e que descobriram que a realização dessa atividade vai além de uma contribuição social, mas que transborda pela satisfação de fazer enxergar quem não pode, com o sentido da visão. No próximo tópico será possível acompanhar alguns relatos de profissionais da audiodescrição.

3.1 - Audiodescritores contam sua experiência

A função de audiodescritor é essencial para que as pessoas com deficiência visual tenham acesso a conteúdos audiovisuais de forma acessível. Seja de forma profissional ou não, é importante que mais pessoas possam conscientizar-se de que é possível contribuir para que a sociedade seja cada vez mais justa e igualitária.

Lívia Maria Villela de Mello Motta (2020), audiodescritora há mais de 15 anos e que possui várias publicações sobre o assunto, complementa esta pesquisa com sua experiência pessoal. Relata sobre uma das primeiras experiências com o recurso, a repercussão com o mesmo e como sonha que a audiodescrição esteja mais presente em contextos familiares e educacionais futuros.

No início de minha trajetória como audiodescritora, no ano de 2005, Lothar Bazanella, que na época era o diretor do CADEVI, Centro de Apoio ao Deficiente Visual, me convidou para apresentar lá um filme com audiodescrição. Escolhemos o filme entre alguns títulos: A Terra dos Sonhos, e lá fui eu munida de roteiro e muita vontade e disposição para conhecer a opinião das pessoas com deficiência visual sobre a iniciante audiodescrição

e audiodescritora. Lothar conseguiu reunir um público grande, em torno de 30 pessoas, em um sábado à tarde, em uma sala na frente de um aparelho de televisão. Fiz uma introdução ao filme, com sinopse, caracterização de personagens e ficha técnica e lembro que neste momento uma senhora disse em alto e bom som: “Ué, você está contando prá gente o que vai acontecer para garantir que a gente entenda???”. Respondi prontamente que a sinopse de um filme pode ser encontrada em jornais, revistas e sites. A caracterização dos personagens era necessária, pois não seria possível fazê-la tão completa durante o filme. Todos sentados, prontos para começar. [...] Finalmente, começamos. O carro percorrendo as ruas movimentadas de Nova York, as meninas com o rosto colado no vidro... Foi quando começaram a surgir algumas perguntas, algumas dúvidas. Uma pessoa queria saber isso, e mais aquilo. Outra levantou a mão querendo um detalhe a mais. Lothar, prontamente, levantou-se e com a autoridade de diretor disse: “Pessoal, isso aqui é o futuro. Em breve, nos cinemas e teatros, teremos esse recurso e ninguém vai ficar interrompendo a audiodescrição para tirar dúvidas... Portanto, vamos parar de interromper [...] e assistir ao filme com audiodescrição”. Continuamos até o final sem nenhuma outra interrupção. Discutimos o filme e a audiodescrição. Paulo Romeu disse, animado: “que vocês possam sair daqui contando para todos o que é a audiodescrição, como é assistir a um filme com audiodescrição”. Se no passado, as pessoas com deficiência visual assistiam a um filme ou espetáculo só porque tinha audiodescrição, agora elas já estão podendo escolher entre os produtos e espetáculos acessíveis, de acordo com suas preferências e gosto. Para o futuro, espero que mais pais e professores possam levar seus filhos e alunos a eventos acessíveis, pois a arte é alimento para a mente e espírito, alegre, faz pensar, desenvolve o senso crítico e abre diferentes perspectivas para a vida. (MOTTA, 2020).

Motta (2020) afirma, diante dos contextos em que participa, a importância do recurso para o enriquecimento da pessoa com deficiência visual.

Quanto mais espetáculos assisto, visitas a museus faço, em sites navego, jornais e revistas leio, mais penso sobre a falta que o acesso ao mundo das imagens faz, sobre o quanto a leitura das imagens estáticas ou dinâmicas pode contribuir para ampliar o entendimento sobre o assistido, visitado ou lido. São inúmeras as possibilidades de aplicação e as oportunidades de aprendizagem que a audiodescrição pode trazer, enriquecendo a vida cultural, alargando horizontes e abrindo janelas. (MOTTA, 2020).

Motta (2020) ainda recorda a experiência que fez com um menino de 11 anos que possui deficiência visual e deseja ser um astrônomo, na ocasião o acompanhou em uma visita guiada ao Planetário de Santo André e percebeu o encantamento do garoto com o que era audiodescrito.

Eu conheci o Gabriel e a Léia, sua mãe, em Campo Grande, onde eu fui dar um curso. E a Léia me contou que o Gabriel quer ser astrônomo; e que ele também luta Judô e que vinha para São Paulo para um campeonato de judô no Centro Paraolímpico. Daí surgiu a ideia de convidá-lo para conhecer o Planetário de Santo André. Lá no planetário de Santo André, eles já têm um projeto de acessibilidade que inclui a audiodescrição de vídeos, várias réplicas e objetos táteis e também há a preparação dos educadores para o atendimento a pessoas com deficiência. Isso tudo aponta para os professores prepararem suas aulas levando em consideração que tipos de adaptações eles precisarão fazer, além da audiodescrição, quais outros materiais precisarão ser preparados, materiais táteis,

justamente para permitir esse acesso muito mais pleno ao conhecimento, esse encantar-se pelo aprender. (MOTTA, 2020).

Letícia Schwartz (2010), audiodescritora de Porto Alegre/RS, da empresa *Mil Palavras*, relata o quanto seu trabalho faz sentido para ela e o quanto o mesmo representa para quem tem a deficiência visual.

Audiodescrever me deixa feliz. Simples assim. Discutir metodologias e sistemáticas, assistir a um mesmo filme até quase conhecê-lo de cor, estudar e me informar sobre assuntos que não domino para melhor compreender as imagens. Garimpar palavras que correspondam exatamente àquilo que quero descrever, cortar-ajustar-encaixar narrações nos espaços disponíveis como quem monta um quebra-cabeças. Ouvir o filme de olhos fechados e perceber que ele se torna compreensível. Conversar com pessoas cegas que comentam cenas mudas como se as tivessem visto. Possibilitar que se emocionem ou deem gargalhadas ou gritem de terror, que se divirtam ou que aprendam através da informação que estou transmitindo. Saber que podem compartilhar aquele momento com pessoas videntes. Fazer diferença. Fazer sentido. (SCHWARTZ, 2010, p. 224-225).

Leonardo Rossi Lazzari, audiodescritor de São Paulo/SP, da empresa *Iguale Comunicação de Acessibilidade*, afirma que “o audiodescritor não deve chorar ou sorrir, ou fazer qualquer juízo de valor.”(LAZZARI, 2010, p. 228); relata sobre o desafio que é desempenhar essa atividade de forma profissional e como se prepara para fazer a audiodescrição.

É sempre um desafio fazer uma audiodescrição. Muitas perguntas vêm à cabeça: O que descrever? Que palavras usar? O que é realmente importante? O que procuro fazer ao roteirizar é primeiro assistir ao filme como espectador, porque é preciso curtir e apreciar a obra em que se está trabalhando. Só depois é que inicio a decupagem, trecho por trecho, tentando encontrar o essencial de cada cena, a fim de descrever o melhor em função do tempo – até porque não se produzem filmes pensando que algum dia alguém vai descrever as cenas que não contêm diálogos! Como narrador procuro buscar uma certa neutralidade na interpretação, mas sem me tornar monocórdio. Creio que a narração se deva valer da qualidade do produto. Leveza em comédias, seriedade em dramas e assim por diante, mas nada que interfira ou antecipe algo ao espectador, pois isso cabe aos personagens, às trilhas e aos climas do próprio filme. Projeção e dicção de voz são muito importantes, pois o nosso produto se faz ouvir por meio dela e os nossos receptores, em sua grande maioria, têm percepção auditiva mais apurada. (LAZZARI, 2010, p. 228).

Carlos Eduardo Marçal da Silva (2010), atuou como audiodescritor voluntário no Instituto Vivo, durante o Projeto Teatro Vivo, comenta sobre os benefícios pessoais que adquiriu com a profissão: “A prática da audiodescrição, em si, traz vários benefícios pessoais. Dentre eles, pude aprender como me comportar corretamente e adequadamente na presença ou companhia de uma pessoa cega.” (SILVA, 2010, p. 230).

Milena de Oliveira Leite (2010), também atuou como audiodescritor voluntário no Instituto Vivo, durante o Projeto Teatro Vivo, reflete sobre o quanto o assunto ainda é desconhecido e quanto o recurso possui significado para ela.

Quando falo do meu trabalho como audiodescritora, muitos se interessam pelo assunto e se surpreendem: "Nossa! Mas que legal, não sabia que isso existia". Para mim, a audiodescrição é mais do que acessibilidade. Não estou querendo exagerar, mas é que para mim esse trabalho realmente tem um significado maior. (LEITE, 2010, p. 233).

Pilar Garcia Alava (2010), atuou como audiodescritor voluntário no Instituto Vivo, durante o Projeto Teatro Vivo exprime seu prazer em audiodescrever um evento e o quanto sente que seu trabalho gera igualdade de oportunidades entre todos os participantes.

É fantástica a sensação de entrar na cabine, sentar à frente do microfone e audiodescrever as cenas, ouvir os depoimentos após o término da peça, participar das discussões sobre as cenas. Nunca pensei na dificuldade que seria para um cego, assistir a uma peça de teatro, a filmes, e exposições [...]. Eu acredito que todos devem ter a mesma igualdade de oportunidades. O meu trabalho contribui para isso. É uma pequena atitude, que significa uma grande mudança. (ALAVA, 2010, p. 234).

Rosilene Cortes Almeida (2010), que também atuou como audiodescritor voluntário no Instituto Vivo, durante o Projeto Teatro Vivo, orgulha-se, pois, acredita que seu trabalho não tem preço que pague.

Sinto-me orgulhosa de me identificar como audiodescritora e apaixonada pela iniciativa. Uma vez recebi o depoimento de uma pessoa com deficiência visual, com o qual me emocionei muito: "Vocês são meus olhos". Isso não tem preço, é uma emoção única. (ALMEIDA, 2010, p. 235).

Rosângela Barqueiro (2010), psicóloga e audiodescritora, compartilha sua experiência com o público infantil e sobre seu sonho de que a audiodescrição torne-se ainda mais presente nos contextos sociais.

Num dos meus exercícios de audiodescrição de filmes infantis tive a oportunidade de trocar informações com algumas crianças, alguns jovens e adultos com deficiência visual (cegos e baixa visão). E ouvi-las após terem assistido ao filme com audiodescrição foi de fato um grande prazer. É mesmo muito bom poder proporcionar essa alegria. Mais que isto, é saber que a audiodescrição favorece muito o acompanhante da criança ou adulto com deficiência visual [...]. Meu grande sonho é que, em breve, a audiodescrição seja uma prática disponível em larga escala e que todos possam ter acesso a tudo que lhes provoque o interesse, seja na TV, no teatro, no cinema, na internet, nos seminários, nas apresentações, nas aulas, nos museus, nas exposições, nos parques. (BARQUEIRO, R., 2010, p. 241).

Indivíduo 1 (2020), que atua como audiodescritor na cidade do Recife, emociona-se ao lembrar de um acontecimento ocorrido em uma feira de arte em que fazia audiodescrição.

Durante a Fenearte, uma feira de artesanato gigante que acontece [...] no Recife anualmente, uma jovem cega estava fazendo uma visita guiada pela primeira vez. Nesse dia havia também um grupo de jovens com síndrome de Down, durante a descrição de uma escultura de madeira em tamanho real de um vaqueiro montado a cavalo, a menina estava de cabeça baixa, ouvindo a descrição, nesse momento um jovem com síndrome de Down pegou a mão dela e começou a deslizar sobre a escultura enquanto ouvia a narração. (INDIVÍDUO 1, 2020).

O indivíduo 1 (2020) também compartilha um momento descontraído em que, através da audiodescrição, proporcionou alegria aos participantes de um show.

Em um teatro, durante um show de carnaval, já no final, algumas pessoas começaram a levantar e a dançar. Eu descrevia. A maioria delas balançava os braços flexionados para cima e para baixo apenas com o dedo indicador em riste, apontando para cima. Um senhor cego, levantou e fez esse movimento. Em seguida, falei que algumas dançavam abraçadas, ele prontamente passou o braço ao redor da cintura da senhora que estava ao lado e continuaram dançando, cantando e sorrindo. (INDIVÍDUO 1, 2020).

Indivíduo 2 (2020), audiodescritor desde 2012, compartilha sobre uma de suas primeiras experiências em que pode testemunhar o encantamento de uma criança diante de um produto infantil.

Logo no início quando eu comecei a trabalhar com audiodescrição [...], nós fizemos uma validação com as crianças com deficiência visual para entender se a linguagem estava adequada. Nós tínhamos o auxílio de psicopedagogos que auxiliavam as crianças [...] e eles nos ajudaram na construção do roteiro. [...] eu lembro que aquilo foi algo que me marcou muito, porque logo no início, nós tínhamos trechos do filme para passar e uma das crianças falou para a mãe: “olha, mãe, agora eu sei as cores de toda a Turma da Mônica e aí ela falou que esse aluno [...] gostava da Turma da Mônica. E muitas vezes, a mãe é quem falava como eram os personagens e tudo mais. E ele estava super feliz porque agora ele sabia sobre toda a Turma da Mônica. Então eu lembro que foi um momento bem marcante para nós porque foi um grande desafio fazer o filme como um todo para crianças e era nossa primeira experiência ainda e foi muito legal. Então esse foi com certeza um dos primeiros momentos em que eu percebi a importância da audiodescrição, de ver a felicidade daquela criança e de como ele estava muito feliz em ser envolvido. Isso foi muito legal. (INDIVÍDUO 2, 2020).

O indivíduo 2 (2020) também recorda sobre uma situação ocorrida com um cego que descreveu detalhes da capa de um livro que havia sido audiodescrito na Fundação onde ele trabalha.

A Fundação produz muito livro falado e todos com a audiodescrição da capa e uma vez eu ouvi uma conversa de alguns deficientes visuais e um deles trouxe: “Ah, o título do livro que eu queria lembrar é tal, é um que tem a capa vermelha e tem uma mão e tal”. Então foi muito legal quando essa pessoa com deficiência visual trouxe as informações da capa. Como tocou essa pessoa em saber o quanto significativo para a história era aquela imagem da capa do livro, e de como ele estava em pé de igualdade de poder citar para alguém que enxergasse ou mesmo que não enxergasse, como era a imagem do livro. E era uma informação que antes ele não tinha acesso. Então isso foi bem legal, quando eu vi alguém dando detalhes da imagem da capa de um livro, porque a gente conseguia dar esse acesso das figuras e de todas

as imagens do livro. E a capa a gente sabia que era algo tão importante e naquele momento foi usado falando sobre um livro para alguém e não lembrou o nome e falou detalhes da imagem da capa. Então isso foi bem legal também. (INDIVÍDUO 2, 2020).

Indivíduo 2 (2020) ainda compartilha sobre o quanto foi importante ir com seu amigo a um jogo de futebol e perceber o quanto a audiodescrição cumpriu sua missão diante dos acontecimentos.

E eu acho que uma das vezes que eu percebi o quanto que a audiodescrição traz essa integração em uma experiência completa, foi quando eu e meu amigo [...] fomos assistir uma partida de um jogo de futebol do Palmeiras com audiodescrição e nós fomos juntos. Ele pode entrar no campo, tocar na grama. E foi uma experiência riquíssima e quando ele estava assistindo o jogo com audiodescrição, foi algo assim fenomenal. O quanto ele ficou tocado e aquela experiência foi realmente um momento muito alegre para ele. Ele estava com a esposa, eu também estava com a minha esposa, e nós em pé de igualdade assistindo um jogo de futebol. Foi um dos momentos também bem marcantes que eu percebi o quanto a inclusão faz toda a diferença. E a forma como ele estava torcendo e sabia o que estava acontecendo a cada lance, a cada bola fora que acontecia ele estava lá vibrando: "Ahh, quase!" Então foram momentos bem marcantes para mim. (INDIVÍDUO 2, 2020).

O indivíduo 2 (2020) relata um momento marcante em sua profissão que aconteceu em filme com audiodescrição ao vivo.

Um outro foi também o filme O Perfume, a história de um assassino, que nós fizemos audiodescrição ao vivo. E nós pensamos muito em como fazer aquela audiodescrição sem antecipar muitas informações do filme e a gente teve que decidir como fazer em algumas cenas que eram rápidas e tudo. E no momento em que a gente foi apresentar esse filme com audiodescrição ao vivo, fazendo a narração do roteiro num auditório para as pessoas, foi muito legal também, porque naquele momento nós estávamos assistindo o filme e fazendo a audiodescrição junto e também acompanhando junto com eles a reação do público. E tem uma cena de suspense, quase no final, em que o pai encontra a filha e foi a última das vítimas que ele matou. E aquele encontro, aquele revelar da cena foi assim extremamente significativo. Não só como ele era no filme, mas para as pessoas com deficiência visual, porque as pessoas que estavam ali, elas falavam: "Nossa, olha lá, ele encontrou, ele encontrou!" Aquele ápice do filme. E eu me lembro também foi uma experiência muito legal, muito enriquecedora. À medida que a gente ia fazendo a audiodescrição com as opções que a gente fez do roteiro que o consultor tinha nos auxiliado e vendo tudo aquilo dar certo, ao vivo, com as pessoas tendo as reações do filme, foi muito legal. (INDIVÍDUO 2, 2020).

O indivíduo 3 (2020) que trabalha em uma empresa de comunicação há 7 anos e atua como audiodescritor, expressa o desafio em fazer audiodescrição, mas também o privilégio em ser olhos para quem não enxerga.

Audiodescrição pra mim é um desafio e um privilégio, pois "tento" ser os olhos de alguém, e isso é incrível! Analisar uma imagem e tentar descrevê-la é algo bem complexo, e por isso provocativo. Todavia, é um privilégio poder contribuir para a acessibilidade dessas pessoas ao mundo dos videntes, para que elas possam estar cada vez mais inseridas na sociedade, e saber que estamos contribuindo para isso, fazendo as pessoas verem e

compreenderem o que nós estamos vendo, é maravilhoso! Porém, não posso subestimar a inteligência do cego ou com baixa visão, é bem desafiador para um audiodescritor ter essa sensibilidade ao descrever uma imagem num roteiro e, depois, tentar encaixar a fala descritiva e não interferir no conteúdo da narrativa, ou seja, do filme, programa, etc. Então, só gratidão a Deus por esse dom, e estamos, a cada dia mais, nos aprimorando para tentar fazer sempre o melhor para o nosso semelhante, e isso me deixa muito feliz com essa profissão. (INDIVÍDUO 3, 2020).

Indivíduo 4 (2020), audiodescritor há quase 3 anos, reflete sobre a aventura em produzir o recurso e o quanto isso lhe aproxima do público cego.

Audiodescrição pra mim é aventurar-se em um mundo completamente novo. Em nosso cotidiano, faz-se necessária a inclusão de pessoas com inúmeros tipos de deficiência e o audiodescrição é uma maneira de estar mais próximo dos deficientes visuais, proporcionando-lhes experiências fantásticas de interação e conhecimento. (INDIVÍDUO 4, 2020).

Entre o Audiodescritor e a pessoa com deficiência visual existe o profissional que realiza a consultoria do trabalho realizado. Faz-se muito importante conhecer sua função e experiência.

3.2 - O consultor

Antes de ouvir as experiências dos consultores, é importante conhecer melhor sua função e importância na construção da acessibilidade audiovisual.

O consultor em audiodescrição é o profissional que está entre o audiodescritor e o público final a quem o recurso é destinado. É ele que chancela sobre a qualidade ou não do produto descrito e quem melhor conhece a necessidade do público cego: “O consultor em AD é necessariamente uma pessoa com deficiência visual – cega ou com baixa visão – que avalia a pertinência e a qualidade do roteiro de audiodescrição”. (MIANES, 2016, p. 13). A autora ainda explica que o consultor, após analisar o roteiro, sugere correções e alterações para a melhor compreensão do usuário; seria ideal que ele acompanhasse todas as etapas do trabalho. É necessário que ele tenha uma base de escolaridade ou formação acadêmica, “bom conhecimento da língua portuguesa, tanto em sua estrutura e gramática, quanto em seu amplo vocabulário e seu uso adequado em diferentes contextos linguísticos e sociais.” (MIANES, 2016, p. 15).

De acordo com Coelho (2018, p. 17), o audiodescritor-consultor é especialista em audiodescrição e, além de fazer a adequação do roteiro para que o mesmo construa melhor a imagem mental, dá o feedback adequado para o roteirista e o

narrador. Para Motta (2020), esse profissional, além de ser cego, precisa de um conhecimento mais expandido.

O audiodescritor consultor é uma pessoa com deficiência visual que precisa ter conhecimento sobre normas, princípios, histórico e produção da audiodescrição; bom conhecimento do léxico; conhecimento sobre elaboração de roteiros; conhecimento sobre linguagem teatral e cinematográfica; bom senso de observação; cultura geral; capacidade para trabalhar em grupo; conhecimento sobre equipamentos e técnicas de gravação e edição. (MOTTA, 2020).

Mianes (2016, p. 16) afirma que a consultoria desse profissional traz credibilidade para a audiodescrição, por ser o trabalho avaliado e aprovado por alguém que representa o público alvo da audiodescrição. Por outro lado, o cego sente-se honrado por saber que o processo contou com a participação de alguém como ele. Além de estar na mesma condição da pessoa com deficiência visual, ele possui o conhecimento das diretrizes e especialização em como fazer a audiodescrição, assim como o audiodescritor possui (OLIVEIRA JÚNIOR, 2020a).

A consultora em audiodescrição desde 2013, Cristiana Mello Cerchiari, revela sobre sua experiência, como tem acesso ao conteúdo do roteiro e sobre sua relação com o audiodescritor.

Eu recebo o roteiro do audiodescritor-roteirista, eu leio esse roteiro com tecnologias assistivas, fico emocionada com as descrições detalhadas que sempre recebo, dialogo com audiodescritor-roteirista e a gente debate várias questões, incluindo: as informações gerais da obra, data, artista, dimensões, materiais utilizados, etc. As luzes, as cores, efeitos visuais como sombras, as formas que estão presentes na obra, o que é retratado, por exemplo; a gente também define a ordem em que as informações serão apresentadas, isso tem um impacto muito grande. Então primeiro a gente precisa descrever o que mais salta à vista, o que mais chama a atenção; para só depois descrever os detalhes. Isso vai facilitar a apreensão das partes, as pessoas deficientes visuais terão mais facilidade para juntar as partes e formar um todo. (CERCHIARI, 2020a).

Sá (2020b) afirma que o consultor precisa ter os mesmos conhecimentos do audiodescritor, ter profissionalismo, pois não vai apenas opinar, mas precisa ter um posicionamento crítico, fundamentação técnica, teórica, conhecer as normas da audiodescrição, visão acurada, espírito de pesquisa e repertório cultural.

Assim como não basta enxergar para ser um audiodescritor, roteirista, narrador ou locutor da audiodescrição; também não basta ser cego ou ter baixa visão para ser consultor; precisa estudar e muito. E precisa estar imbuído desse espírito de construção teórica, de aprendizagem permanente. (SÁ, 2020b).

Roseli Behaker Garcia (2020), consultora em audiodescrição há quase 5 anos, afirma que o primeiro desafio de um consultor é verificar se o roteiro está de acordo com a imagem mostrada e se está relacionada com a modalidade a qual pertence. O segundo item a ser analisado é o curto tempo que se tem para realizar o trabalho, para que este não interfira na qualidade do produto final: “As produtoras enviam esses vídeos ou esses roteiros, com um tempo muito curto para que o trabalho seja feito e logo seja entregue, então o tempo é um vilão.” (GARCIA, 2020).

A consultora também afirma que a linguagem precisa ser bem analisada e para isso existem critérios a serem adotados na audiodescrição.

Temos que verificar a linguagem, qual a linguagem utilizada, o tipo de vocabulário, a linguagem que é utilizada em determinado espetáculo, exposição, filme para que possamos nos adequar de acordo com a linguagem que realmente é colocada em cada uma dessas modalidades. Então, às vezes, é uma linguagem mais técnica, outras vezes é uma linguagem mais informal, então temos que nos adequar a esta linguagem. (GARCIA, 2020).

GARCIA (2020) revela ainda os critérios que devem ser adotados pelo consultor no processo de audiodescrição e a adequação da linguagem para cada modalidade artística.

Verificar tudo que contempla esse espetáculo, as vestimentas e adaptar tudo para a audiodescrição: é algo clássico? Definir o que é clássico. O que é uma roupa mais casual? [...] Verificar se a audiodescrição vai poder ser realizada no momento do espetáculo, se precisa realizar algumas notas introdutórias anterior ao espetáculo. Geralmente em filmes não tem notas introdutórias, mas é mais a questão do espetáculo, se precisa ver algo a mais, algo para explicar. Geralmente em concertos também precisa haver alguma explicação de algum vocabulário musical [...]. Ser neutros; mas ao mesmo tempo ter entonação, ter o necessário que a modalidade artística prevê para qualquer plateia. (GARCIA, 2020).

Para a pessoa com deficiência visual que deseja tornar-se um consultor em audiodescrição, Cerchiari (2020b) dá algumas dicas práticas e revela sobre a necessidade do conhecimento em relação às ferramentas tecnológicas disponíveis.

É necessário aguçar o senso de observação, a habilidade de escuta, exercitar a fala e a escrita, adquirir cultura sempre, além de saber utilizar tecnologias assistivas (programas leitores e ampliadores de tela, no caso dos audiodescritores consultores que são cegos ou têm baixa visão), e plataformas de comunicação à distância (*Zoom, Google, Hangouts*, entre outros). Isso sem falar no uso dos aplicativos-padrão de computadores, *tablets* e celulares. (CERCHIARI, 2020b).

De fato, o trabalho realizado pelo audiodescritor é de suma importância para que a audiodescrição produzida possa corresponder às necessidades de quem utiliza o

recurso. No próximo tópico será exposto a forma como a pessoa com deficiência visual recebe o recurso em sua casa e a experiência que faz com a audiodescrição.

3.3 – Usuários do recurso de Audiodescrição

De acordo com *Jakob Nielsen*, cientista da comunicação, a segunda heurística relacionada à boa experiência do usuário, enfatiza que precisa haver uma combinação entre um determinado sistema e o mundo real. Ou seja, o sistema precisa se comunicar na linguagem do usuário com palavras e frases familiares a ele, além de respeitar uma ordem lógica (NNGROUP, 2020). Pode-se dizer que tudo isso é perfeitamente aplicável entre o “sistema” audiodescrição e a pessoa com deficiência visual. Caso o recurso não seja feito de acordo com as necessidades do usuário que possui deficiência visual ou não esteja presente no conteúdo, esse não estará acessível.

Esse tópico, portanto, se propõe a elucidar a experiência do usuário com a audiodescrição. Antes é importante destacar que para acessar o recurso no aparelho de televisão é necessário selecionar a tecla de áudio secundária sempre ao ligar o aparelho. O coordenador técnico satelital, José Valter do Rosário, explica o percurso que deve ser feito pela pessoa com deficiência visual.

Nos televisores que atendem ao sistema ISDB-T de TV digital do Brasil, em sua grande maioria para se chegar ao segundo ou terceiro áudio, precisa-se de mais “clics” no controle remoto, pois normalmente não se encontra uma tecla no controle remoto específica para essa finalidade. (ROSÁRIO, 2020).

A forma de localização dessa tecla pode variar nas diferentes marcas de aparelho disponíveis no mercado e são necessárias várias etapas até chegar nesta opção. Dependendo da marca, a opção inicial para encontrar o segundo canal de áudio é a tecla SAP (*Secondary Audio Programme*), Ok e *Options*; conforme Figuras 19, 20 e 21.



Figura 19 – Controle de televisão LG - audiodescrição

Fonte: ROSÁRIO, 2020.



Figura 20 – Controle de televisão AOC - audiodescrição

Fonte: ROSÁRIO, 2020.

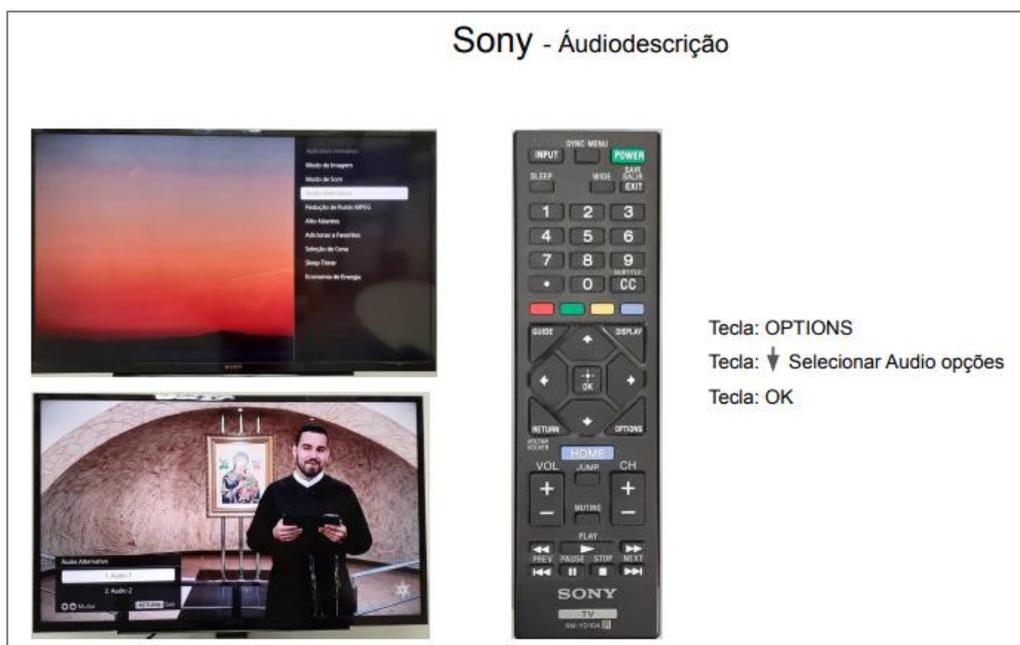


Figura 21 – Controle de televisão Sony - audiodescrição

Fonte: ROSÁRIO, 2020

Diferentemente do recurso de *Closed Caption*, que possui uma tecla específica, o audiodescrição ainda não a tem e sofre essas variações de teclas. Rosário (2020) afirma que isso deve-se ao fato de a audiodescrição não possuir a obrigatoriedade de 24h no ar durante a programação, como o *Closed Caption* e a lei que a garante ser ainda recente.

A função Áudio-descrição provavelmente não foi destacada nos controles remotos porque sua determinação em lei foi tardia e devido a lei estipular poucas horas de áudio-descrição durante o dia. Ao contrário do *Closed Caption*, que tem a obrigatoriedade de 24 horas por dia e provavelmente por esse motivo há uma tecla específica nos controles para se chegar a essa função. (ROSÁRIO, 2020).

Além da dificuldade em encontrar o canal de áudio nos aparelhos de televisores, a quantidade de programas com audiodescrição disponibilizados pelas emissoras de TV ainda é pequena e com horários variados. Isso faz com que a pessoa com deficiência visual não consiga saber com precisão quando os acompanhar, o que desperta nesse público, pouco interesse em acompanhar os programas televisivos. O indivíduo 5, que possui deficiência visual congênita há 32 anos, expressa sua falta de desejo em relação à televisão.

Particularmente, eu não costumo assistir televisão [...] eu gosto muito de ouvir rádios: são notícias, jogos de futebol, música. Então, televisão não é uma coisa que me chama muito a atenção [...]. Eu particularmente vejo que

falta [...] muito conteúdo de audiodescrição na televisão. Então é por isso que eu não assisto televisão. (INDIVÍDUO 5, 2020).

O Indivíduo 6 (2020), com deficiência visual há 30 anos, confirma esse desinteresse da pessoa com deficiência visual pela televisão:

Eu sou cego hoje, enxerguei até os catorze anos, via televisão? Via. Depois de cego continuei vendo alguma coisa? Muito pouco. Faz 30 anos que eu perdi a visão, naquela época, não tinha nada para a televisão, [...]. Não existia nem esse recurso de audiodescrição, então eu fui perdendo o interesse pela televisão e também acabei migrando para outras mídias. (INDIVÍDUO 6, 2020).

Indivíduo 7, com 50 anos, com deficiência visual desde o nascimento, afirma que no modelo atual, a programação da televisão não lhe atrai, porém, se a programação possuísse mais audiodescrição teria mais interesse em acompanhar: “A televisão já teve uma importância maior na minha vida, hoje eu quase não assisto nada lá, mas eu penso que tudo que tivesse audiodescrição me faria querer assistir” (INDIVÍDUO 7, 2020).

Deni Carlos Freitas explica o motivo das pessoas com deficiência visual não terem tanto interesse em assistir televisão:

É uma cultura. Como bem pouco tempo atrás não tinha nada com audiodescrição na televisão, as pessoas perderam ou nem adquiriram o hábito de ver televisão [...]. O hábito das pessoas que não enxergam era de ouvir rádio [...]. À medida que elas não tinham acesso à televisão, elas criaram a cultura de ouvir rádio. (FREITAS, 2020).

Freitas (2020) reconhece que o cenário começa a mudar com a presença do recurso da audiodescrição: “Agora a televisão começou a produzir algum conteúdo com audiodescrição [...]. E tem que ter esse conteúdo sim, aumentar, para conseguir atrair uma nova geração.”

Os meios de comunicação de massa que dispuserem em seus conteúdos a acessibilidade da audiodescrição, atrairão um público ainda maior para sua audiência, é o que afirma Freitas (2020): “Acredito eu que, com o passar do tempo e aumentando a oferta de programas com audiodescrição, os cegos vão voltar a ter interesse pelos programas de televisão.”

Para que a pessoa com deficiência visual possa de fato fazer a experiência de receber o conteúdo com qualidade, alguns aspectos precisam ser observados e fazerem parte da audiodescrição. Ademilson Conceição da Costa (2020), por exemplo, relata o que em uma partida de futebol, deve-se “descrever [...] as características físicas de cada jogador, o uniforme, as características físicas dos

árbitros de futebol, dos técnicos, a reação de torcida que às vezes não é informada numa narração futebolística”.

Costa (2020) afirma que a audiodescrição precisa ser objetiva, mas conter alguns elementos importantes que o ajudem na composição da imagem.

A audiodescrição, ela precisa ser objetiva, dependendo do conteúdo precisa ser detalhada. Passar o máximo de informações possíveis, porque vai ajudar muito a pessoa com deficiência visual a entender tudo que está se passando na cena, as características, os elementos que estão em torno daquele conteúdo. Então para mim, dependendo do material, dependendo do que está sendo descrito, pra mim particularmente, precisa ser detalhado. Então eu acho que precisa descrever cores, expressões faciais e a gente sabe que não pode trazer interpretação própria da pessoa que está descrevendo. Ela precisa apenas descrever as expressões faciais da pessoa, para que a pessoa com deficiência visual consiga interpretar, entender o que está se passando. Então, para mim, tem que ser: cores, expressões faciais, tamanhos mais ou menos, [...] descrever informações sonoras, os fatos que estão se passando para não ficar só o som; que aí a gente consegue ter todas as informações possíveis de tudo que está se passando. (COSTA, 2020).

Freitas (2020) é consciente de que é impossível descrever tudo em uma cena, porém, é necessário optar pelo que realmente é importante para que o cego consiga formar a imagem em sua mente.

Jamais é possível, eu que já enxerguei sei disso, muito difícil ou quase impossível você transmitir por meio da ferramenta da audiodescrição todas as informações que é passada visualmente em uma imagem; mas o que eu preciso é o essencial. É aquilo que realmente a imagem quer transmitir, aquilo que for importante para o contexto da mensagem ela tem que ser transmitida [...]. Tem imagem que as cores é dispensável porque ela não representa informação ali, e tem outras que as cores podem indicar alguma coisa, ela faz parte do contexto da mensagem, aí ela tem que ser dita. (FREITAS, 2020).

Kellerson Souto Viana (2020) afirma que para que o cego faça a experiência de visualizar a cena, a descrição de cores, dimensões de tamanho e altura são necessárias: “Você saber que a cor é preta, que o negócio é redondo, é retangular ou quadrado ou altura tal. Essas coisas acho que é importante para [...] ter uma noção de como são as coisas.” (VIANA, 2020).

Alessandra Maria Paiva Madureira (2020) afirma a descrição que se deve esperar do audiodescritor:

A vestimenta, as cores, a descrição dos lugares onde está acontecendo a história, a forma como as pessoas estão se movimentando, o que elas estão fazendo a cada momento, toda hora que tem aqueles espaços que tem música que a gente não sabe o que está acontecendo. (MADUREIRA, 2020).

Para Thays Martinez (2020), é importante que sejam aproveitados bem os espaços disponíveis no conteúdo audiovisual: ocupar o tempo para não atropelar os diálogos, [...] informação sobre cenário, movimentação, expressão facial, um pouco também de figurinos e enfim, [...] depende muito do contexto”.

Raimundo Cícero Alves Barbosa (2020) destaca a precisão dos profissionais audiodescritores e os detalhes importantes que precisam aparecer em uma audiodescrição.

Hoje nós já temos bons profissionais de audiodescrição, que eles não deixam passar nada: desde o cenário; se o sol está forte, se está fraco; se é em um local aberto; se o chão é de barro ou é de asfalto; se tem animais ou alguma coisa ao redor; as roupas dos atores envolvidos; como eles são fisicamente e claro as cenas que acontecem que são bem visuais, que são sem palavras. Então tudo isso é importante saber: se a pessoa está dentro de uma casa, se está em um lugar aberto, se está em um local público, se está dentro de um automóvel. Então tudo isso é muito importante que seja passado para o telespectador, para que ele consiga realmente saber o que está acontecendo, interagir com aquela produção. (BARBOSA, 2020).

Elizabet Dias de Sá (2020a), consultora em audiodescrição e psicóloga, justifica a importância do recurso para a pessoa com deficiência visual e lembra que ele se traduz em justiça e igualdade de direitos.

Através da audiodescrição, nós podemos saber, por exemplo, o que se passa nas cenas mudas de um filme, na telinha ou no telão. Como é o cenário, a movimentação do palco, as características de um personagem, as expressões fisionômicas, as caras e bocas, o gestual, os deslocamentos no tempo e no espaço, entre outras informações eminentemente visuais. Sem a audiodescrição, portanto, nós estamos recebendo um produto pela metade; o que não é digno, nem justo, porque fere o princípio da isonomia e da igualdade de direitos. (SÁ, 2020a).

Antônio Carlos Barqueiro (2010) expressa a sensação de igualdade nas emoções com as demais pessoas que não possuem a deficiência visual.

A audiodescrição veio para proporcionar um verdadeiro conforto para mim e para quem estiver me acompanhando. Eu ouço, eu vejo, eu sinto as mesmas emoções que os outros e no mesmo tempo dos outros. E, ao final do evento, posso discutir e comentar com as mesmas informações que os outros tiveram. (BARQUEIRO, A., 2010, p. 212).

Indivíduo 5 (2020) expressa o quanto o recurso é indispensável nos conteúdos em que ele tem acesso.

Para mim a audiodescrição é indispensável em tudo aquilo que envolve conteúdo imagético, conteúdo visual. Então desde uma apresentação numa palestra; um vídeo; um programa de televisão; teatro; um filme; uma audiodescrição em um livro, no caso da descrição e nas redes sociais. [...] Desde um simples conteúdo, até um conteúdo mais complexo, como por exemplo um espetáculo, um show, um teatro, enfim, um museu. Então para

mim a audiodescrição[...] é algo fundamental na minha vida. (INDIVÍDUO 5, 2020).

Indivíduo 5 (2020) conta uma experiência marcante que viveu com a audiodescrição em jogos de futebol.

Em 2016, o Palmeiras, por exemplo, procurou uma empresa [...] que trabalha com audiodescrição e a ideia era levar a audiodescrição nos jogos de futebol para que não fosse apenas uma experiência de narração futebolística [...].Então foram dois projetos que eu participei mais uma equipe de pessoas com deficiência visual. A de 2018, foi pelo Corinthians, foi uma experiência mais enriquecedora, porque eles tinham a intenção de levar a audiodescrição em todos os jogos do campeonato brasileiro. Então nós tivemos um teste, um laboratório. E tivemos dois audiodescritores que estavam descrevendo, não era uma narração, era uma descrição. Uma audiodescrição de acontecimentos, cenas, figurinos, vestimentas, uniforme dos jogadores, características físicas, e foi bem legal; porque na medida que a gente estava recebendo a audiodescrição de um fone de ouvido, do outro lado do fone de ouvido a gente estava ouvindo a narração futebolística de rádio. Então a audiodescrição, complementando, estava enriquecendo a narração futebolística. [...] esta experiência foi muito enriquecedora, foi maravilhosa. Que pena que no fim não deu certo, o Corinthians não seguiu com o projeto e o Palmeiras[...] só ficou com dois jogos com audiodescrição e não tivemos mais. (INDIVÍDUO 5, 2020).

Indivíduo 6 (2020), de Goiás, relata a importância do recurso em todo tipo de produção televisiva.

A importância da audiodescrição para mim [...] é total. É completamente necessária para poder transmitir as informações mínimas que eu preciso, seja esta descrição em filmes, telejornais, novelas ou seja qualquer informação televisível. E seja ela em imagens e fotos estáticas nas redes sociais, na web, como uma forma geral e todo tipo de produção que eu como cego posso ter acesso ou que deveria ter acesso. (INDIVÍDUO 6, 2020).

Indivíduo 6 (2020) ainda compartilha uma experiência que o marcou ao acompanhar um filme audiodescrito.

O que mais me marcou na audiodescrição foi quando eu assisti um filme e ele tinha esse recurso de audiodescrição. [...] Eu assisti o filme enxergando e depois tive contato com o mesmo filme com audiodescrição. E era um filme que eu gostei bastante, que era o filme do 007. (INDIVÍDUO 6, 2020).

Indivíduo 7 (2020), de Minas Gerais, considera a audiodescrição muito importante, pois o faz enxergar de uma forma diferente e deseja que surjam muitos conteúdos com o recurso.

Eu penso que ela veio para somar, para fazer com que a gente consiga compreender todo o conteúdo, como se enxergássemos. Ela é necessária demais. Eu sei que não tem muito conteúdo ainda audiodescrito, mas a esperança é que cada vez mais as pessoas conscientizem disso. Quando você assiste um filme, um documentário com audiodescrição, você tem a complexidade do conteúdo em toda a sua essência. Porque é como se tivéssemos uma pessoa do lado, falando para a gente tudo o que está acontecendo, que a gente não consegue perceber pelo ato de não enxergar. [...] Eu acho que tudo é importante, faz com que a gente fique mais próximo

da história, queira assistir e aí quando termina é como se a gente tivesse lendo um livro. (INDIVÍDUO 7, 2020).

Indivíduo 7 (2020) relata sua emoção quando pode acompanhar pela primeira vez um filme audiodescrito.

A primeira vez que eu tive contato com um filme audiodescrito eu fiquei muito feliz. Eu sempre gostei de assistir filme e muita coisa eu conseguia captar por dedução, porque não tinha como saber. Os mais difíceis são os filmes de ação. A gente quer saber o que está acontecendo e aí é só dentro do contexto da história que a gente vai conseguir entender alguma coisa; mas a gente tem um entendimento parcial, isso a gente tem consciência. É claro que só assiste filme quem gosta realmente disso. Eu falo no caso das pessoas que não enxergam. Muita gente nem gosta de televisão, nem de filme e agora com a audiodescrição isso fez com que mais pessoas que não enxergam aproveitem os conteúdos oferecidos. (INDIVÍDUO 7, 2020).

Indivíduo 8 (2020), de Minas Gerais, com 46 anos, cego desde os 14 anos devido um descolamento de retina, considera que a audiodescrição contribui na construção cultural da pessoa com deficiência visual.

Eu acho importante para se ter uma noção [...] de como as coisas se apresentam. Eu acho que isso ajuda, contribui na bagagem cultural que você vai ter, que você vai desenvolver ao longo do tempo, então é importante nesse sentido [...]; acho a audiodescrição extremamente importante com relação a produtos e serviços. (INDIVÍDUO 8, 2020).

Indivíduo 9 (2020), do Amazonas, nasceu com uma doença degenerativa nos olhos e perdeu a visão aos poucos e hoje com 39 anos, sua cegueira é quase total. Ele relata que o recurso de acessibilidade precisa estar em todos os tipos de eventos e sente-se mais presente nesses contextos a partir da audiodescrição.

A audiodescrição para mim é algo de muita relevância. Na realidade, eu acho que é algo mais humanístico para com a pessoa com deficiência; não só na programação de televisão, mas também em espetáculos públicos, como peças teatrais, estádios de futebol, qualquer evento. É muito bom você saber como foi projetado tudo aquilo, como estão posicionados o cenário, a ornamentação, como estão as pessoas que estão atuando naquele local; você se sente inserido dentro daquele contexto, você se sente mais presente com aquela programação que está acontecendo. (INDIVÍDUO 9, 2020).

O Indivíduo 9 (2020) compartilha uma cena que o emocionou em um conteúdo de audiodescrição.

Uma cena que me chamou muito a atenção, de audiodescrição, foi uma cena no Titanic, que a Rose parece estar voando. [...] A audiodescrição foi feita com muita precisão, com uma riqueza de detalhes: o barco, o mar, até pássaros que faziam parte do cenário, o céu. Então me emocionou bastante essa cena, foi muito bem audiodescrita. (INDIVÍDUO 9, 2020).

Indivíduo 10 (2020) convive com a deficiência há mais de 50 anos, adquirida aos 4 anos de idade. Explica que faz uso do recurso através de aplicativo de leitor de tela disponível em seu aparelho de *Iphone* e no computador através da plataforma

NVDA (*NonVisual desktop Access* – o *software* é apenas para o *Microsoft Windows*, comunica o que está na tela através de leitura sintética ou *braille* (NVDA, 2020). Relata que a audiodescrição é de extrema importância, principalmente no campo cultural.

Um acesso à cultura que é fundamental para as pessoas que têm deficiência visual, que isso envolve lazer, envolve cultura, envolve também socialização, que é você poder conversar com as pessoas, por exemplo sobre uma série. Então eu acho que é de extrema relevância. (INDIVÍDUO 10, 2020).

Sobre a audiodescrição presente nas mídias sociais, o indivíduo 10 (2020) afirma que as pessoas têm se conscientizado mais em inserir o recurso em suas postagens.

Uma coisa interessante também que eu tenho visto, cada vez mais pessoas nas redes sociais fazendo a audiodescrição das fotos e isso é também super bacana para propiciar essa interação social das pessoas que têm deficiência visual. Eu uso o *facebook*, o *instagram*, uso um pouco o *twitter* e uso o *tic toc*. [...]. O *twitter* é super acessível, depois o *facebook* e depois o *instagram* que tem melhorado, mas que ainda tem melhorias para fazer. (INDIVÍDUO 10, 2020).

Para encerrar esta reflexão, considera-se a sugestão de Barqueiro (2010) de que as pessoas ligadas à comunicação devem intensificar o uso do recurso e proporcionar assim que o cego também consiga ter acesso a conteúdos audiovisuais como os demais cidadãos.

Para que a audiodescrição possa ser mais difundida, seria importante uma maior participação especialmente das pessoas que atuam na área de comunicação, sejam elas, produtores, atores, diretores, publicitários, comunicadores... fazendo-as compreender que as pessoas com deficiência também são espectadores e consumidores e, portanto, necessitam de condições iguais para que sejam tratadas como cidadãos comuns. Isto não é um favor, é apenas o cumprimento de regras básicas para um relacionamento humano mais justo. (BARQUEIRO, A., 2010, p. 213).

Os relatos das pessoas com deficiência visual, expostos neste trabalho, amparam o grau elevado de relevância na acessibilidade da audiodescrição nos conteúdos audiovisuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou analisar o quanto a pessoa com deficiência, sobretudo a deficiência visual, foi discriminada em relação ao restante da sociedade, sendo vista, muitas vezes, como uma anomalia da natureza humana. Porém, com o passar do tempo, surgiram algumas instituições com o objetivo de oferecer amparo, assim como a legislação brasileira, o que lhes permitiu um pouco mais de dignidade. Somado a isso, o recurso da audiodescrição surgiu para tornar acessível ao cego atividades que antes, ele não poderia usufruir.

No decorrer de todo este trabalho conseguiu-se responder ao questionamento sobre quais aspectos notáveis poderiam emergir de uma pesquisa qualitativa acerca da audiodescrição em conteúdos audiovisuais, com enfoque no processo de acessibilidade da pessoa com deficiência visual. Como resposta foi possível perceber o quanto é relevante e importante a audiodescrição entre o público a qual se destina e o quanto deseja que o recurso esteja mais presente nos conteúdos audiovisuais, principalmente nos meios de comunicação de massa.

Além disso, foi alcançado o objetivo de conhecer os graus de relevância desse recurso para seus usuários, com base em seus depoimentos, bem como a contribuição em informações técnicas e necessárias para servir de subsídio para a produção de conteúdo para qualquer pessoa, seja ela um profissional da área ou apenas um indivíduo atuante nas redes sociais.

É perceptível que o recurso de audiodescrição tem ganhado cada dia mais espaço em contextos sociais diferentes, seja ele em locais de eventos abertos ao público ou nos variados formatos de vídeos, porém, ainda precisa ser muito difundido entre os meios de comunicação de massa e plataformas digitais. Se assim for, diversos conteúdos estarão mais acessíveis à pessoas com deficiência visual, além da prática tornar-se mais rotineira entre aqueles que produzem e disponibilizam produtos audiovisuais.

Vale destacar que para a obtenção de material colhido, via entrevista, diretamente com os cegos foram necessárias várias tentativas de pesquisas para que os mesmos pudessem, de forma acessível, compartilhar suas experiências. Por fim, a obtenção desses dados só foi possível através de mensagem de texto e voz, que necessitou de transcrição, via Whatsapp e e-mail.

Grande dificuldade também foi encontrada para que os cegos pudessem preencher e assinar o documento de uso de voz e imagem exigido pela instituição de ensino. Isso demonstra que a nossa sociedade, em geral, ainda não está totalmente preparada para beneficiá-los de modo igualitário ou ainda tem comportamentos legais bastante discriminadores com seus protocolos e burocracias. Além disso, as tecnologias assistivas para os mesmos ainda não está ao alcance de todos. Recursos melhores são possíveis apenas em aparelhos de celulares mais sofisticados e de maior valor financeiro e isso dificulta muito suas atividades cotidianas.

A autora deste trabalho recomenda que outras pesquisas e trabalhos surjam nesta linha para que o tema seja ainda mais aprofundado, pois neste prazo curto de tempo não foi possível abordar outros aspectos que envolvem a pessoa com deficiência visual. Torna-se relevante fazer uma avaliação mais aprofundada com pessoas com deficiência visual em relação aos conteúdos disponíveis no mercado. A autora deseja que as academias insiram em suas grades curriculares o tema da audiodescrição como parte do ensino relacionado ao audiovisual. E que assim, novos profissionais de rádio e TV estejam preparados para, ao ingressarem no mercado de trabalho, alcançarem também o público com deficiência visual. Também é de suma importância que a esfera pública atualize a pesquisa que mostra a quantidade de pessoas com deficiência visual no Brasil, dado que o último censo do IBGE que abordou esse tema foi realizado há dez anos, em 2010.

Por fim, a autora deste trabalho faz suas as palavras da consultora em audiodescrição Elizabet Dias de Sá (2020a), para que a acessibilidade da audiodescrição possa expandir-se e estar acessível, além de alcançar toda a sociedade: “eu conto com a sensibilidade de quem me ouve nesse momento para abraçar essa causa e também batalhar pela obrigatoriedade da audiodescrição em todas as modalidades de expressão cultural e artística.” (SÁ, 2020a). Acredita-se que este trabalho cumpriu sua função de levar não somente o conhecimento, mas também subsídios para as produções dos geradores de conteúdos audiovisuais e que poderá servir de fonte para novas pesquisas acadêmicas.

REFERÊNCIAS

- ALAVA, Pilar Garcia. Igualdade de oportunidades. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 234.
- ALMEIDA, Rosilene Cortes. Audiodescritora apaixonada. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 235.
- ALVES, Soraya Ferreira; TELES, Veryanne Couto. Audiodescrição simultânea: propostas metodológicas e práticas. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 56, n. 2, p. 417-441, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132017000200006&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 22 set. 2020.
- ALVES, Soraya Ferreira; TELES, Veryanne Couto; PEREIRA, Tomás Verdi. **Propostas para um modelo brasileiro de audiodescrição para deficientes visuais**. Tradução & Comunicação, v. 22, 2011. Disponível em: <<https://revista.pgsskroton.com/index.php/traducom/article/view/1811>>. Acesso em: 22 set. 2020.
- ANATEL. **Portaria no. 310, de 27 de junho de 2006**. Disponível em: <<https://www.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/442-portaria-310>>. Acesso em: 4 nov. 2020.
- ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. A formação de audiodescritores no Ceará e em Minas Gerais: uma proposta baseada em pesquisa acadêmica. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 93-105.
- ARBEX, Daniela; MENDZ, Armando. **Holocausto Brasileiro, 2016**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5eAjshaa-do>>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- BARBOSA, Raimundo Cícero Alves. **Raimundo Cícero Alves Barbosa: Entrevista** [out. 2020]. Entrevistadora: Rosiane Marques Rodrigues. Cachoeira Paulista: Faculdade Canção Nova, 2020. 1 arquivo mp3. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Canção Nova.
- BARQUEIRO, Antonio Carlos. Eu ouço, eu vejo, eu sinto as mesmas emoções que os outros. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 211-213.
- BARQUEIRO, Rosângela. Emprestar o olhar. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição: Transformando Imagens**

em Palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 237-241.

BBC News Brasil. **Cegueira afeta 39 milhões de pessoas no mundo; conheça suas principais causas**. Jun. 2019. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/geral-48634186#:~:text=As%20tr%C3%AAs%20principais%20causas%20de,relacionada%20%C3%A0%20idade%20\(DMRI\).&text=A%20boa%20not%C3%ADcia%20%C3%A9%20que,podem%20ser%20prevenidas%20ou%20curadas.](https://www.bbc.com/portuguese/geral-48634186#:~:text=As%20tr%C3%AAs%20principais%20causas%20de,relacionada%20%C3%A0%20idade%20(DMRI).&text=A%20boa%20not%C3%ADcia%20%C3%A9%20que,podem%20ser%20prevenidas%20ou%20curadas.)>. Acesso em: 2 jul. 2020.

BEHLAU, Mara; PONTES, Paulo. **Higiene vocal: cuidando da voz**. 3º ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter Ltda. 2001.

BÍBLIA. Mateus. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução Ave Maria. 65ª ed. São Paulo, SP: Editora Ave Maria, 2006. 1309 p.

BRILLE. **Centro Cultural Louis Braille**. Disponível em: <<http://www.braille.org.br/index.php/sobre>>. Acesso em: 2 jul. 2020.

BRASIL. Lei no. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, p. 2 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#:~:text=Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico.>. Acesso em: 4 jun. 2020.

_____. Lei no. 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras 31 de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 dez. 2004. Seção 1, p. 5 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 3 jun. 2020.

_____. Lei no. 10.098, de 19 de dezembro de 2000b. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Seção 1, p. 2 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 31 maio 2020.

_____. Lei no. 10.048, de 08 de novembro de 2000a. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 nov. 2000. Seção 1, p. 1 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm>. Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. Lei no. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Seção 1, p. 10. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 7 jun. 2020.

_____. Lei no. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 out. 1989. Seção 1, p. 19209. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7853-24-outubro-1989-365493-norma-pl.html>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

CAMPOS, Rodrigo. O signo da cidade: 1ª sessão da história do cinema nacional em que surdos e cegos assistiram a um filme do circuito comercial em sua estreia no cinema. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 129-137.

CERCHIARI, Cristiana. **Convida: Audiodescrição e Atividades de Mediação em Exposições com Rosângela Fávoro (SP)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KTInRtJGxKM&feature=youtu.be>>. Acesso em: 21 set. 2020a.

_____. **Cristiana Cerchiari: Entrevista** [set. 2020b]. Entrevistadora: Rosiane Marques Rodrigues. Cachoeira Paulista: Faculdade Canção Nova, 2020. 1 arquivo txt. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Canção Nova.

CÉSAR, Cyro. **Como falar no rádio: prática de locução AM e FM**. 10ª ed. São Paulo, SP: Summus Editorial, 2009.

CHANTLER, Paul; HARRIS, Sim. **Radiojornalismo**. São Paulo, SP: Summus Editorial, 1998.

COELHO, Flávio. **Audiodescrição e o universo visual**. – São Paulo: Fundação Dorina Nowill, 2018.

COSTA, Ademilson Conceição da. **Ademilson Conceição da Costa: Entrevista** [out. 2020]. Entrevistadora: Rosiane Marques Rodrigues. Cachoeira Paulista: Faculdade Canção Nova, 2020. 1 arquivo mp3. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Canção Nova.

COSTA, Graciela Pozzobon. Audiodescrição e voice over no festival assim vivemos. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.).

Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 83 - 92.

CBO, CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA. **Tudo sobre o glaucoma**. Disponível em: <<http://www.cbo.net.br/novo/publico-geral/tudo-sobre-o-glaucoma.php>>. Acesso em: 16 set. 2020.

CORREIA, João Batista Santana. audiodescrição em Cinema e Televisão: uma ponte que conduz à inclusão cultural da pessoa com deficiência visual. **RELACult Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 1, p. 26-42, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/306>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

COSTA, Graciela Pozzobon. Audiodescrição e voice over no festival assim vivemos. In: MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 83 - 92.

DICIONÁRIO. **Experiência**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/experiencia>>. Acesso em: 14 out. 2020a.

_____. **Libras**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/libras/>>. Acesso em: 21 jun. 2020b.

_____. **Sine die**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/sine-die/>>. Acesso em: 21 jun. 2020c.

FACULDADE Paulus de Tecnologia e informação. **#pracegover**. Disponível em: <<https://www.fapcom.edu.br/blog/conheca-apracegover.html#:~:text=%23PraCegoVer%20%C3%A9%20um%20projeto%20da,e%20m%20acessibilidade%20para%20deficientes%20visuais>>. Acesso em: 2 jul. 2020.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. **Questões terminológico-conceituais no campo da tradução audiovisual (TAV)**. Tradução em revista, v. 1, p. 2-23, 2011. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18884/18884.PDFXXvmi>>. Acesso em: 24 set. 2020.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: Breve passeio histórico. In: MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 23-42.

FREITAS, Deni Carlos. Deni Carlos Freitas: Entrevista [out. 2020]. Entrevistadora: Rosiane Marques Rodrigues. Cachoeira Paulista: Faculdade Canção Nova, 2020. 1 arquivo mp3. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Canção Nova.

GARCIA, Roseli Behaker. **Roseli Behaker Garcia**: Entrevista [out. 2020]. Entrevistadora: Rosiane Marques Rodrigues. Cachoeira Paulista: Faculdade Canção Nova, 2020. 1 arquivo mp3. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Canção Nova.

GARCIA, Vinicius Gaspar. **Pessoa com deficiência e o mercado de trabalho**: histórico e contexto contemporâneo. 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286387/1/Garcia_ViniciusGaspar_D.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional de saúde 2013**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

INSTITUTO LARAMARA. **Laramara**. Disponível em: <<https://laramara.org.br/sobre/>>. Acesso em: 2 jul. 2020.

KOEHLER, Andressa Dias. **Audiodescrição**: um estudo sobre o acesso às imagens por pessoas com deficiência visual no Estado do Espírito Santo. 2017. Disponível em: <http://200.137.65.30/bitstream/10/6844/1/tese_11673_TESE%20%28ANDRESSA%20%29.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

LAZZARI, Leonardo Rossi. A grande história da água. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição**: Transformando Imagens em Palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 227-228.

LEITE, Milena de Oliveira. Aplicação das técnicas aprendidas. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição**: Transformando Imagens em Palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 232-233.

LIMA, Francisco J.; GUEDES, Livia C.; GUEDES, Marcelo C. Áudio-descrição: orientações para uma prática sem barreiras atitudinais. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/%C3%81UDIO-DESCRIPC%C3%87%C3%83O%3A-ORIENTA%C3%87%C3%95ES-PARA-UMA-PR%C3%81TICA-SEM-Lima-Jos%C3%A9.517b0d5d5f22e3a1d11a5913cb08404bc6c5ac3e?p2df>>. Acesso em: 23 set 2020.

LUCATELLI, Bárbara Guimarães. **Traduzir o traduzido**: uma tradução da audiodescrição do documentário "A marcha dos pinguins". 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18677/1/2015_B%c3%a1rbaraGuimar%c3%a3esLucatelli.pdf>. Acesso em: 7 maio 2020.

MACHADO, Bell. Ponto de cultura cinema em palavras - a Filosofia no projeto de inclusão social e digital. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO,

Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição**: Transformando Imagens em Palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 139-150.

MACHADO, Flávia Oliveira. **Acessibilidade na televisão digital**: estudo para uma política de audiodescrição na televisão brasileira. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/89527/machado_fo_me_bauru.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 set. 2020.

MADUREIRA, Alessandra Maria Paiva. **Alessandra Maria Paiva Madureira**: Entrevista [out. 2020]. Entrevistadora: Rosiane Marques Rodrigues. Cachoeira Paulista: Faculdade Canção Nova, 2020. 1 arquivo mp3. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Canção Nova.

MANZI FILHO, Ronaldo. Hospital Colônia de Barbacena: um passado que insiste em se repetir. **Revista Ideação**. v.1, n.39, p. 272 - 286, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/4579/3917>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

MARTINEZ, Thays. **Thays Martinez**: Entrevista [out. 2020]. Entrevistadora: Rosiane Marques Rodrigues. Cachoeira Paulista: Faculdade Canção Nova, 2020. 1 arquivo mp3. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Canção Nova.

MIANES, Felipe Leão. Consultoria em audiodescrição: alguns caminhos e possibilidades. In: CARPES, Daiana Stockey. (Org). **Audiodescrição**: prática e reflexões. Santa Cruz do Sul, RS: Catarse, 2016, p. 10-21. Disponível em: <<http://editoracatarse.com.br/site/wp-content/uploads/2016/02/Audiodescri%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A1ticas-e-reflex%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2020.

MORAES, Eloy Vilela. **Eloy Vilela Moraes**: Entrevista [set. 2020]. Entrevistadora: Rosiane Marques Rodrigues. Cachoeira Paulista: Faculdade Canção Nova, 2020. 1 arquivo mp3. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Canção Nova.

MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello. **Curso rádio e TV** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <livia@vercompalavras.com.br> em 28 set. 2020.

_____. **Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016b.

_____. **Audiodescrição de fotografias e outros tipos de imagens**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016a.

_____. **Guia de Orientações Básicas sobre Gênero, Deficiência e Acessibilidade no Seminário Internacional Fazendo Gênero**. 2013. Disponível em: <<https://vercompalavras.com.br/pdf/apresentacoes-acessiveis.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. **Atendimento a pessoas com deficiência visual em teatros.** 2012. São Paulo. Disponível em: <<https://vercompalavras.com.br/pdf/atendimento-a-pessoas-com-deficiencia-em-teatros.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2020

_____. A audiodescrição vai à ópera. In: _____. **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras.** São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 67-82.

_____. **Audiodescrição-recurso de acessibilidade para a inclusão cultural das pessoas com deficiência visual.** 2009. Disponível em: <<https://vercompalavras.com.br/pdf/artigo-audiodescricao-recurso-de-acessibilidade.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. Apresentação. In: _____. **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras.** São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 11-12.

NAVES, Sylvia Bahiense et al. **Guia para produções audiovisuais acessíveis.** Brasília: Ministério da Cultura/Secretaria do Audiovisual, 2016. Disponível em: <<https://pagines.uab.cat/act/sites/pagines.uab.cat.act/files/guiaparaproducoesaudiovisuaisacessiveis2016.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2020.

NNGROUP. **10 Heurísticas de usabilidade para design de interface de usuário.** Disponível em: <<https://www.nngroup.com/articles/ten-usability-heuristics/>>. Acesso em: 19 out. 2020.

NVDA. **Portal de acessibilidade do RS.** Disponível em: <<http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/servicos/21/1274>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

NUNES, Marli Fernanda. E com a palavra os audiodescritores do teatro vivo: Paixão pela audiodescrição. In: MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras.** São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 231-232.

OLIVEIRA JÚNIOR, Flávio Coelho de. **Flávio Coelho de Oliveira Júnior: Entrevista** [out. 2020b]. Entrevistadora: Rosiane Marques Rodrigues. Cachoeira Paulista: Faculdade Canção Nova, 2020. 1 arquivo mp3. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Canção Nova.

_____. **Audiodescrição na prática.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XohiNxjH8gM&t=2s>>. Acesso em: 31 ago. 2020a.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. CID-10 **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.** 10ª revisão. Disponível em: <<https://icd.who.int/browse10/2019/en>>. Acesso em: 1 jul. 2020.

POZZOBON, Lara. Blind Tube: Conceito, audiodescrição e perspectivas. In: MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição:**

Transformando Imagens em Palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 107-115.

PRADO, Magaly. **Produção de rádio**: um manual prático. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2006.

PRIMEIRO FILME. **O Livro**: enquadramentos planos e ângulos. Disponível em: <<http://www.primeirofilme.com.br/site/o-livro/enquadramentos-planos-e-angulos/>>. Acesso em: 18 out. 2020.

REZENDE, Gabriela Del Rio de. **Inclusão na TV**: audiodescrição de filmes publicitários e a relevância da informação. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16460/1/2014_GabrielaDelRiodeRezende.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

RODRIGUES, Luiza Silva; ROBLE, Odilon José. Educação dos sentidos na contemporaneidade e suas implicações pedagógicas. **Pro-Posições**, v. 26, n. 3, p. 205-224, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072015000300205&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 30 jun. 2020.

ROMEUFILHO, Paulo. Políticas públicas de acessibilidade para pessoas com deficiência – A audiodescrição na televisão brasileira. In: _____. **Audiodescrição**: Transformando Imagens em Palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p.43-66.

ROSÁRIO, José Valter do. **José Valter do Rosário**: Entrevista [out. 2020]. Entrevistadora: Rosiane Marques Rodrigues. Cachoeira Paulista: Faculdade Canção Nova, 2020. 1 arquivo txt. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Canção Nova.

SANADA, Vera; SANADA, Yuri. **Vídeo Digital**: a compra da câmera, edição das imagens e produção de vídeos digitais para DVD, TV e cinema digital. Axcel Books, 2004.

SÁ, Elizabet Dias de. **Audiodescrição no contexto da pandemia**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/elizabet.diasdesa/videos/3770814322945944>>. Acesso em: 13 set. 2020a.

_____. **Live audiodescrição na perspectiva dos usuários e do coletivo de consultores**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5hFG0B6FheQ>>. Acesso em: 13 set. 2020b.

SANTANA, Mauricio. A primeira audiodescrição na propaganda da TV brasileira: Natura naturé um banho de acessibilidade. In: MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello; ROMEUFILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição**: Transformando Imagens em Palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 117-128.

SANT'ANNA, Laercio. A importância da audiodescrição na comunicação das pessoas com deficiência. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 151-158.

SANTOS, Fernandes dos. **Orange Is The New Black: uma proposta de tradução de roteiros de audiodescrição da série da Netflix**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23957/1/2017_PriscyllaFernandesdosSantos.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

SCHEER, Claudia. **Audiodescrição na prática**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XohiNxjH8gM&t=2s>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SCHWARTZ, Letícia. Da arte de fazer rir: Uma reflexão acerca do humor na audiodescrição de filmes de comédia. In: CARPES, Daiana Stockey. (Org). **Audiodescrição: prática e reflexões**. Santa Cruz do Sul, RS: Catarse, 2016, p. 57-70. Disponível em: <<http://editoracatarse.com.br/site/wp-content/uploads/2016/02/Audiodescri%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A1ticas-e-reflex%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. O Outro lado da moeda. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 223-226.

SIGNIFICADOS. **Braille**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/?s=braille>>. Acesso em: 25 jun. 2020a.

_____. **Closed Caption**. Disponível em: <[https://www.significados.com.br/closedcaption/#:~:text=Closed%20caption%20\(tamb%C3%A9m%20conhecido%20pela,de%20televis%C3%A3o%20ou%20v%C3%ADdeos%20online](https://www.significados.com.br/closedcaption/#:~:text=Closed%20caption%20(tamb%C3%A9m%20conhecido%20pela,de%20televis%C3%A3o%20ou%20v%C3%ADdeos%20online)>. Acesso em: 21 jun. 2020b.

SILVA, Carlos Eduardo Marçal da. Direito de cidadão. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Orgs.). **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 229-231.

SILVA JÚNIOR, Eri Ramos da. **Eri Ramos da Silva Júnior: Entrevista** [set. 2020]. Entrevistadora: Rosiane Marques Rodrigues. Cachoeira Paulista: Faculdade Canção Nova, 2020. 1 arquivo txt. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Canção Nova.

TAVARES, Liliana Barros. **Curso rádio e TV** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <comacessibilidade@gmail.com> em 20 set. 2020.

_____. **Verouvindo: investigações sobre a relação entre a audiodescrição e as camadas sonoras que compõem a trilha de áudio de um filme**. 2019. Disponível em:

<<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/33730/1/TESE%20Liliana%20Marros%20Tavares.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2020.

VIANA, Kellerson Souto. **Kellerson Souto Viana**: Entrevista [out. 2020]. Entrevistadora: Rosiane Marques Rodrigues. Cachoeira Paulista: Faculdade Canção Nova, 2020. 1 arquivo mp3. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Canção Nova.

WOLTON, Dominique. **Penser la communication**. Tradução de Zélia Leal Adghirni. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2004.